

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG)
CAMPUS OURO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)

GISELLE COELHO SOARES

EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM QUESTÃO: UM
ESTUDO COMPARATIVO DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES EM
PAISAGISMO NA REDE FEDERAL

Ouro Branco

2026

GISELLE COELHO SOARES

**EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM QUESTÃO: UM
ESTUDO COMPARATIVO DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES EM
PAISAGISMO NA REDE FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Minas Gerais - campus Ouro Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva

Linha de Pesquisa: linha 2 – Práticas Educativas em EPT

Macroprojeto 6: Organizações de Espaços Pedagógicos na EPT

Ouro Branco

2026

S676e Soares, Giselle Coelho.

Guia/protocolo institucional de monitoramento e enfrentamento da evasão em cursos técnicos subsequentes [recurso eletrônico]. / Giselle Coelho Soares – 2026.

7 f. il. col.

Orientadora: Matheus Faleiros Silva.

Produto Educacional (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2026.

1. Evasão escolar. 2. Indicadores educacionais. 3. Ensino profissional. 4. Estudantes - Permanência. 5. Planejamento educacional. 6. Instituto Federal de Minas Gerais (*Campus* Santa Luzia). I. Silva, Matheus Faleiros. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. III. Título.

CDU: 371.2

Catálogo: César dos Santos Moreira - CRB-6/2235
Biblioteca do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Sabará



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Branco
Diretoria de Ensino

Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco
Avenida Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG
- www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IFMG

Realizou-se, no dia 23 (vinte e três) de março de 2026, com início às 14h (quatorze horas), por videoconferência através do Google Meet, a **defesa de dissertação** da Mestranda **GISELLE COELHO SOARES** no **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestre. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se "**Evasão na Educação Profissional e Tecnológica em Questão: O Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG - campus Santa Luzia no contexto da Rede Federal**". A **dissertação** foi considerada APROVADA.

O **produto educacional**, Guia: "Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes" foi VALIDADO pela Banca Examinadora e considerado APROVADO.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros

Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva (Orientador)

Prof. Dr. Alexandre William Barbosa Duarte (UFMG)

Prof. Dr. Pedro Xavier da Penha (IFMG)

Prof. Dr. Ângelo Magno de Jesus (Suplente - IFMG)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência de todos os membros e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pelo orientador, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT - IFMG para registro acadêmico na documentação da mestranda.

Ouro Branco, 23 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Faleiros Silva, Professor**, em 23/03/2026, às 15:38, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2659785** e o código CRC **4A13FD43**.

23712.001069/2024-13

2455012v1

À Luiza,
Meu verdadeiro significado de amor incondicional,
Que me motiva a buscar ser uma pessoa cada dia melhor,
Dedico.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi possível graças ao apoio, à colaboração e ao incentivo de diversas pessoas e instituições, às quais expresso minha sincera gratidão.

Ao meu orientador, Professor Dr. Matheus Faleiros Silva, por uma orientação que ultrapassou os limites formais do acompanhamento acadêmico. Ao longo de todo o percurso do mestrado, sua postura ética, seu compromisso com a formação acadêmica e sua generosidade intelectual foram fundamentais para a construção deste trabalho. Agradeço pelas leituras atentas, pelas sugestões sempre pertinentes e pelas contribuições rigorosas que orientaram cada etapa desta pesquisa. Manifesto também minha profunda gratidão pela sensibilidade, pelo respeito e pela compreensão demonstrados nos momentos mais desafiadores dessa trajetória. Seu apoio, sua confiança e sua condução responsável foram decisivos para que este trabalho pudesse chegar até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pela oportunidade de formação acadêmica e pelo compromisso com a produção de conhecimento voltado ao fortalecimento da educação pública e da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Ao Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Branco, pela acolhida institucional e pela estrutura oferecida para a realização das atividades do programa.

Aos professores e professoras do ProfEPT, cujas aulas, debates e contribuições acadêmicas foram fundamentais para minha formação ao longo do mestrado e influenciaram diretamente a construção desta pesquisa.

Aos colegas de turma, pela convivência, pelas trocas de experiências, pelas reflexões compartilhadas e pelo apoio mútuo ao longo dessa caminhada, que tornaram o percurso do mestrado mais rico, estimulante e humano.

Aos membros da banca examinadora, Professor Dr. Pedro Xavier da Penha e Professor Dr. Alexandre William Barbosa Duarte, pela disponibilidade em participar deste momento tão importante e pelas contribuições oferecidas desde a etapa de qualificação. Suas observações e sugestões foram valiosas para o aprimoramento desta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, minha sincera gratidão.

RESUMO

Esta dissertação investiga os padrões institucionais de evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – Campus Santa Luzia, no período de 2017 a 2023, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Parte-se da compreensão de que a evasão escolar constitui um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por condicionantes sociais, pedagógicos e institucionais que impactam a permanência estudantil. O objetivo do estudo é analisar indicadores de ingresso, permanência e conclusão, buscando compreender padrões de fluxo educacional e suas implicações para a gestão acadêmica e para o Ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa interpretativa, apoiado na análise de dados quantitativos secundários provenientes da Plataforma Nilo Peçanha e na análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso. Os resultados evidenciam discrepâncias persistentes entre ingresso e conclusão, oscilações nas taxas de permanência ao longo da série histórica e uma inflexão significativa durante o período pandêmico da COVID-19, indicando que os desafios relacionados à permanência assumem caráter estrutural, especialmente em cursos técnicos subsequentes ofertados no período noturno e frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores. Como desdobramento aplicado da pesquisa desenvolvida no âmbito do ProfEPT, foi elaborado um Produto Educacional na forma de um Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes, voltado ao apoio à gestão acadêmica e ao acompanhamento sistemático das trajetórias estudantis. A pesquisa insere-se na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica e vincula-se ao macroprojeto Gestão e organização da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Educação Profissional e Tecnológica; Permanência Estudantil; Gestão Educacional; Produto Educacional.

ABSTRACT

This dissertation investigates institutional patterns of student dropout in the Subsequent Technical Course in Landscaping at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Minas Gerais (IFMG) – Santa Luzia Campus, between 2017 and 2023, within the context of Professional and Technological Education. The study is based on the understanding that school dropout constitutes a complex and multifactorial phenomenon influenced by social, pedagogical and institutional conditions that affect student retention. The objective of the research is to analyze indicators of admission, retention and completion in order to understand educational flow patterns and their implications for academic management and for teaching in Professional and Technological Education. Methodologically, the study adopts a qualitative interpretative approach and is developed as a case study supported by the analysis of secondary quantitative data obtained from the Nilo Peçanha Platform, as well as documentary analysis of Course Pedagogical Projects. The results reveal persistent discrepancies between enrollment and completion rates, fluctuations in retention indicators throughout the historical series, and a significant disruption during the COVID-19 pandemic period, indicating that challenges related to student retention are structural in nature, particularly in subsequent technical courses offered at night and attended predominantly by working students. As an applied outcome of the research developed within ProfEPT, an Educational Product was created in the form of an Institutional Guide/Protocol for Monitoring and Addressing Dropout in Subsequent Technical Courses, aimed at supporting academic management and the systematic monitoring of student trajectories. The research is linked to the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education and to the macroproject Management and organization of Professional and Technological Education.

Keywords: School Dropout; Professional and Technological Education; Student Retention; Educational Management; Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – IFMG (Santa Luzia): ingressantes e concluintes (2017–2023) 77
- Figura 2 – IFMG (Santa Luzia): taxa de conclusão 79
- Figura 3 – Matrículas anuais: Paisagismo (Rede Federal) 80
- Figura 4 – Taxa de conclusão – comparativo 82
- Figura 5 – Taxa de evasão estimada – comparativo 82
- Figura 6 – Efeito do período pandêmico (2019–2021): taxa de conclusão 84
- Figura 7 – Avaliação do Produto Educacional por Item 101
- Figura 8 – Avaliação por Dimensão Analítica 101

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Distribuição institucional e caracterização dos cursos de paisagismo 73
- Tabela 2 – Indicadores anuais dos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo 74
- Tabela 3 – Indicadores selecionados do período pandêmico (2019–2021) 85
- Tabela 4 – Itens do instrumento e médias obtidas 99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

COVID-19 – Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

EFTP – Educação e Formação Técnica e Profissional

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIC – Formação Inicial e Continuada

IFB – Instituto Federal de Brasília

IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 O SUCESSO E O FRACASSO ESCOLAR	20
2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	26
2.3 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	30
2.4 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	32
2.5 O INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS	35
2.6 O <i>CAMPUS</i> SANTA LUZIA	37
2.7 OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES	39
2.8 CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO <i>CAMPUS</i> SANTA LUZIA	41
2.9 A EVASÃO ESCOLAR	44
2.9.1 A PANDEMIA DE COVID-19 E OS PADRÕES DE EVASÃO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO DO IFMG – <i>CAMPUS</i> SANTA LUZIA	47
2.10 A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A LUTA PELA PERMANÊNCIA DO ALUNO	49
3 METODOLOGIA	54
3.1 TIPO DE PESQUISA	55
3.2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	56
4 ANÁLISE DOS DADOS	58
4.1 BASE DE DADOS	59
4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS INSTITUCIONAIS	61
4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPCs)	62
4.3.1 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO DO IFMG- <i>CAMPUS</i> SANTA LUZIA	64
4.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES EM PAISAGISMO DA UFSM E DA UFPB (CAVN)	67
4.4 ARTICULAÇÃO ENTRE DADOS INSTITUCIONAIS E ANÁLISE DOCUMENTAL	70
4.4.1 DISTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL E CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE PAISAGISMO	72
4.4.2 PANORAMA DOS FLUXOS: INGRESSANTES, CONCLUINTES, MATRÍCULAS E TAXAS (2017-2023)	74
4.4.3 PERMANÊNCIA (MATRÍCULAS) E DIFERENÇAS DE ESCALA INSTITUCIONAL	80
4.4.4 CONCLUSÃO E EVASÃO ESTIMADA: LEITURA COMPARATIVA E LIMITES DO DADO SECUNDÁRIO	82

4.4.5 O PERÍODO PANDÊMICO COMO INFLEXÃO: EVIDÊNCIAS 2019-2021	84
4.4.6 SÍNTESE INTERPRETATIVA E IMPLICAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	86
4.5 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS A PARTIR DOS INDICADORES	88
4.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	90
4.7 CONSIDERAÇÃO CONTEXTUAL SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO DO IFMG – CAMPUS SANTA LUZIA	91
5 PRODUTO EDUCACIONAL	93
5.1 PÚBLICO ALVO E CONTEXTO DE APLICAÇÃO	94
5.2 DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DO PRODUTO EDUCACIONAL	95
5.3 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	96
5.4 APLICAÇÃO, AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	98
5.5 PRODUTO EDUCACIONAL RESULTANTE	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE - PRODUTO EDUCACIONAL (GUIA/PROTOCOLO INSTITUCIONAL) E INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO/VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	113

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar constitui um problema histórico da educação brasileira e permanece como um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas de ensino em diferentes níveis e modalidades. Seus impactos atingem não apenas os indicadores institucionais, mas também a formação educacional dos sujeitos e o próprio desenvolvimento social do país. Embora a educação seja reconhecida como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a efetivação desse direito não se limita ao acesso à escola, envolvendo também condições concretas de permanência e conclusão da trajetória escolar.

O abandono e a evasão escolar configuram fenômenos relacionados à interrupção das trajetórias educacionais e produzem consequências significativas tanto no âmbito social quanto na vida dos estudantes. Diferentes pesquisas apontam a existência de múltiplos fatores associados a esses processos, vinculados tanto ao contexto escolar quanto às condições externas à escola. Entre os fatores internos, destaca-se a defasagem idade-série, frequentemente apontada como importante fator de risco, além de questões relacionadas ao desempenho acadêmico e à motivação estudantil (Fritsch et al., 2019; Ramos; Júnior, 2024). Somam-se a esses elementos fatores externos relacionados às desigualdades sociais, às condições econômicas, às questões raciais e territoriais, bem como às próprias dinâmicas familiares, incluindo baixa escolaridade dos responsáveis, moradia em regiões periféricas e configuração familiar monoparental, aspectos recorrentes na literatura sobre o tema (Soares et al., 2015; Silva; Rezende; Quaresma, 2016; Salata, 2019).

Assim, embora a evasão escolar esteja relacionada a fatores diversos, ela não pode ser compreendida como um acontecimento isolado ou repentino, mas como resultado de um processo progressivo de afastamento entre estudante e instituição escolar, marcado pelo enfraquecimento dos vínculos pedagógicos, institucionais e sociais construídos ao longo da trajetória escolar. Sob essa perspectiva, torna-se importante distinguir abandono e evasão escolar, uma vez que o abandono ocorre quando o estudante interrompe a frequência antes da conclusão do ano letivo, mantendo a possibilidade de retorno posterior, enquanto a evasão se caracteriza pela não continuidade dos estudos nos anos subsequentes (Ramos; Júnior, 2024, p. 2).

No Brasil, a situação torna-se especialmente preocupante no ensino médio, etapa marcada por elevados índices de repetência e evasão. Dados do Ministério da

Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referentes ao Censo Escolar de 2023 (Agência GOV, 2024), indicam que essa etapa da educação básica concentra as maiores taxas de evasão e repetência, atingindo com maior intensidade estudantes em situação de vulnerabilidade social. Em 2022, no que se refere à repetência, a educação escolar quilombola apresentou os índices mais elevados, seguida pelas modalidades indígena, rural e especial. As escolas urbanas também registraram taxas significativas. Observa-se, ainda, que estudantes do sexo masculino apresentam índices de evasão superiores aos do sexo feminino, evidenciando desigualdades que atravessam o acesso, a permanência e a conclusão da escolarização.

Em consonância com esse cenário nacional, dados do Censo Escolar divulgados em 2023 revelam que o estado de Minas Gerais apresentou redução significativa no número de matrículas na rede pública estadual ao longo da última década. Segundo o levantamento, a rede estadual foi a única a registrar queda no número de estudantes no ensino regular durante esse período, enquanto as instituições federais ampliaram suas matrículas e a rede privada também apresentou crescimento no atendimento educacional.

A redução do número de matrículas na rede estadual mineira relaciona-se a diferentes fatores, entre eles a migração de estudantes para as redes federal e privada, além do abandono e da evasão escolar. Tal contexto evidencia limites importantes na garantia do direito à educação, sobretudo no que se refere à permanência e à conclusão da educação básica por estudantes em situação de maior vulnerabilidade social. Desse modo, torna-se necessário fortalecer políticas públicas educacionais capazes de enfrentar dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem e de assegurar o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e educacionais.

Apesar do crescimento do número de matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Minas Gerais, os dados disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha¹¹ demonstram que, entre 2017 e 2022, a taxa de conclusão dos cursos concomitantes e subsequentes apresentou queda significativa. No mesmo período, embora a taxa de evasão tenha registrado pequena redução, os indicadores

¹ A Plataforma Nilo Peçanha é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal.

ainda revelam dificuldades persistentes relacionadas à permanência e à conclusão dos cursos, indicando que parcela significativa dos estudantes não concluiu sua formação.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Campus Santa Luzia, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, os índices de evasão também se mostram elevados, especialmente nos cursos técnicos subsequentes. Esse cenário evidencia desafios institucionais relacionados à permanência estudantil e reforça a necessidade de investigações voltadas à compreensão das especificidades que atravessam a evasão nesse contexto.

A escolha do curso técnico subsequente em Paisagismo como objeto deste estudo relaciona-se tanto à singularidade dessa oferta no âmbito da Rede Federal quanto à inserção profissional da pesquisadora na instituição investigada. Tal proximidade possibilitou acesso a informações institucionais e acompanhamento mais direto das dinâmicas acadêmicas relacionadas ao curso. Além disso, a formação encontra-se em processo de descontinuidade, não tendo sido ofertado novo processo seletivo a partir de 2026, circunstância que amplia a relevância da investigação ao permitir registrar e problematizar aspectos relacionados à sua trajetória institucional.

Outro elemento importante para a compreensão da evasão escolar no período analisado refere-se aos impactos provocados pela pandemia da COVID-19. Entre 2020 e 2021, a suspensão das atividades presenciais e a adoção do ensino remoto emergencial alteraram significativamente as dinâmicas educacionais. Embora a evasão não possa ser atribuída exclusivamente ao contexto pandêmico, a pandemia aprofundou desigualdades educacionais já existentes e afetou de maneira mais intensa estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente aqueles vinculados aos cursos técnicos subsequentes.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as respostas institucionais à pandemia ocorreram de forma heterogênea, envolvendo reorganização dos calendários acadêmicos, flexibilização de atividades pedagógicas e implementação de políticas de assistência estudantil voltadas ao acesso às tecnologias digitais. Ainda assim, os efeitos do período pandêmico ultrapassaram o momento de emergência sanitária, manifestando-se posteriormente por meio de dificuldades de aprendizagem, fragilização dos vínculos institucionais e impactos persistentes sobre os fluxos acadêmicos. Esses desdobramentos reforçam a

necessidade de análises que considerem os efeitos de médio e longo prazo da pandemia sobre as trajetórias estudantis na Educação Profissional e Tecnológica.

Diante desse contexto, o presente estudo dedica-se à investigação dos padrões de evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Santa Luzia, tomando-o como estudo de caso no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. A análise fundamenta-se em dados institucionais consolidados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, referentes ao período de 2017 a 2023, compreendidos como registros das dinâmicas acadêmicas, institucionais e contextuais relacionadas ao fenômeno da evasão escolar. Ao examinar os fluxos de ingresso, permanência, conclusão e evasão, a pesquisa busca compreender de que maneira fatores institucionais e históricos se articulam às trajetórias de permanência e não permanência dos estudantes nesse curso específico.

De forma complementar, os dados dos demais cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados na Rede Federal — vinculados à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Colégio Politécnico) e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN) — são utilizados como elementos contextuais para ampliar a compreensão do fenômeno investigado. Essa aproximação permite identificar convergências e diferenças que auxiliam na leitura do caso do IFMG, sem a pretensão de estabelecer comparações diretas ou generalizações entre instituições com contextos históricos, regionais e organizacionais distintos.

Esta pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa, compreendendo os dados quantitativos como elementos de apoio à análise das dinâmicas institucionais relacionadas à evasão escolar. Os indicadores extraídos da Plataforma Nilo Peçanha são utilizados não como instrumentos de explicação causal, mas como registros institucionais capazes de revelar tendências, permanências e inflexões nos fluxos acadêmicos observados ao longo do período analisado. Paralelamente, a análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) possibilita examinar aspectos da organização curricular, das concepções formativas e das diretrizes institucionais relacionadas às condições de permanência estudantil.

No âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), esta investigação assume caráter aplicado ao articular produção

acadêmica e intervenção institucional. Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa subsidiam a elaboração de um Produto Educacional materializado na forma de um Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão Escolar em cursos técnicos subsequentes. O material é direcionado à gestão acadêmica do IFMG – Campus Santa Luzia, com potencial de adaptação a outros contextos da Rede Federal, e tem como finalidade apoiar a leitura sistemática de indicadores, o acompanhamento das trajetórias estudantis e a tomada de decisões institucionais voltadas à permanência e ao êxito acadêmico.

A trajetória profissional da pesquisadora também dialoga diretamente com o desenvolvimento desta investigação. A inserção cotidiana no IFMG – Campus Santa Luzia permitiu acompanhar diferentes dinâmicas institucionais relacionadas ao ingresso, à permanência, à conclusão e à evasão escolar, contribuindo para uma compreensão mais próxima da realidade investigada. Atuando também como pesquisadora institucional, a autora acompanha os fluxos acadêmicos desde o processo de matrícula até a certificação dos estudantes ou, quando ocorre, o registro formal da evasão nos sistemas institucionais.

Esse envolvimento possibilitou acesso a diferentes bases de dados e sistemas oficiais, entre eles o sistema acadêmico Corpore RM, o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), a Plataforma Nilo Peçanha, e o Censo da Educação Básica (Educacenso). O acesso a essas fontes contribuiu para a constituição de uma base empírica consistente, ampliando as possibilidades de compreensão institucional do fenômeno da evasão no contexto investigado.

A análise desenvolvida nesta pesquisa parte do entendimento de que a evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia relaciona-se a um conjunto de fatores institucionais e contextuais, e não a causas isoladas ou estritamente individuais. Entre esses fatores, destacam-se elementos relacionados à organização da oferta formativa, às condições de permanência estudantil e às dinâmicas pedagógicas do curso, como a ausência de mapeamento prévio da demanda regional, a limitação de atividades práticas, as dificuldades de acesso e uso de tecnologias digitais e os desafios de autorregulação da aprendizagem enfrentados por parte dos estudantes. Esses elementos são compreendidos como dimensões analíticas que orientam a leitura dos dados institucionais, sem a pretensão

de estabelecer relações causais diretas, mas de interpretar tendências e recorrências observadas ao longo do período analisado.

Entre os anos de 2017 e 2023, a Plataforma Nilo Peçanha registrou a existência de três cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esses cursos são vinculados ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Santa Luzia, à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Colégio Politécnico) e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN), sendo que, neste último caso, os dados encontram-se disponíveis apenas a partir de 2020, em razão do início mais recente da oferta.

As instituições localizam-se em diferentes regiões do país e apresentam especificidades relacionadas ao turno de funcionamento e à organização da formação ofertada. O IFMG, situado na região Sudeste, oferta o curso no período noturno, atendendo principalmente estudantes que buscam conciliar trabalho e estudo. A UFSM, localizada na região Sul, oferta o curso no turno matutino, enquanto a UFPB, situada na região Nordeste, oferece a formação no período vespertino. A consideração desses diferentes contextos institucionais permite situar o curso do IFMG – Campus Santa Luzia em um panorama mais amplo da formação técnica em Paisagismo na Rede Federal, contribuindo para uma leitura contextualizada dos dados de evasão e permanência sem recorrer a comparações diretas entre realidades distintas.

Diante do cenário apresentado, esta pesquisa parte da seguinte questão norteadora: quais padrões institucionais e contextuais atravessam os processos de evasão no curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, no período de 2017 a 2023, e de que modo sua compreensão pode subsidiar estratégias institucionais de enfrentamento da evasão na Educação Profissional e Tecnológica?

O objetivo geral consiste em analisar os padrões de evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, articulando dados institucionais e análise documental à proposição de estratégias institucionais voltadas à permanência estudantil.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa propõe:

- a) examinar os indicadores de ingresso, permanência, conclusão e evasão no período analisado;

- b) analisar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), identificando concepções formativas e elementos estruturais relacionados à permanência estudantil;
- c) contextualizar os dados do IFMG a partir dos demais cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados na Rede Federal;
- d) elaborar um Produto Educacional orientado ao monitoramento e ao enfrentamento da evasão escolar.

No âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a natureza aplicada desta investigação materializa-se na elaboração de um Produto Educacional concebido como parte estruturante da pesquisa. O produto consiste em um Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão Escolar em Cursos Técnicos Subsequentes, destinado à Direção-Geral, à Diretoria de Ensino, às coordenações pedagógica e de curso e aos setores de assistência estudantil do IFMG – Campus Santa Luzia. O material sistematiza indicadores, procedimentos de acompanhamento e orientações técnico-pedagógicas voltadas à leitura qualificada dos dados acadêmicos e à tomada de decisões institucionais fundamentadas, contribuindo para a construção de estratégias preventivas e interventivas relacionadas à permanência e à conclusão dos cursos.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além das Considerações Finais, das Referências e do Apêndice. O primeiro capítulo corresponde à presente introdução, na qual se contextualiza o problema de pesquisa, apresentam-se os objetivos, delimita-se o recorte temporal e institucional do estudo e explicita-se a natureza aplicada da investigação no âmbito do ProfEPT.

No segundo capítulo, discute-se o referencial teórico que sustenta a análise, abordando as categorias de sucesso e fracasso escolar, evasão e permanência estudantil, bem como os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, da Rede Federal e dos Institutos Federais. O capítulo também apresenta discussões relacionadas aos cursos técnicos subsequentes e ao curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação da metodologia da pesquisa, explicitando o delineamento metodológico, as fontes de dados mobilizadas e os procedimentos de coleta e análise. Também são detalhados os critérios de interpretação dos indicadores extraídos da Plataforma Nilo Peçanha e os procedimentos de análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

No quarto capítulo, apresentam-se e analisam-se os dados institucionais e documentais da pesquisa, articulando indicadores de ingresso, permanência, conclusão e evasão à leitura qualitativa das dinâmicas institucionais identificadas entre 2017 e 2023. Nesse capítulo, os dados dos demais cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados na Rede Federal também são utilizados como elementos de contextualização da análise.

O quinto capítulo apresenta o Produto Educacional, descrevendo sua fundamentação teórico-metodológica, sua estrutura, as etapas de desenvolvimento, aplicação e validação. O capítulo explicita de que maneira os resultados da pesquisa foram sistematizados no Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão Escolar, evidenciando sua contribuição para a gestão acadêmica e para a formulação de estratégias institucionais voltadas à permanência estudantil.

Por fim, nas Considerações Finais, retomam-se os principais resultados da investigação, discutem-se suas implicações para a Educação Profissional e Tecnológica e apontam-se possibilidades de continuidade dos estudos sobre evasão escolar no âmbito dos cursos técnicos subsequentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento desta dissertação fundamenta-se em um conjunto de referenciais teóricos voltados à compreensão da evasão escolar no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente nos cursos técnicos subsequentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A construção deste capítulo parte do entendimento de que os processos de permanência, sucesso e fracasso escolar não podem ser analisados de forma isolada ou exclusivamente individual, exigindo a consideração de elementos sociais, institucionais, pedagógicos e históricos que atravessam as trajetórias formativas dos estudantes.

A partir dessa perspectiva, o referencial teórico foi elaborado com base em revisão bibliográfica e documental relacionada às discussões sobre evasão escolar, permanência estudantil, Educação Profissional e Tecnológica, formação integral, Rede Federal e Institutos Federais. Além disso, busca-se estabelecer diálogo entre os referenciais clássicos da área educacional e as especificidades do curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, considerando o contexto institucional investigado e os desafios relacionados à permanência estudantil observados ao longo do período analisado.

A discussão desenvolvida neste capítulo também parte da compreensão de que os indicadores de evasão não constituem apenas dados quantitativos isolados, mas expressam processos sociais e educacionais mais amplos, relacionados às condições concretas de acesso, permanência e conclusão dos estudos. Nesse sentido, os referenciais mobilizados possibilitam interpretar os dados institucionais para além de uma leitura descritiva, contribuindo para a análise das trajetórias escolares dos estudantes e das dinâmicas institucionais que atravessam o fenômeno investigado.

Assim, o capítulo encontra-se organizado em seções que discutem os conceitos de sucesso e fracasso escolar, os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, a constituição da Rede Federal e dos Institutos Federais, bem como aspectos relacionados ao IFMG, ao Campus Santa Luzia, aos cursos técnicos subsequentes e ao curso técnico subsequente em Paisagismo, objeto desta pesquisa. Ao final, são discutidas as relações entre evasão escolar, permanência estudantil e educação integral, considerando os impactos das desigualdades sociais e das transformações recentes no contexto educacional brasileiro.

2.1 O SUCESSO E O FRACASSO ESCOLAR

No contexto dos cursos técnicos subsequentes da Rede Federal, especialmente no curso técnico em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, as noções de sucesso e fracasso escolar assumem sentidos específicos, relacionados

às condições de permanência, continuidade e conclusão dos estudos. A análise dessas categorias exige compreender que as trajetórias escolares são atravessadas por múltiplos fatores sociais, institucionais, pedagógicos e econômicos, que influenciam diretamente a experiência formativa dos estudantes.

A evasão escolar configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado, resultante da interação entre fatores individuais, institucionais e sociais. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a compreensão das causas da evasão torna-se particularmente relevante, uma vez que os cursos técnicos subsequentes atendem, em grande medida, estudantes trabalhadores, sujeitos a diferentes formas de vulnerabilidade social e econômica. Nesse contexto, analisar os processos de permanência e evasão implica considerar não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também as condições concretas que atravessam suas trajetórias escolares.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a evasão escolar tem sido objeto de crescente atenção acadêmica e institucional em razão de seus impactos sobre o direito à educação, sobre a função social das instituições públicas e sobre a efetividade das políticas educacionais voltadas à permanência estudantil. Parte significativa da literatura da área aponta que a evasão não pode ser reduzida a uma suposta falta de interesse ou esforço individual dos estudantes, devendo ser analisada a partir das condições institucionais de oferta educacional, das políticas de permanência e das desigualdades sociais que atravessam os percursos formativos.

Dados do Ministério da Educação (MEC) indicam que os fatores associados à evasão escolar podem ser agrupados em três grandes dimensões: fatores individuais, relacionados às trajetórias escolares e às condições socioeconômicas dos estudantes; fatores institucionais, vinculados à infraestrutura, à organização curricular e aos processos pedagógicos; e fatores externos, associados às condições de trabalho, renda e sobrevivência social (Brasil, 2014). Embora essa classificação anteceda o período pandêmico, ela permanece relevante para compreender os processos de evasão na Educação Profissional e Tecnológica, especialmente diante das transformações educacionais intensificadas a partir de 2020.

Ao discutir evasão escolar, torna-se igualmente necessário problematizar as noções de sucesso e fracasso escolar, compreendendo-as como categorias historicamente construídas e atravessadas por relações sociais, culturais e institucionais. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, particularmente nos

cursos técnicos subsequentes, essas categorias relacionam-se diretamente às possibilidades concretas de permanência, progressão e conclusão dos estudos.

O sucesso escolar constitui temática amplamente discutida na literatura educacional, envolvendo dimensões pedagógicas, sociais, subjetivas e institucionais. De modo geral, o conceito costuma ser associado à capacidade de os estudantes alcançarem os objetivos acadêmicos previstos em suas trajetórias educacionais, refletindo-se em indicadores como aprovação, progressão e conclusão dos cursos. Contudo, parte da literatura amplia essa compreensão ao considerar também a permanência estudantil, a experiência formativa e os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao processo educativo (Perrenoud, 1999; Luckesi, 2011).

Patto (1990) problematiza a noção de sucesso escolar ao afirmar que ela não pode ser interpretada exclusivamente a partir de critérios individuais ou meritocráticos, uma vez que as trajetórias escolares são atravessadas por desigualdades sociais, econômicas e culturais. Sob essa perspectiva, o sucesso escolar não depende apenas do desempenho acadêmico do estudante, mas também da capacidade institucional de garantir condições adequadas de aprendizagem, permanência e desenvolvimento educacional. Quando essas condições se mostram fragilizadas, ampliam-se as possibilidades de insucesso e evasão, especialmente em contextos educacionais marcados por vulnerabilidades sociais.

A compreensão do sucesso escolar também pode ser construída a partir de diferentes dimensões que influenciam a experiência acadêmica dos estudantes. Hattie (2009) destaca a importância da qualidade do ensino, das práticas pedagógicas e do envolvimento discente para o êxito escolar. De forma complementar, Brookover e Lezotte (1979) propõem a análise do sucesso escolar a partir de três perspectivas inter-relacionadas: a acadêmica, relacionada ao desempenho e à progressão nos estudos; a psicológica, vinculada às percepções subjetivas dos estudantes diante do processo educativo; e a social, associada às relações estabelecidas no ambiente escolar. A articulação dessas dimensões influencia diretamente os processos de permanência e conclusão dos estudos, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica, na qual formação escolar e mundo do trabalho mantêm estreita relação.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a discussão sobre sucesso escolar exige considerar as relações entre formação, trabalho e permanência estudantil. Ciavatta (2005) argumenta que a EPT não deve restringir-se à lógica da empregabilidade imediata, mas envolver uma formação crítica e ampliada dos

sujeitos. Essa compreensão possibilita problematizar trajetórias escolares marcadas pela fragilização dos vínculos institucionais, sobretudo em contextos nos quais a formação técnica tende a ser orientada prioritariamente pelas demandas do mercado.

Nesta pesquisa, o sucesso escolar será compreendido como a permanência e a conclusão do curso técnico subsequente em Paisagismo, associadas ao desenvolvimento de competências acadêmicas, profissionais e sociais que permitam aos estudantes atuar criticamente no mundo do trabalho e na sociedade.

Conforme discutem Bourdieu e Passeron (1970) e Dayrell (2007), o ambiente escolar produz normas, expectativas e comportamentos que tendem a ser incorporados, negociados e ressignificados pelos estudantes ao longo de suas trajetórias. Nesse processo, determinados perfis de estudantes encontram maiores possibilidades de adaptação às exigências institucionais, enquanto outros vivenciam experiências marcadas por afastamentos progressivos da vida escolar. Esse afastamento não se configura como evento isolado, mas como processo gradual que pode culminar na evasão escolar (Dore, 2014; Dayrell; Jesus, 2016).

As trajetórias escolares são singulares e atravessadas por experiências distintas, resultantes da interação entre condições individuais e contextos sociais e institucionais. Por essa razão, as noções de sucesso e fracasso escolar não podem ser compreendidas de maneira simplificada ou homogênea, uma vez que envolvem múltiplas dimensões, entre elas fatores pedagógicos, econômicos, sociais, culturais e subjetivos.

Os indicadores de sucesso escolar também variam conforme os contextos educacionais e os critérios utilizados pelas instituições. Em termos gerais, a literatura aponta tanto indicadores quantitativos — como aprovação, progressão e conclusão — quanto indicadores qualitativos relacionados às experiências e percepções dos estudantes (Hattie, 2009). Entretanto, considerando a natureza desta investigação e a utilização de dados institucionais secundários, esta pesquisa privilegia indicadores quantitativos relacionados à permanência e à conclusão dos estudos.

O fracasso escolar, por sua vez, costuma ser associado à reprovação, ao baixo desempenho acadêmico e à evasão escolar (Perrenoud, 1999; Luckesi, 2011). Contudo, abordagens críticas compreendem o fracasso escolar não como resultado exclusivo de dificuldades individuais, mas como expressão de condições sociais, institucionais e pedagógicas que incidem sobre as trajetórias educacionais dos

estudantes. Nessa perspectiva, a evasão constitui uma das manifestações mais evidentes do fracasso escolar (Patto, 1990; Bourdieu; Passeron, 2014).

Patto (1990) argumenta que o fracasso escolar é produzido por um sistema educacional que tende a reproduzir desigualdades sociais historicamente construídas. Dessa forma, o insucesso acadêmico não pode ser atribuído exclusivamente à falta de esforço individual, mas deve ser analisado à luz das condições estruturais e institucionais que interferem na trajetória escolar dos sujeitos.

Charlot (2000) propõe compreender o fracasso escolar a partir de três dimensões inter-relacionadas: a individual, relacionada às dificuldades acadêmicas e à adaptação escolar; a institucional, vinculada às condições de ensino, à organização curricular e às políticas educacionais; e a sociocultural, relacionada ao contexto social e à relação dos estudantes com o saber e com a escolarização. A articulação dessas dimensões contribui para compreender o fracasso escolar como processo complexo, capaz de produzir afastamentos progressivos do ambiente escolar e, em muitos casos, culminar na evasão.

Meira (2015) destaca que o fracasso escolar manifesta-se por meio da reprovação, da repetência e da ausência de condições institucionais que favoreçam a permanência estudantil. Para a autora, esse fenômeno resulta da combinação entre fatores pedagógicos, organizacionais e sociais que interferem diretamente no percurso acadêmico dos estudantes.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, o fracasso escolar também pode ser analisado a partir das relações entre formação e mundo do trabalho. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) argumentam que processos de evasão e baixo desempenho tendem a intensificar-se quando há distanciamento entre as necessidades dos estudantes e o modelo educacional adotado pelas instituições, especialmente quando a formação se orienta predominantemente pela lógica da empregabilidade imediata. Nessas circunstâncias, a fragilização da formação integral compromete a permanência e a continuidade dos estudos.

Para esta pesquisa, o fracasso escolar será compreendido como o conjunto de condições e processos que dificultam ou impedem a conclusão do curso técnico subsequente em Paisagismo, manifestando-se por meio da reprovação, da evasão, do abandono e de fragilidades institucionais e pedagógicas que incidem sobre as trajetórias acadêmicas dos estudantes.

A evasão escolar, entendida neste estudo como a interrupção da trajetória acadêmica antes da conclusão do curso, constitui um fenômeno social complexo, com repercussões acadêmicas, sociais e econômicas significativas. Conforme afirmam Bruno e Abreu (2006), “quando um aluno abandona a escola, a escola já o abandonou há tempos” (apud Almeida; Barbosa, 2010, p. 6), indicando que a evasão representa o desfecho de um processo anterior de fragilização dos vínculos escolares.

Nessa perspectiva, o abandono dos estudos não deve ser compreendido como decisão repentina ou exclusivamente individual, mas como resultado de trajetórias marcadas por dificuldades de permanência, experiências de insucesso e insuficiência das condições institucionais de escolarização.

A perda de estudantes que ingressam, mas não concluem seus cursos, produz impactos sociais, acadêmicos e econômicos significativos. No âmbito das instituições públicas, representa também a não concretização de investimentos realizados pelo Estado em políticas educacionais. Daros (2015) ressalta que os problemas relacionados ao fracasso escolar configuram ameaças ao próprio direito social à educação.

No campo das políticas públicas voltadas à permanência estudantil, destaca-se o Decreto nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Entre os objetivos do Programa encontra-se a redução das taxas de retenção e evasão escolar, buscando ampliar as condições de permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes. Entretanto, a implementação dessas políticas ocorre de maneira desigual entre as instituições, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, exigindo estratégias institucionais compatíveis com as especificidades locais e com os perfis estudantis atendidos.

A teoria da reprodução social proposta por Bourdieu e Passeron (1975) também oferece importantes contribuições para a compreensão das desigualdades educacionais. Segundo os autores, a escola tende a reproduzir desigualdades sociais ao legitimar determinados códigos culturais como universais, favorecendo estudantes com maior acesso ao capital cultural socialmente valorizado.

No contexto dos Institutos Federais e dos cursos técnicos subsequentes, essas desigualdades tornam-se particularmente relevantes, uma vez que estudantes com menor acesso a recursos culturais e educacionais frequentemente enfrentam maiores dificuldades de adaptação às exigências acadêmicas e institucionais, aspecto que pode comprometer sua permanência e favorecer processos de evasão.

Dayrell e Jesus (2016) destacam que o contexto socioeconômico exerce influência decisiva sobre as trajetórias escolares dos jovens. Condições como pobreza, baixa escolaridade familiar e defasagem idade-série ampliam os riscos de evasão ao produzirem barreiras materiais e simbólicas à permanência escolar. Nos cursos técnicos subsequentes, essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes diante da necessidade de conciliar estudo e trabalho.

Estudos desenvolvidos por Johann (2012) e Meira (2015) indicam que, embora fatores econômicos apareçam de forma recorrente nas análises sobre evasão, a incompatibilidade entre demandas escolares e exigências do trabalho constitui elemento particularmente relevante. Nos Institutos Federais, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo compromete significativamente a permanência estudantil, especialmente nos cursos subsequentes frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores.

A permanência escolar não se restringe à existência de infraestrutura e recursos materiais, envolvendo também condições simbólicas, pedagógicas e institucionais que possibilitem aos estudantes sustentar suas trajetórias acadêmicas. Santos (2009) compreende a permanência como processo ativo, que exige acompanhamento institucional contínuo e políticas educacionais capazes de atender às necessidades dos estudantes.

Dessa forma, o fracasso escolar deve ser compreendido como fenômeno multifacetado, atravessado por dimensões individuais, institucionais e estruturais. A análise de suas causas e implicações torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas à construção de trajetórias escolares mais inclusivas e à garantia do direito à educação.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui uma dimensão importante do sistema educacional brasileiro, articulando formação técnica, formação humana e preparação para o mundo do trabalho. Sua organização histórica e conceitual relaciona-se diretamente às transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas ao longo do desenvolvimento do capitalismo, especialmente no que se refere às demandas por qualificação da força de trabalho e à ampliação do acesso à educação formal.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a Educação Profissional e Tecnológica deve ser compreendida para além de uma formação estritamente instrumental, envolvendo a articulação entre conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos. Nessa perspectiva, a EPT não se limita à preparação imediata para o exercício profissional, mas relaciona-se à formação crítica dos sujeitos, articulando educação, trabalho e cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que a Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de ensino, vinculando-se ao trabalho, à ciência e à prática social (Brasil, 1996). Essa compreensão amplia o sentido da formação profissional ao reconhecer que o processo educativo envolve dimensões que ultrapassam a mera qualificação técnica, incorporando aspectos relacionados à participação social, ao desenvolvimento humano e à construção da autonomia dos sujeitos.

Historicamente, a educação profissional esteve associada à transmissão de conhecimentos técnicos e práticos voltados ao exercício de determinados ofícios. Durante a Idade Média, o aprendizado ocorria principalmente nas corporações de ofício, nas quais mestres ensinavam aprendizes em processos formativos diretamente vinculados ao trabalho manual (Sennett, 2008). Com a Revolução Industrial, a ampliação da produção e a crescente complexidade dos processos produtivos tornaram evidente a necessidade de formas mais sistematizadas de formação profissional, contribuindo para o surgimento de modelos institucionais de educação técnica.

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas à educação profissional remontam ao período imperial, com a criação de instituições destinadas ao ensino de artes e ofícios para as camadas populares. Essas iniciativas já revelavam a dualidade histórica da educação brasileira, marcada pela separação entre uma formação intelectual voltada às elites e uma formação profissional destinada aos grupos socialmente subalternizados. Conforme analisa Ciavatta (2005), a educação profissional foi historicamente concebida como mecanismo de preparação da mão de obra para atender às demandas produtivas, frequentemente dissociada de uma formação humana mais ampla.

No início do século XX, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, representou um marco importante na institucionalização da educação profissional no Brasil. Essas escolas tinham como

objetivo formar trabalhadores para o setor industrial em expansão e atendiam prioritariamente jovens oriundos das camadas populares. Embora tenham desempenhado papel relevante na ampliação do acesso à formação profissional, também reforçaram a lógica dual da educação brasileira ao separar formação geral e formação para o trabalho (Ciavatta, 2005).

Ao longo do século XX, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram por sucessivas transformações institucionais, tornando-se Escolas Técnicas Federais e, posteriormente, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Essas mudanças ocorreram em um contexto de intensificação da industrialização e de ampliação das demandas por trabalhadores qualificados. Conforme observa Frigotto (2009), esse processo contribuiu para consolidar uma concepção tecnicista de formação profissional, frequentemente orientada pelas necessidades imediatas do mercado de trabalho.

A organização mais sistemática da educação industrial brasileira começou a ser delineada na Constituição de 1937, em um contexto marcado pela centralização estatal e pelo fortalecimento de um projeto nacional-desenvolvimentista voltado à industrialização. Nesse período, a educação profissional passou a ocupar papel estratégico na formação da força de trabalho necessária ao crescimento econômico do país. Entretanto, a articulação entre educação profissional e formação geral ainda se mostrava limitada, mantendo-se a fragmentação entre formação técnica e educação básica.

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, representou outro momento relevante para a consolidação da educação profissional no Brasil. Essas instituições ampliaram a oferta de qualificação profissional vinculada às demandas dos setores industrial e comercial, contribuindo para a formação técnica de trabalhadores em diferentes áreas produtivas (Frigotto, 2009). Ainda assim, consolidou-se um modelo educacional fortemente associado às necessidades imediatas do mercado de trabalho, frequentemente tensionado pelas discussões em torno da formação integral e da função social da educação.

A Constituição Federal de 1988 representou avanço significativo ao reconhecer a educação como direito social e dever do Estado, incluindo a educação profissional no conjunto das políticas públicas educacionais (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) aprofundou essa

compreensão ao regulamentar a Educação Profissional e Tecnológica e estabelecer sua articulação com os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Nesse contexto, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892/2008, constituiu um marco na reorganização da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Os Institutos Federais passaram a integrar diferentes instituições preexistentes da Rede Federal e ampliaram significativamente a oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Além disso, assumiram como princípio a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando promover uma formação integral e socialmente referenciada (Brasil, 2008).²

A expansão da Rede Federal e dos Institutos Federais ocorreu em um contexto de democratização do acesso à educação pública e de interiorização da oferta educacional. Entretanto, a ampliação do acesso não eliminou os desafios relacionados à permanência estudantil, especialmente em cursos técnicos frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores e sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

A base teórica desta pesquisa encontra-se ancorada nas discussões sobre Educação Profissional e Tecnológica, formação integral, educação omnilateral e mundo do trabalho, perspectivas que se contrapõem a concepções restritas de educação voltadas exclusivamente à empregabilidade imediata. Esses referenciais permitem compreender a formação profissional como processo que articula qualificação técnica, desenvolvimento humano e inserção social.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) defendem que a Educação Profissional e Tecnológica deve integrar conhecimentos técnicos e científicos à formação humana, promovendo autonomia intelectual e participação social dos sujeitos. Essa compreensão dialoga com a perspectiva marxiana de educação e trabalho, segundo a qual a formação dos trabalhadores deve ser compreendida como parte de um processo histórico e social mais amplo, não reduzido à simples preparação instrumental para o mercado de trabalho (Marx, 1867).

Saviani (2007) aprofunda essa discussão ao defender a educação politécnica como possibilidade de superação da fragmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para o autor, a articulação entre teoria e prática constitui elemento

² Os Institutos Federais foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

fundamental para a construção de uma formação mais ampla e crítica, capaz de possibilitar aos sujeitos compreenderem os processos sociais e produtivos em sua totalidade.

Autores como Pistrak (2000) e Gramsci (1978) também contribuem para a compreensão da educação omnilateral ao defenderem uma formação voltada ao desenvolvimento integral dos sujeitos, envolvendo dimensões intelectuais, técnicas, culturais e políticas. Sob essa perspectiva, a educação não se restringe à preparação imediata para o trabalho, mas relaciona-se à formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade social e nela intervir.

Essas discussões mostram-se particularmente relevantes para a análise da Educação Profissional e Tecnológica e das condições de permanência estudantil nos cursos técnicos subsequentes. Em muitos casos, os estudantes desses cursos enfrentam dificuldades relacionadas à conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares, aspecto que interfere diretamente em suas trajetórias acadêmicas e nos processos de permanência e evasão.

Nesta pesquisa, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia constitui importante elemento de análise, por expressar concepções de formação, organização curricular e orientações pedagógicas que incidem diretamente sobre as trajetórias escolares dos estudantes. A análise do PPC será realizada à luz dos referenciais da Educação Profissional e Tecnológica, da formação integral e da relação entre educação e mundo do trabalho, buscando compreender como esses princípios se materializam na organização do curso e de que maneira podem influenciar as condições de permanência e sucesso escolar.

2.3 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui uma das principais políticas públicas educacionais voltadas à formação profissional no Brasil. Composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelo Colégio Pedro II, a Rede Federal desempenha papel estratégico na ampliação do acesso à educação pública e na promoção do desenvolvimento regional,

especialmente em territórios historicamente marcados por desigualdades sociais e educacionais.

A constituição da Rede Federal relaciona-se às transformações históricas da Educação Profissional e Tecnológica no país e aos debates sobre formação humana, trabalho e cidadania. Conforme destaca Dante (2013), a Educação Profissional e Tecnológica incorpora referenciais vinculados à formação integral, omnilateral e politécnica, fundamentados em concepções críticas de educação inspiradas no pensamento marxiano. Esses referenciais buscam superar uma compreensão restrita da formação profissional voltada exclusivamente às necessidades imediatas do mercado de trabalho.

Para Ciavatta (2005), a formação integrada constitui princípio central da Educação Profissional e Tecnológica, ao defender a articulação entre educação geral e educação profissional em sua relação com o trabalho. Essa perspectiva compreende o trabalho não apenas como atividade produtiva, mas também como dimensão constitutiva da formação humana e da participação social dos sujeitos.

A expansão da Rede Federal nas últimas décadas resultou em significativa ampliação da oferta pública de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Atualmente, a Rede Federal conta com centenas de unidades distribuídas em todas as regiões do país, atendendo mais de um milhão de estudantes em diferentes níveis e modalidades de ensino. Os Institutos Federais concentram a maior parte das matrículas da Rede, desempenhando papel central na oferta de cursos técnicos, especialmente na modalidade integrada ao ensino médio (Brasil, 2020).³

Esse processo de expansão contribuiu para a democratização do acesso à educação pública e para a interiorização da oferta educacional, permitindo a instalação de unidades em municípios anteriormente desprovidos de instituições federais de ensino. Entretanto, a ampliação do acesso não eliminou os desafios relacionados à permanência e à conclusão dos estudos, especialmente em cursos frequentados por estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Pacheco (2011, p. 13) afirma que os Institutos Federais representam “a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história”, caracterizando-se como um projeto educacional comprometido com a formação

³ Dados referentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica disponibilizados pelo Ministério da Educação indicam que os Institutos Federais concentram aproximadamente 90% das matrículas da Rede Federal e cerca de 95% das matrículas da educação técnica (Brasil, 2020).

cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional. Essa perspectiva evidencia que a expansão da Rede Federal não se limita ao aumento do número de vagas, mas envolve também a construção de um projeto educacional articulado à formação integral dos sujeitos.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desempenha papel relevante na promoção do desenvolvimento regional ao se inserir em territórios historicamente marcados por desigualdades econômicas e educacionais. De acordo com dados do Ministério da Educação, os Institutos Federais encontram-se presentes em todas as unidades da federação, contribuindo para a interiorização da educação pública e para a redução de assimetrias regionais (Brasil, 2019).

Contudo, embora a ampliação da oferta educacional represente avanço significativo no campo das políticas públicas, ela não garante, por si só, a permanência e a conclusão dos estudos. Os desafios relacionados à evasão escolar permanecem presentes no cotidiano das instituições da Rede Federal, especialmente em cursos técnicos subsequentes frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores, cujas trajetórias escolares são atravessadas por diferentes formas de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, compreender a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica exige considerar não apenas sua dimensão estrutural e histórica, mas também as contradições presentes em seu processo de expansão. Ao mesmo tempo em que a Rede Federal amplia oportunidades educacionais e promove inclusão social, ela também enfrenta desafios relacionados à permanência estudantil, à efetivação da formação integral e à construção de políticas institucionais capazes de assegurar trajetórias acadêmicas contínuas e bem-sucedidas.

2.4 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica organiza-se em diferentes níveis e modalidades, abrangendo cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação (Brasil, 2008). Nesse contexto, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia assumem papel central na oferta da Educação Profissional e Tecnológica, ao articularem formação profissional, educação básica e educação superior em uma mesma estrutura institucional.

A criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892/2008, representou marco importante na reorganização da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Essas instituições passaram a reunir diferentes unidades preexistentes da Rede Federal, ampliando a oferta de cursos e consolidando um modelo institucional voltado à integração entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008).⁴

Segundo Ramos (2011), os Institutos Federais foram concebidos para promover educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, articulando formação técnica, produção científica e desenvolvimento regional. Essa ampliação das atribuições institucionais contribuiu para expandir o acesso à Educação Profissional e Tecnológica pública, ao mesmo tempo em que introduziu novos desafios relacionados à gestão acadêmica, à permanência estudantil e à efetivação dos princípios da formação integral.

A Lei nº 11.892/2008 estabelece como finalidades dos Institutos Federais a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis de ensino; o desenvolvimento da pesquisa aplicada; a promoção da extensão; o fortalecimento do desenvolvimento regional; e a integração entre educação, ciência e tecnologia (Brasil, 2008). Essas atribuições evidenciam a complexidade da atuação institucional dos Institutos Federais, que passaram a desempenhar funções anteriormente distribuídas entre diferentes tipos de instituições educacionais.

A estrutura multicampi dos Institutos Federais constitui uma de suas principais características. Distribuídos em diferentes regiões do país, os campi buscam ampliar o acesso à educação pública e atender às demandas sociais e produtivas dos territórios onde estão inseridos. Essa configuração contribuiu significativamente para a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, permitindo a expansão da oferta educacional para municípios historicamente afastados dos grandes centros urbanos.

Entretanto, a ampla capilaridade territorial também introduz desafios relacionados à infraestrutura, à gestão institucional e às condições de permanência estudantil. A diversidade regional e social dos estudantes atendidos exige das instituições políticas de acompanhamento e permanência capazes de responder às especificidades dos diferentes contextos locais.

⁴ Os Institutos Federais foram instituídos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A missão institucional dos Institutos Federais fundamenta-se na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando promover uma formação profissional comprometida com a cidadania, o desenvolvimento social e a formação integral dos estudantes. Nesse modelo, a Educação Profissional e Tecnológica deixa de ser compreendida apenas como preparação imediata para o mercado de trabalho e passa a envolver a formação crítica e ampliada dos sujeitos.

Pacheco (2011) destaca que os Institutos Federais representam um projeto educacional comprometido com a democratização do acesso à educação pública e com a superação da histórica dualidade educacional brasileira. Sob essa perspectiva, a integração entre educação básica e formação profissional constitui elemento fundamental para a construção de trajetórias formativas mais amplas e socialmente referenciadas.

Ciavatta (2005) associa essa concepção ao princípio da politecnia, compreendido como possibilidade de superação da fragmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual. A autora defende uma formação que articule conhecimentos científicos, técnicos e culturais, permitindo aos sujeitos compreender criticamente os processos produtivos e sociais dos quais participam.

No contexto dos Institutos Federais, a efetivação desses princípios depende da existência de condições pedagógicas, institucionais e materiais capazes de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos. A ampliação da oferta educacional, embora fundamental, não assegura automaticamente trajetórias acadêmicas contínuas e bem-sucedidas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas.

Conforme estabelecido na Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais possuem entre suas finalidades a promoção da permanência estudantil e da inclusão social. Isso evidencia que a política de expansão da Rede Federal pressupõe não apenas a abertura de vagas, mas também a construção de estratégias institucionais voltadas à permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes.

Os Institutos Federais têm desempenhado papel relevante na ampliação das oportunidades educacionais e na promoção da inclusão social no Brasil. Ao ofertarem cursos técnicos, superiores e de pós-graduação articulados à pesquisa e à extensão, essas instituições ampliam o acesso à educação pública de qualidade para diferentes segmentos sociais.

Entretanto, a efetivação dessa função social depende da capacidade institucional de enfrentar desafios relacionados à evasão escolar, especialmente em cursos frequentados por estudantes trabalhadores e sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, a compreensão dos processos de permanência e evasão nos Institutos Federais exige considerar tanto as condições sociais dos estudantes quanto as políticas institucionais de acompanhamento acadêmico, assistência estudantil e organização pedagógica.

2.5 O INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no contexto da política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Enquanto instituição pública federal, o IFMG tem como finalidade promover a inclusão social, o desenvolvimento regional e a oferta de formação profissional e tecnológica articulada às demandas sociais e produtivas, desempenhando papel relevante na ampliação do acesso à educação pública em Minas Gerais (Brasil, 2008).

A constituição do IFMG ocorreu a partir da integração de instituições federais já existentes no estado, entre elas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais de Ouro Preto, Bambuí e São João Evangelista. Essas instituições possuíam trajetória consolidada na formação técnica e profissional, historicamente vinculada às áreas de mineração, agropecuária e indústria. A integração em uma estrutura multicampi representou não apenas uma reorganização administrativa, mas também a reformulação de projetos pedagógicos, da gestão institucional e da oferta formativa (IFMG, 2023).⁵

Com a criação do IFMG, houve significativa ampliação da oferta educacional em diferentes regiões do estado, em consonância com as diretrizes da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O Instituto passou a ofertar cursos técnicos, graduações, licenciaturas e programas de pós-graduação, além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Essa expansão contribuiu para

⁵ O IFMG foi constituído a partir da integração da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista, dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e Bambuí e de suas respectivas unidades descentralizadas, conforme previsto na Lei nº 11.892/2008.

ampliar o acesso à educação pública federal, ao mesmo tempo em que introduziu novos desafios relacionados à gestão acadêmica, à organização curricular e às políticas de permanência estudantil.

A estrutura multicampi do IFMG possibilitou a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica em Minas Gerais, alcançando municípios historicamente desassistidos por instituições federais de ensino. A presença do Instituto em diferentes regiões do estado contribuiu para ampliar oportunidades educacionais e fortalecer processos de desenvolvimento local e regional. Entretanto, a expansão territorial da instituição também trouxe desafios relacionados às condições de permanência dos estudantes, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e dificuldades de acesso às políticas públicas educacionais.

A missão institucional do IFMG orienta-se pela promoção da formação profissional e cidadã por meio da educação pública de qualidade, articulando ensino, pesquisa e extensão e buscando contribuir para o desenvolvimento social e regional (IFMG, 2023). Essa concepção ultrapassa uma compreensão restrita de formação profissional voltada apenas à empregabilidade imediata, defendendo uma formação humana mais ampla e integrada.

Nesse contexto, o IFMG desempenha papel importante na ampliação das oportunidades educacionais em Minas Gerais, especialmente para estudantes oriundos das camadas populares. Entretanto, os desafios relacionados à permanência estudantil permanecem presentes no cotidiano institucional, sobretudo em cursos técnicos subsequentes frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores e sujeitos com trajetórias escolares heterogêneas.

As ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFMG também contribuem para a produção de conhecimento e para o fortalecimento da relação entre instituição e comunidade. Em diferentes campi, essas iniciativas buscam responder a demandas sociais e econômicas locais, envolvendo projetos voltados à sustentabilidade, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento regional. Contudo, o alcance dessas ações em relação às trajetórias formativas dos estudantes depende de sua efetiva articulação com os cursos ofertados e com as políticas institucionais de permanência acadêmica.

A compreensão do IFMG enquanto instituição integrante da Rede Federal exige considerar simultaneamente sua função social, sua expansão territorial e os desafios relacionados à permanência estudantil. Embora a ampliação do acesso à educação

pública represente importante avanço no campo das políticas educacionais, a efetivação do direito à educação pressupõe também a criação de condições institucionais capazes de assegurar trajetórias acadêmicas contínuas e condições efetivas de conclusão dos estudos.

2.6 O CAMPUS SANTA LUZIA

O Campus Santa Luzia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e foi implantado em 2013, no contexto da política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica promovida pelo governo federal. Sua criação esteve relacionada à necessidade de ampliar a oferta de educação pública e profissional em uma região marcada por desigualdades socioeconômicas e por limitações históricas no acesso à educação profissional federal (IFMG, 2023).

Localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a aproximadamente 18 quilômetros da capital mineira, o município de Santa Luzia apresenta significativa concentração populacional e importantes demandas sociais relacionadas à educação, à qualificação profissional e à inserção no mundo do trabalho. O contexto socioeconômico da região influencia diretamente o perfil dos estudantes atendidos pelo campus, especialmente nos cursos técnicos subsequentes, frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores e sujeitos com trajetórias escolares heterogêneas.

A implantação do Campus Santa Luzia ocorreu a partir da cessão de imóvel pela Prefeitura Municipal, tendo suas atividades acadêmicas iniciadas no ano letivo de 2014, após autorização do Ministério da Educação. A constituição relativamente recente da unidade interfere em diferentes dimensões da organização institucional, acadêmica e pedagógica, aspecto relevante para a compreensão das trajetórias estudantis e dos processos de permanência e evasão observados nos cursos ofertados.

O Campus Santa Luzia foi concebido com a finalidade de articular ensino, pesquisa e extensão, buscando contribuir para o desenvolvimento regional e para a formação integral dos estudantes. Ao mesmo tempo, a instituição procura estabelecer diálogo com os setores produtivos locais, especialmente nas áreas relacionadas à construção civil, design, segurança do trabalho e paisagismo. Essa articulação entre

formação profissional e demandas regionais constitui característica importante da atuação do campus.

Além dos cursos regulares, o Campus Santa Luzia desenvolve cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), voltados à qualificação profissional e à atualização de competências em diferentes áreas. Embora esses cursos não constituam objeto central desta pesquisa, sua existência evidencia a diversidade de públicos atendidos pela instituição e a complexidade das demandas educacionais presentes no campus.

Atualmente, o Campus Santa Luzia oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Edificações e Segurança do Trabalho, além de cursos técnicos subsequentes em Paisagismo e Segurança do Trabalho. No ensino superior, oferta cursos de bacharelado em Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, além do curso superior de Tecnologia em Design de Interiores.

Entre os cursos ofertados, o curso técnico subsequente em Paisagismo constitui o foco desta investigação, sobretudo por atender predominantemente estudantes que conciliam estudo, trabalho e outras responsabilidades cotidianas. Essa condição interfere diretamente nas trajetórias acadêmicas e nos desafios relacionados à permanência e à evasão escolar, aspectos centrais para a análise proposta nesta pesquisa.

A realidade institucional do Campus Santa Luzia evidencia que a ampliação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica não elimina automaticamente os desafios relacionados à permanência estudantil. Aspectos como deslocamento, condições socioeconômicas, necessidade de inserção laboral e dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho interferem diretamente na continuidade dos percursos formativos, especialmente nos cursos subsequentes ofertados no período noturno.

Desse modo, compreender o contexto institucional do Campus Santa Luzia torna-se fundamental para a análise dos padrões de evasão observados no curso técnico subsequente em Paisagismo. As especificidades regionais, o perfil do público atendido e as características da organização institucional constituem elementos importantes para interpretar as trajetórias acadêmicas dos estudantes e os processos de permanência e evasão identificados ao longo do período analisado.

2.7 OS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

Os cursos técnicos subsequentes constituem uma modalidade da Educação Profissional e Tecnológica destinada a estudantes que já concluíram o ensino médio e buscam formação técnica específica em determinada área profissional. Regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), esses cursos articulam qualificação profissional e formação técnica voltada ao mundo do trabalho, atendendo sujeitos com trajetórias escolares e profissionais diversificadas (Brasil, 1996).

Conforme estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), os cursos técnicos subsequentes caracterizam-se pela oferta de formação técnica em período relativamente reduzido, geralmente entre um e dois anos, direcionada a estudantes já certificados no ensino médio (Brasil, 2014). Essa organização curricular busca responder à necessidade de qualificação profissional em menor tempo, sobretudo para sujeitos já inseridos no mercado de trabalho ou em busca de inserção profissional imediata.

Entretanto, a curta duração desses cursos também produz tensões importantes relacionadas às condições de permanência estudantil. Muitos estudantes dos cursos subsequentes precisam conciliar atividades acadêmicas, trabalho e responsabilidades familiares, o que interfere diretamente em suas trajetórias escolares. Nesse contexto, a organização curricular intensiva e a elevada carga horária podem tornar-se fatores que dificultam a continuidade dos estudos.

Uma das características frequentemente associadas aos cursos técnicos subsequentes é a articulação entre teoria e prática, com ênfase na aplicação dos conhecimentos em situações relacionadas ao mundo do trabalho. Conforme aponta Ciavatta (2005), essa integração constitui princípio importante da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente por aproximar formação técnica e realidade social.

Contudo, a efetivação dessa articulação depende de condições institucionais, pedagógicas e estruturais nem sempre plenamente asseguradas. Em cursos de curta duração e frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores, as dificuldades relacionadas ao tempo disponível para estudo, à participação em atividades práticas e à conciliação entre formação e trabalho tornam-se especialmente relevantes para compreender os processos de permanência e evasão.

Os cursos técnicos subsequentes desempenham papel importante na ampliação do acesso à educação profissional, sobretudo para sujeitos que já concluíram o ensino médio e buscam qualificação técnica para inserção ou reinserção no mundo do trabalho. Conforme destaca Frigotto (2009), essa modalidade contribui para a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica ao possibilitar formação profissional para diferentes segmentos sociais.

Ao mesmo tempo, os cursos subsequentes frequentemente se articulam às demandas regionais de formação profissional, buscando atender especificidades econômicas e produtivas dos territórios nos quais estão inseridos (Ramos, 2011). Entretanto, essa relação não ocorre de maneira automática. Em muitos casos, as expectativas dos estudantes em relação à rápida inserção profissional entram em tensão com as condições concretas de permanência acadêmica, especialmente quando os sujeitos precisam priorizar atividades laborais em detrimento da continuidade dos estudos.

Além disso, os cursos técnicos subsequentes enfrentam desafios estruturais relacionados à infraestrutura institucional, à organização curricular, à assistência estudantil e às condições de acompanhamento pedagógico. Essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes em contextos marcados por vulnerabilidade socioeconômica e pela necessidade de conciliação entre estudo e trabalho.

A pandemia de COVID-19 intensificou muitos desses desafios ao aprofundar desigualdades sociais e educacionais já existentes. As dificuldades de acesso às tecnologias digitais, a redução da renda familiar e as transformações nas dinâmicas de trabalho afetaram significativamente os estudantes dos cursos subsequentes, contribuindo para o aumento das dificuldades relacionadas à permanência acadêmica.

Nesse cenário, as discussões sobre os cursos técnicos subsequentes não podem restringir-se à incorporação de tecnologias digitais ou à adoção de metodologias consideradas inovadoras. Torna-se necessário considerar também políticas institucionais de permanência capazes de reconhecer as especificidades do perfil dos estudantes atendidos por essa modalidade.

Fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil constitui condição importante para que os cursos técnicos subsequentes possam cumprir sua função social de democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Isso implica compreender a permanência estudantil como dimensão central do processo educativo, especialmente em contextos nos quais as

trajetórias escolares são atravessadas por desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

2.8. CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO *CAMPUS SANTA LUZIA*

O Curso Técnico Subsequente em Paisagismo ofertado pelo Campus Santa Luzia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) constitui uma formação profissional voltada à atuação nas áreas de paisagismo, planejamento urbano, arquitetura paisagística e organização de espaços verdes. Inserido no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, o curso expressa o compromisso institucional com a oferta de educação pública articulada ao desenvolvimento regional, à sustentabilidade ambiental e à formação técnica qualificada (IFMG, 2023).

O paisagismo caracteriza-se como campo de atuação interdisciplinar que integra conhecimentos relacionados à arquitetura, urbanismo, botânica, meio ambiente e planejamento territorial. O crescimento da urbanização e a ampliação das discussões sobre sustentabilidade ambiental contribuíram para o fortalecimento desse campo profissional nas últimas décadas. Entretanto, o setor também apresenta formas de inserção profissional marcadas por instabilidade e informalidade, aspecto que influencia as expectativas dos estudantes em relação à formação técnica e à inserção no mundo do trabalho (Santos, 2018).

O Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do Campus Santa Luzia destina-se a estudantes que já concluíram o ensino médio e buscam formação técnica em período relativamente reduzido. O curso possui como objetivo formar profissionais aptos a atuar no planejamento, execução e gerenciamento de projetos paisagísticos em diferentes contextos, como jardins residenciais, espaços públicos, áreas comerciais e empreendimentos urbanos (IFMG, 2023).

Além das competências técnicas relacionadas à elaboração e manutenção de projetos paisagísticos, a formação também contempla discussões relacionadas à sustentabilidade ambiental, preservação de espaços verdes e organização do ambiente urbano. Contudo, a curta duração do curso, associada às exigências acadêmicas e práticas da formação, pode representar desafio adicional para estudantes que conciliam estudo, trabalho e outras responsabilidades cotidianas.

Os cursos técnicos subsequentes, especialmente aqueles ofertados no período noturno, apresentam especificidades que interferem diretamente nas condições de

permanência estudantil. O público atendido é composto majoritariamente por estudantes trabalhadores, adultos ou jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condição que impacta suas trajetórias acadêmicas e amplia os desafios relacionados à continuidade dos estudos.

Nesse contexto, estratégias pedagógicas relacionadas ao acompanhamento acadêmico, à flexibilização curricular e ao apoio institucional tornam-se elementos importantes para a permanência e o êxito dos estudantes. A ausência ou fragilidade dessas condições pode contribuir para processos de desmotivação, afastamento progressivo e evasão escolar.

Segundo informações disponibilizadas pelo IFMG Campus Santa Luzia, o curso tem como finalidade formar profissionais capazes de atuar na proposição e reconstrução de áreas verdes a partir de princípios técnicos, científicos e estéticos, articulando competências relacionadas à sustentabilidade ambiental e à organização do espaço urbano (IFMG, 2023).

A proposta formativa do curso também pode ser analisada a partir de discussões produzidas no campo do paisagismo. Rosaneli (2015), ao investigar currículos e planos de ensino da área, problematiza a superficialidade presente em determinadas propostas formativas, nas quais o paisagismo tende a ser reduzido a um exercício meramente estético ou ornamental. Para o autor, essa redução compromete a compreensão crítica da paisagem e limita as possibilidades de formação técnica e reflexiva dos estudantes.

Rosaneli (2015) também chama atenção para a limitada atratividade e para a pouca clareza das informações disponibilizadas pelos cursos de paisagismo em seus ambientes virtuais. Segundo o autor, muitos websites institucionais apresentam conteúdos desorganizados, pouco acessíveis e visualmente pouco atrativos, dificultando o reconhecimento do curso como espaço de formação técnica qualificada.

No contexto do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, essas reflexões permitem problematizar a relação entre comunicação institucional, construção de expectativas e permanência estudantil. A dificuldade de acesso a informações claras sobre o curso, sobre o perfil profissional do egresso e sobre as possibilidades de atuação na área pode interferir diretamente no sentimento de pertencimento dos estudantes e em suas expectativas em relação à formação.

O site institucional do IFMG apresenta o perfil do egresso como profissional apto a atuar na elaboração, execução e gerenciamento de projetos paisagísticos, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (IFMG, 2023). Entre as competências previstas encontram-se a organização de espaços verdes, a elaboração de representações gráficas, o planejamento paisagístico e o gerenciamento de empreendimentos relacionados à área.

Trata-se de perfil profissional amplo, que articula conhecimentos técnicos, científicos, ambientais e estéticos. Entretanto, quando considerado o contexto específico dos cursos subsequentes — marcados pela curta duração e pela presença predominante de estudantes trabalhadores —, a amplitude dessas competências exige reflexão. A concretização dessa proposta formativa depende não apenas da organização curricular, mas também das condições institucionais e pedagógicas efetivamente disponíveis aos estudantes.

A apresentação institucional do curso também enfatiza as diferentes possibilidades de atuação profissional dos egressos, incluindo escritórios de arquitetura e paisagismo, empresas de jardinagem, órgãos públicos, construtoras e atuação autônoma. Embora esse conjunto de possibilidades contribua para ampliar o interesse pelo curso, ele também pode produzir expectativas relacionadas à empregabilidade e ao retorno profissional imediato.

Quando tais expectativas não se concretizam durante a experiência formativa ou após a conclusão do curso, podem surgir processos de frustração e desmotivação que interferem diretamente na permanência estudantil. Nesse sentido, compreender as relações entre expectativas profissionais, experiência acadêmica e permanência torna-se elemento importante para a análise da evasão escolar no curso investigado.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo também dialoga com perspectivas de educação problematizadora e formação crítica dos estudantes. Em aproximação com as discussões de Paulo Freire (1987), o PPC busca superar práticas centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos, propondo processos formativos voltados ao desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica dos estudantes.

Entretanto, Schwab e Lazarotto (2013) destacam que as expectativas dos estudantes nem sempre são plenamente contempladas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos. Segundo as autoras, as transformações no mundo do trabalho

exigem profissionais capazes de compreender criticamente sua atuação e adaptar-se às diferentes demandas profissionais e sociais.

Nesse contexto, a percepção que os estudantes constroem acerca da formação recebida, associada às relações estabelecidas com professores, colegas e instituição, influencia diretamente suas decisões sobre permanência ou abandono do curso. Aspectos relacionados ao acompanhamento pedagógico, à identificação com a área profissional e ao sentimento de pertencimento institucional tornam-se particularmente relevantes para compreender as trajetórias acadêmicas no âmbito dos cursos técnicos subsequentes.

As discussões apresentadas permitem compreender que o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia se organiza a partir de proposta formativa alinhada aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica e da formação integral. Entretanto, a concretização desses princípios ocorre em meio a desafios institucionais, pedagógicos e sociais que interferem diretamente na experiência acadêmica dos estudantes. Aspectos relacionados à organização curricular, às expectativas profissionais, às condições de permanência e às próprias especificidades do público atendido tornam-se elementos relevantes para a compreensão das trajetórias escolares e dos processos de evasão observados no curso.

2.9. A EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar constitui um dos principais desafios enfrentados pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente nos cursos técnicos subsequentes ofertados no período noturno e frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores. Embora a ampliação do acesso à educação pública represente importante avanço no campo das políticas educacionais, a permanência e a conclusão dos estudos continuam atravessadas por diferentes obstáculos sociais, econômicos, institucionais e pedagógicos.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a evasão escolar não pode ser compreendida como fenômeno exclusivamente individual ou resultado isolado de dificuldades acadêmicas. Conforme discutem Dore e Lüscher (2011), os processos de evasão envolvem múltiplos fatores que se articulam de maneira complexa, incluindo questões relacionadas às condições socioeconômicas dos estudantes, às trajetórias

escolares anteriores, à organização institucional dos cursos e às políticas de permanência adotadas pelas instituições.

A literatura sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica aponta que os cursos técnicos subsequentes apresentam especificidades importantes em relação às demais modalidades de ensino técnico. Entre essas especificidades destacam-se a predominância de estudantes adultos ou jovens trabalhadores, a necessidade de conciliar estudo e trabalho e a curta duração dos cursos, fatores que influenciam diretamente os índices de permanência e conclusão.

Conforme destaca Dore (2014), a evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica deve ser compreendida como processo gradual de afastamento institucional e acadêmico, marcado pelo enfraquecimento progressivo dos vínculos dos estudantes com a escola. Nessa perspectiva, a evasão não ocorre de maneira abrupta, mas constitui o resultado de trajetórias escolares atravessadas por dificuldades acumuladas ao longo do percurso formativo.

Dayrell e Jesus (2016) argumentam que as trajetórias escolares dos jovens são fortemente influenciadas pelas condições concretas de vida, especialmente em contextos marcados por desigualdade social. Aspectos como inserção precoce no mundo do trabalho, dificuldades financeiras, longos deslocamentos urbanos e responsabilidades familiares interferem diretamente na permanência estudantil. Nos cursos técnicos subsequentes, essas condições tornam-se ainda mais evidentes em razão do perfil do público atendido.

Além das questões socioeconômicas, a organização institucional dos cursos também influencia os processos de permanência e evasão. Aspectos relacionados à carga horária, à organização curricular, às metodologias de ensino, ao acompanhamento pedagógico e às condições de acolhimento institucional podem fortalecer ou fragilizar os vínculos acadêmicos dos estudantes.

Meira (2015) destaca que a evasão escolar também se relaciona às dificuldades institucionais de reconhecimento das especificidades dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. Em muitos casos, os modelos pedagógicos permanecem estruturados a partir de lógicas pouco compatíveis com as condições concretas dos estudantes trabalhadores, dificultando processos de adaptação, acompanhamento e permanência.

A permanência estudantil, nesse contexto, não pode ser reduzida à simples presença física do estudante na instituição. Conforme discutem Santos e Oliveira

(2020), permanecer envolve condições objetivas e subjetivas que permitam ao estudante sustentar sua trajetória acadêmica ao longo do curso. Isso inclui acesso a políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico, integração institucional e construção de sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, as políticas de assistência estudantil desempenham papel importante na permanência dos estudantes. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, estabelece ações voltadas à redução das desigualdades sociais e à ampliação das condições de permanência na educação pública federal (Brasil, 2010). Entre suas diretrizes encontram-se ações relacionadas à alimentação, transporte, moradia, inclusão digital, apoio pedagógico e assistência à saúde.

Entretanto, a existência de políticas de assistência estudantil não garante, por si só, a permanência acadêmica. A efetividade dessas políticas depende das condições institucionais de implementação, da disponibilidade orçamentária e da capacidade das instituições de identificar as demandas específicas de seus estudantes.

No contexto da pandemia de COVID-19, os desafios relacionados à permanência estudantil tornaram-se ainda mais evidentes. A suspensão das atividades presenciais e a adoção do ensino remoto emergencial aprofundaram desigualdades sociais e ampliaram dificuldades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais, às condições de estudo e à manutenção dos vínculos institucionais.

Conforme discutem Duarte et al. (2024), os impactos da pandemia sobre a educação brasileira não ocorreram de forma homogênea, atingindo de maneira mais intensa estudantes em situação de vulnerabilidade social. A dificuldade de acesso à internet, a necessidade de intensificação das atividades laborais e a precarização das condições de vida contribuíram para ampliar processos de afastamento escolar e fragilização das trajetórias acadêmicas.

No caso dos cursos técnicos subsequentes, esses impactos mostraram-se particularmente significativos em razão da predominância de estudantes trabalhadores e da forte dependência de atividades práticas em determinados componentes curriculares. A reorganização emergencial das atividades pedagógicas, embora necessária diante do contexto sanitário, evidenciou limitações estruturais

relacionadas à inclusão digital e às condições de acompanhamento acadêmico dos estudantes.

Nesse cenário, as discussões sobre evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica exigem considerar a articulação entre fatores institucionais, sociais e pedagógicos. A evasão não pode ser compreendida exclusivamente a partir do desempenho individual dos estudantes, mas deve ser analisada como expressão de desigualdades sociais historicamente produzidas e de limites institucionais relacionados à garantia do direito à educação.

Para esta pesquisa, a evasão escolar será compreendida como resultado de processos sociais, institucionais e pedagógicos que interferem na continuidade das trajetórias acadêmicas dos estudantes do curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia. Sob essa perspectiva, a interrupção dos estudos não é entendida como fenômeno isolado ou exclusivamente individual, mas como manifestação de dificuldades relacionadas às condições de permanência, às experiências escolares e às próprias dinâmicas institucionais que atravessam o curso investigado.

2.9.1 A PANDEMIA DE COVID-19 E OS PADRÕES DE EVASÃO NO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO DO IFMG – CAMPUS SANTA LUZIA

A incorporação da pandemia da COVID-19 como categoria analítica mostra-se fundamental para a compreensão dos padrões de evasão observados no curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia no período analisado. Os dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha evidenciam variações significativas nos indicadores de matrícula, permanência e evasão, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, coincidentes com a adoção do ensino remoto emergencial e com as restrições impostas pelo contexto sanitário.

A análise da série histórica compreendida entre 2017 e 2023 demonstra que os índices de evasão não se distribuem de forma linear ao longo do tempo, apresentando inflexões relevantes durante o período pandêmico. Em consonância com Duarte e Andrade Oliveira (2024), a pandemia constitui um marco que intensifica a incidência simultânea de fatores estruturais e escolares sobre o direito à educação, afetando de maneira particular a permanência dos estudantes na educação pública. No caso do curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, o

aumento da evasão nos anos de 2020 e 2021 pode ser interpretado a partir da combinação entre vulnerabilidades socioeconômicas dos estudantes e limites pedagógicos e organizacionais do ensino remoto emergencial.

O perfil predominante dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes — majoritariamente composto por sujeitos que conciliam trabalho e estudo — revela-se especialmente sensível em contextos de crise social e econômica. Durante a pandemia, a intensificação das demandas econômicas, a instabilidade laboral e a redução da renda familiar configuraram elementos centrais para o afastamento de estudantes das atividades acadêmicas. Essa dinâmica corrobora a noção de efeitos estruturais discutida por Duarte e Andrade Oliveira (2024), segundo a qual as condições materiais de existência desempenham papel decisivo na efetivação do direito à educação e na permanência no sistema educacional, especialmente entre grupos socialmente mais vulneráveis.

Paralelamente, os efeitos escolares também se manifestam de forma significativa nos dados analisados. Ainda que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tenha apresentado maior capacidade institucional de organização do ensino remoto quando comparada a outras redes públicas, a transposição das atividades presenciais para o ambiente virtual implicou desafios pedagógicos expressivos. A reorganização curricular, as limitações no acompanhamento pedagógico e as dificuldades de adaptação às especificidades dos cursos técnicos — nos quais a dimensão prática ocupa lugar central — impactaram diretamente a experiência formativa dos estudantes.

Nesse sentido, os dados da Plataforma Nilo Peçanha indicam que a evasão observada durante o período pandêmico não pode ser atribuída a fatores individuais, como desinteresse ou baixa motivação discente. Trata-se, na realidade, de um fenômeno resultante da articulação entre condicionantes estruturais e escolares intensificados pelo contexto da pandemia. Conforme argumentam Duarte e Andrade Oliveira (2024), a crise sanitária atuou como catalisadora de processos de exclusão educacional já existentes, ampliando desigualdades e tornando mais evidentes as fragilidades das políticas de garantia do direito à educação.

Outro aspecto relevante refere-se ao período pós-pandêmico. Embora a retomada gradual das atividades presenciais, a partir de 2022, tenha contribuído para a estabilização de alguns indicadores educacionais, os efeitos acumulados do período de ensino remoto permanecem perceptíveis. Déficits de aprendizagem, rupturas no

vínculo institucional e fragilização das trajetórias escolares continuam incidindo sobre a permanência dos estudantes, confirmando a análise de Duarte e Andrade Oliveira (2024) de que os impactos da pandemia ultrapassam o momento imediato da crise sanitária.

Dessa forma, a leitura dos dados do curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia reforça a compreensão da evasão escolar como fenômeno multidimensional, atravessado por fatores estruturais, institucionais e pedagógicos. A pandemia da COVID-19, longe de constituir um evento isolado, configura-se como marco histórico que redefiniu as condições de acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando a necessidade de respostas institucionais articuladas, envolvendo políticas de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico sistemático e reorganização curricular orientada pela garantia do direito à educação.

2.10 A EDUCAÇÃO INTEGRAL E A LUTA PELA PERMANÊNCIA DO ALUNO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) fundamenta-se em princípios que articulam inclusão social, formação cidadã e desenvolvimento humano integral. Nesse contexto, a integração entre o ensino médio e a educação técnica, conforme defendido por Frigotto (2018), constitui resposta histórica à dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro, marcada pela separação entre formação geral e formação profissional. Ao propor essa integração, os Institutos Federais buscam romper com uma lógica excludente que destinava a formação técnica aos filhos da classe trabalhadora e a formação acadêmica às elites, afirmando a educação omnilateral como direito social e condição para a permanência e o êxito dos estudantes.

O papel social do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) extrapola a oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades ao assumir a formação de sujeitos capazes de atuar criticamente nos diversos setores da sociedade. Essa atuação articula-se ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, ao mesmo tempo em que compreende a EPT como processo educativo e investigativo que integra educação básica, ensino superior, pesquisa e extensão. Tal concepção amplia o sentido da formação profissional para além da qualificação imediata para o mercado de trabalho, reforçando o compromisso institucional com a

permanência dos estudantes e com a construção de trajetórias formativas socialmente referenciadas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) orienta sua atuação a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como horizonte a formação cidadã e o desenvolvimento regional. Essa diretriz institucional expressa a busca por um modelo educacional socialmente inclusivo, comprometido com a inovação e a sustentabilidade e alinhado às demandas sociais contemporâneas. Entretanto, a efetivação dessa missão pressupõe a criação de condições concretas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes ao longo de suas trajetórias formativas.

Os Institutos Federais têm desempenhado papel estratégico na ampliação do acesso à educação e na promoção da inclusão educacional e social no Brasil. A articulação entre educação profissional e ensino médio integrado, conforme analisa Ciavatta (2005), constitui proposta formativa que busca superar a fragmentação do conhecimento ao combinar saberes gerais, técnicos e científicos. Essa concepção contribui não apenas para ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de continuidade dos estudos, mas também para fortalecer a formação integral e omnilateral dos estudantes, elemento central para a construção de trajetórias escolares mais consistentes e para a permanência no sistema educacional.

Além da oferta de cursos regulares, os Institutos Federais têm se consolidado como espaços de produção de conhecimento por meio da pesquisa aplicada e do desenvolvimento de ações de extensão voltadas às demandas locais e regionais. Conforme aponta Frigotto (2019), essa articulação amplia o sentido da formação profissional ao aproximar o estudante de problemas concretos da realidade social. Quando integradas ao percurso formativo, essas experiências podem fortalecer o vínculo do estudante com a instituição, ampliar o sentimento de pertencimento e contribuir para a permanência acadêmica, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social.

A concepção de educação presente na legislação educacional brasileira fornece fundamentos importantes para a compreensão da educação integral e da permanência estudantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) compreende a educação como conjunto de processos formativos que se desenvolvem em diferentes esferas da vida social, incluindo o trabalho, a convivência social e as manifestações culturais, reforçando sua articulação com a prática social.

Ao estabelecer como finalidades o pleno desenvolvimento do educando, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, a LDB afirma uma concepção ampliada de educação, reafirmada pela Constituição Federal de 1988 ao reconhecê-la como direito de todos. Esses princípios reforçam a educação integral como compromisso do Estado e da sociedade, colocando a permanência dos estudantes no sistema educacional como condição necessária para a efetivação desse direito.

Esses fundamentos legais e conceituais constituem pilares teóricos importantes desta pesquisa ao reafirmarem a educação como direito universal e condição essencial para o desenvolvimento humano integral. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica assume centralidade ao articular conhecimentos técnicos e científicos às práticas sociais e ao mundo do trabalho, superando concepções restritas de qualificação instrumental (Frigotto, 2018; Pacheco, 2011). Os Institutos Federais, ao proporem um modelo educacional que integra ensino médio, educação técnica e ensino superior, ampliam o acesso à educação pública de qualidade para distintos segmentos sociais, especialmente aqueles historicamente excluídos.

A reflexão sobre educação integral e permanência estudantil dialoga de forma incontornável com o pensamento de Paulo Freire. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2013) concebe a educação como prática libertadora, orientada para o desenvolvimento da consciência crítica e para a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir em sua realidade social. Essa perspectiva fundamenta-se em prática pedagógica dialógica, na qual educadores e educandos constroem coletivamente o conhecimento, rompendo com a lógica da educação bancária. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essa concepção assume especial relevância, na medida em que práticas educativas que reconhecem o estudante como sujeito histórico e social tendem a fortalecer o vínculo com a instituição, ampliar o sentido da formação e contribuir para a permanência no percurso escolar.

No debate sobre formação integral, Ciavatta (2014) recupera o conceito de politécnica como perspectiva que articula educação e trabalho enquanto dimensões indissociáveis do processo de emancipação humana na sociedade capitalista. Para a autora, a relação entre trabalho e educação constitui campo permanente de disputa, no qual se confrontam projetos formativos orientados ora pela lógica da adaptação ao mercado, ora pela humanização e pela ampliação das capacidades dos sujeitos.

Nesse sentido, a pedagogia socialista assume relevância ao preservar a memória histórica das lutas educacionais voltadas à formação integral e ao afirmar que a construção de uma nova relação entre trabalho e educação não pode ocorrer de forma isolada, mas articulada às lutas sociais mais amplas pela melhoria das condições de vida da população.

A noção de educação integral pressupõe o desenvolvimento pleno do ser humano, contemplando de forma articulada suas dimensões cognitivas, emocionais, sociais e profissionais (Ciavatta, 2014; Frigotto, 2018). Nessa perspectiva, a evasão e o fracasso escolar não se configuram apenas como indicadores administrativos, mas como expressões da negação do direito social à educação (Patto, 1990; Dore; Lüscher, 2011).

Daros (2015) destaca que a interrupção das trajetórias escolares compromete diretamente esse direito ao limitar as possibilidades de desenvolvimento humano. Frigotto (2018), por sua vez, reforça que a luta por uma educação universal exige a superação da fragmentação dos saberes, afirmando a escola unitária, omnilateral e politécnica como direito social e subjetivo.

Nessa mesma direção, Demo (2006) defende concepção de educação comprometida com a formação crítica e reflexiva dos sujeitos, ultrapassando a lógica da mera qualificação técnica e possibilitando emancipação intelectual e social. Para o autor, educar implica desenvolver a capacidade de questionar, interpretar e intervir na realidade, condição fundamental para a construção da autonomia. Essa perspectiva dialoga com o pensamento freireano ao compreender a educação como prática dialógica e política, na qual o estudante é reconhecido como sujeito ativo de sua formação.

Os Institutos Federais assumem, segundo Pacheco (2011), papel estratégico na redefinição da Educação Profissional e Tecnológica ao proporem projeto formativo que ultrapassa a preparação imediata para o mercado de trabalho. Ao articular formação técnica, cidadania e desenvolvimento regional, essas instituições buscam promover emancipação social e participação ativa dos sujeitos em seus contextos de vida e trabalho. Entretanto, a materialização desse projeto depende da efetiva integração entre saberes técnicos e gerais em currículos interdisciplinares, bem como da construção de condições institucionais que favoreçam o engajamento, o pertencimento e a permanência dos estudantes ao longo de sua trajetória formativa.

A evasão escolar deve ser compreendida como fenômeno que expressa, de forma concreta, as desigualdades estruturais da sociedade, mas que também revela limites e contradições das práticas institucionais. Nesse sentido, enfrentar a evasão implica reconhecer que a permanência estudantil não pode ser atribuída exclusivamente ao esforço individual do aluno, exigindo ações integradas que considerem tanto o perfil socioeconômico dos estudantes quanto as condições pedagógicas e organizacionais das instituições. Para os Institutos Federais, isso demanda o redimensionamento das práticas pedagógicas, o fortalecimento de políticas de inclusão e a implementação de mecanismos sistemáticos de acompanhamento e suporte acadêmico e socioemocional, de modo a garantir condições efetivas de permanência e êxito ao longo da trajetória formativa.

A integração entre formação técnica e mundo do trabalho pressupõe não apenas abordagens interdisciplinares no currículo, mas também a efetiva articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pela missão dos Institutos Federais. Nesse contexto, políticas institucionais de acompanhamento e avaliação dos percursos formativos, como a política de acompanhamento de egressos regulamentada pela Resolução nº 19/2019 do IFMG, assumem relevância estratégica ao possibilitar a retroalimentação dos processos pedagógicos. Ao permitir a análise das trajetórias acadêmicas e profissionais dos estudantes, tais políticas podem subsidiar a identificação de fragilidades formativas, orientar ajustes curriculares e contribuir indiretamente para a redução das taxas de evasão, ao fortalecer a coerência entre formação ofertada, expectativas dos estudantes e demandas do mundo do trabalho.

As reflexões teóricas apresentadas nesta seção evidenciam que a permanência estudantil, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, não pode ser compreendida de forma dissociada das concepções de educação integral, formação omnilateral e das relações entre educação, trabalho e desigualdades sociais. Ao dialogar com autores que problematizam a função social da escola, o papel dos Institutos Federais e as condições concretas de realização do direito à educação, este capítulo fornece os fundamentos teóricos que orientam a análise do fenômeno da evasão no Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG Campus Santa Luzia. Com base nesse referencial, o próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a investigação, explicitando os caminhos escolhidos para a construção e análise dos dados da pesquisa.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa insere-se no campo das abordagens qualitativas, de natureza interpretativa, embora utilize dados quantitativos secundários como suporte empírico à análise (Minayo, 2001; Babbie, 2021). Essa opção metodológica decorre do objetivo central do estudo, que não se orienta pela testagem de hipóteses estatísticas nem pela produção de inferências quantitativas, mas pela compreensão dos padrões institucionais de evasão escolar no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, considerando suas dimensões históricas, sociais e institucionais.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os padrões institucionais de evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, no período de 2017 a 2023, articulando dados institucionais e análise documental à proposição de estratégias voltadas à permanência estudantil. Esse objetivo justifica a adoção de uma abordagem qualitativa e interpretativa, adequada à compreensão das dinâmicas institucionais e históricas que atravessam o fenômeno investigado.

Os dados numéricos utilizados, provenientes de bases institucionais oficiais, não são tomados como fins em si mesmos, mas como elementos auxiliares à análise qualitativa. Seu uso possibilita identificar tendências, recorrências e variações temporais nos indicadores de matrícula, permanência, conclusão e evasão, posteriormente interpretados à luz do referencial teórico adotado e do contexto específico do curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia (Creswell, 2014; Bryman, 2015).

Dessa forma, a pesquisa adota uma perspectiva analítica que privilegia a interpretação crítica dos dados, compreendendo-os como expressões de processos sociais e institucionais mais amplos. Ao articular dados quantitativos secundários e análise qualitativa, o estudo busca apreender a complexidade da evasão escolar, evitando explicações reducionistas e reconhecendo sua natureza multifatorial e histórica.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza interpretativa, orientada pela compreensão da evasão escolar como fenômeno multifatorial, histórico, institucional e socialmente situado no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. A opção por essa abordagem decorre do objetivo central do estudo, que não consiste em testar hipóteses estatísticas ou estabelecer relações causais de caráter preditivo, mas em analisar e interpretar os padrões institucionais de evasão e permanência, considerando as condições concretas de formação oferecidas pelo curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia.

Embora faça uso de dados quantitativos secundários, tais dados não definem o enquadramento metodológico da investigação. Os indicadores numéricos são compreendidos como registros institucionais que expressam processos educacionais mais amplos e, por isso, são mobilizados como material empírico de apoio à análise qualitativa. Nesse sentido, não são tratados como fins em si mesmos, mas como elementos que permitem identificar tendências, recorrências e variações temporais nos fluxos de ingresso, permanência, evasão e conclusão, interpretados posteriormente à luz do referencial teórico e do contexto institucional investigado.

A pesquisa adota, ainda, uma perspectiva longitudinal, uma vez que analisa a evolução dos indicadores educacionais ao longo de um recorte temporal definido. Essa opção metodológica permite compreender a evasão não como evento isolado ou pontual, mas como processo construído ao longo do tempo, atravessado por fatores estruturais, institucionais e conjunturais, entre os quais se destacam aqueles intensificados durante a pandemia da COVID-19. A longitudinalidade, neste estudo, não se associa a análises estatísticas inferenciais, mas à possibilidade de leitura histórica e interpretativa das dinâmicas institucionais.

Quanto à sua natureza, a pesquisa insere-se no campo da pesquisa aplicada, uma vez que se orienta pela análise de um problema concreto identificado no contexto institucional — a evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo — e busca produzir conhecimentos que possam subsidiar reflexões e ações voltadas à melhoria das políticas e práticas de permanência estudantil. Conforme argumenta Demo (2006), a pesquisa aplicada estabelece relação direta entre teoria e prática, ao

produzir conhecimento comprometido com a transformação da realidade investigada, sem prescindir do rigor teórico e metodológico.

No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritivo-analítica, pois se propõe a identificar, sistematizar e interpretar características e padrões relacionados à evasão e à permanência escolar, sem a pretensão de intervir diretamente sobre o fenômeno durante o processo investigativo. De acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva possibilita a construção de diagnósticos fundamentados, capazes de subsidiar análises críticas e proposições futuras, especialmente no campo educacional.

3.2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A abordagem metodológica adotada articula análise documental e análise interpretativa de dados institucionais, compreendendo a evasão escolar como fenômeno complexo, resultante da interação entre condições estruturais, políticas institucionais, práticas pedagógicas e trajetórias individuais dos estudantes. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir da combinação de três eixos metodológicos complementares:

- a) análise de dados institucionais secundários;
- b) análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs);
- c) validação do Produto Educacional por meio de questionário aplicado a gestores e/ou servidores.

A análise de dados institucionais secundários teve como principal fonte a Plataforma Nilo Peçanha, base oficial que reúne estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foram analisados indicadores como número de ingressantes, matrículas, evasões, concluintes e vagas ofertadas referentes ao curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, dentro do recorte temporal delimitado pela pesquisa.

Para fins desta investigação, compreendem-se como ingressantes os estudantes que iniciaram o curso no respectivo ano; matrículas correspondem ao total de estudantes regularmente vinculados ao curso em determinado período; e concluintes referem-se aos estudantes que finalizaram a formação no ano considerado. Esses dados foram sistematizados com o objetivo de identificar padrões

e variações nos fluxos educacionais, servindo como subsídio empírico para a interpretação qualitativa do fenômeno da evasão escolar.

A análise documental concentrou-se no exame do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso técnico subsequente em Paisagismo, bem como de documentos normativos e diretrizes institucionais relacionados à Educação Profissional e Tecnológica. Conforme destaca Cellard (2008), a pesquisa documental permite compreender como determinadas concepções, normas e orientações se materializam nas práticas institucionais, constituindo fonte relevante para a análise de políticas e processos educacionais. No contexto desta pesquisa, a análise do PPC possibilitou problematizar a relação entre a proposta formativa do curso, os princípios da Educação Profissional e Tecnológica e as condições efetivas de permanência dos estudantes.

O terceiro eixo metodológico refere-se à validação do Produto Educacional, realizada por meio da aplicação de questionário a gestores e/ou servidores vinculados ao contexto institucional investigado. Essa etapa teve como finalidade avaliar a pertinência, a viabilidade e o potencial contributivo do produto proposto, considerando a realidade institucional do IFMG – Campus Santa Luzia.

A validação não se configura como etapa de mensuração quantitativa, mas como procedimento de caráter qualitativo, voltado à coleta de percepções, sugestões e contribuições que auxiliem no aprimoramento do Produto Educacional. Nesse sentido, buscou-se compreender de que maneira a proposta elaborada dialoga com as demandas institucionais relacionadas ao enfrentamento da evasão escolar e ao fortalecimento das políticas de permanência estudantil.

A articulação entre esses três eixos metodológicos possibilitou leitura ampliada e integrada da evasão escolar, relacionando indicadores institucionais, documentos normativos e percepções da gestão acadêmica. Tal estratégia metodológica permitiu compreender o fenômeno investigado em sua complexidade, evitando explicações reducionistas e reforçando a compreensão da evasão como expressão de condições estruturais e institucionais que atravessam as trajetórias dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A coleta e a análise dos dados desta pesquisa foram orientadas por uma perspectiva interpretativa, ancorada na compreensão da evasão escolar como fenômeno complexo, multifatorial e historicamente situado, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A partir desse entendimento, os procedimentos adotados não se restringem à descrição isolada dos indicadores educacionais, mas buscam interpretar os dados institucionais considerando seus contextos de produção, as políticas educacionais vigentes e as condições concretas que atravessam as trajetórias acadêmicas dos estudantes.

Embora a pesquisa mobilize dados numéricos provenientes de bases institucionais oficiais, a abordagem adotada não se inscreve no campo da análise quantitativa explicativa ou inferencial. Os dados estatísticos são compreendidos como registros institucionais que expressam dinâmicas educacionais e fluxos acadêmicos, sendo utilizados como suporte empírico para uma leitura qualitativa e contextualizada da evasão escolar. Assim, a análise não tem como finalidade estabelecer relações causais diretas ou generalizações estatísticas, mas identificar padrões, recorrências, inflexões e tensões manifestadas ao longo do tempo.

Os dados utilizados são de natureza secundária e documental, provenientes de bases institucionais oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com destaque para a Plataforma Nilo Peçanha. A escolha por dados secundários justifica-se por sua relevância institucional, confiabilidade, padronização nacional e abrangência temporal, permitindo o acesso a registros sistematizados sobre ingresso, permanência, evasão e conclusão de cursos, em consonância com os objetivos desta investigação.

A análise dos dados articula três dimensões metodológicas complementares: a leitura longitudinal e interpretativa dos indicadores educacionais disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha; a análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), compreendidos como documentos normativos e político-pedagógicos que expressam concepções formativas e escolhas institucionais; e a articulação desses achados com a validação do Produto Educacional, realizada por meio da escuta de sujeitos vinculados à gestão institucional.

Essa articulação permite uma compreensão ampliada da evasão escolar, integrando dados institucionais, documentos pedagógicos e perspectivas da gestão acadêmica, em consonância com o caráter aplicado do mestrado profissional.

4.1 BASE DE DADOS

A base empírica desta pesquisa é constituída por dados institucionais secundários extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, sistema oficial de divulgação de indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A escolha dessa base justifica-se por sua confiabilidade institucional, pela padronização dos indicadores e pela possibilidade de realização de leituras longitudinais, características que a tornam amplamente utilizada em estudos sobre acesso, permanência, conclusão e evasão na Educação Profissional e Tecnológica.

Foram considerados dados referentes ao período de 2017 a 2023, intervalo que permite observar tanto o funcionamento regular dos cursos quanto os impactos de eventos externos relevantes, especialmente a pandemia da COVID-19. Importa destacar que os dados disponibilizados pela plataforma são apresentados de forma agregada, não permitindo a identificação individual dos estudantes nem a realização de inferências causais diretas. Essa limitação, contudo, é compatível com os objetivos desta pesquisa, que privilegia uma análise interpretativa e contextual dos fluxos educacionais.

A partir do levantamento realizado, identificou-se a existência de três cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados por instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil durante o período analisado, todos vinculados à área de Produção Cultural e Design. São eles: o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Santa Luzia; o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Colégio Politécnico); e o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com registros disponíveis a partir de 2020, em razão do início mais recente de sua oferta.

Embora compartilhem a mesma habilitação técnica, os cursos apresentam diferenças significativas quanto ao turno de oferta, ao regime de integralização e à carga horária, aspectos que podem incidir diretamente sobre as trajetórias

acadêmicas dos estudantes e, conseqüentemente, sobre os indicadores de permanência e evasão. O curso da UFSM, por exemplo, é ofertado em turno diurno e estruturado em regime semestral; o curso da UFPB–CAVN possui duração mais curta e oferta em turno vespertino; já o curso do IFMG – Campus Santa Luzia é ofertado prioritariamente no turno noturno, característica relevante quando se considera o perfil do estudante trabalhador atendido pela modalidade subsequente.

Para fins de análise, foram selecionadas variáveis institucionais e acadêmicas disponibilizadas pela Plataforma Nilo Peçanha, compreendidas como indicadores de fluxo educacional. Neste trabalho, o termo fluxo educacional refere-se ao percurso institucional dos estudantes ao longo do curso, considerando etapas como ingresso, permanência, evasão e conclusão. A análise do fluxo permite compreender em que momentos do percurso formativo ocorrem rupturas ou fragilidades que impactam a trajetória acadêmica dos estudantes.

As variáveis consideradas foram: distribuição geográfica e institucional, referente à localização dos cursos e às instituições ofertantes; evolução dos indicadores ao longo dos anos, considerando o período de 2017 a 2023; turno de oferta do curso, entendido como elemento relevante para a permanência dos estudantes; número de vagas ofertadas, enquanto indicador da capacidade institucional de oferta; número de ingressantes, relacionado à atratividade do curso; número de concluintes, como expressão do êxito acadêmico; e número de evadidos, compreendendo os desligamentos formais e o abandono.

Essas variáveis foram organizadas em tabelas e representações gráficas, com o objetivo de sistematizar os dados e tornar visíveis padrões, recorrências e oscilações ao longo do tempo. Ressalta-se que essa sistematização não possui caráter explicativo em si mesma, mas funciona como dispositivo analítico para subsidiar a interpretação qualitativa dos dados, articulando-os ao referencial teórico da pesquisa e à análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso.

Dessa forma, a base de dados utilizada permite não apenas situar o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia em um cenário nacional mais amplo, mas também identificar tensões institucionais e contextuais que atravessam os cursos técnicos subsequentes em Paisagismo, contribuindo para uma compreensão mais fundamentada do fenômeno da evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica.

4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS INSTITUCIONAIS

A análise dos dados institucionais foi conduzida a partir de uma perspectiva qualitativa e interpretativa, tomando os indicadores educacionais disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha como registros institucionais que expressam dinâmicas de ingresso, permanência, evasão e conclusão nos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo. Esses dados foram mobilizados não com a finalidade de estabelecer relações causais ou realizar generalizações estatísticas, mas de compreender padrões e tendências manifestados ao longo do tempo, em diálogo com o contexto institucional e com o referencial teórico da Educação Profissional e Tecnológica.

Inicialmente, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, permitindo a sistematização das informações referentes às variáveis selecionadas: número de vagas ofertadas, ingressantes, matrículas, concluintes e evadidos, bem como turno de oferta e distribuição institucional dos cursos. A partir dessa organização, foram elaboradas tabelas e representações gráficas utilizadas como instrumentos de apoio à leitura longitudinal dos fluxos educacionais no período compreendido entre 2017 e 2023.

A análise assumiu caráter descritivo e longitudinal, possibilitando observar oscilações, regularidades e descontinuidades nos indicadores ao longo dos anos. Esse procedimento permitiu identificar momentos de inflexão nos dados, especialmente aqueles relacionados a mudanças institucionais e a eventos externos relevantes, como o período da pandemia da COVID-19. Ressalta-se que tais variações foram interpretadas à luz das condições históricas e sociais que atravessam a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, evitando leituras simplificadoras ou individualizantes da evasão escolar.

A taxa de evasão foi considerada conforme definida e disponibilizada pela própria Plataforma Nilo Peçanha, sendo compreendida como indicador agregado de fluxo que expressa rupturas nas trajetórias acadêmicas, sem revelar, por si só, os motivos ou circunstâncias específicas do desligamento dos estudantes. Assim, sua análise foi orientada por leitura contextualizada, articulando os dados numéricos às discussões teóricas sobre permanência, fracasso escolar, desigualdades educacionais e direito à educação.

Além disso, os dados institucionais foram analisados de forma comparativa, considerando os três cursos técnicos subsequentes em Paisagismo identificados na

Rede Federal. Essa comparação não teve como objetivo estabelecer rankings ou juízos de desempenho entre as instituições, mas compreender como diferentes configurações institucionais — tais como turno de oferta, regime de integralização e contexto regional — podem incidir sobre os indicadores de permanência e evasão.

Dessa forma, os procedimentos de análise dos dados institucionais operaram como mediação analítica, permitindo situar o curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia em panorama mais amplo da Rede Federal. Essa leitura constitui a base empírica para a articulação com a análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso e para a problematização dos fatores institucionais e pedagógicos associados à evasão escolar, desenvolvidas nas subseções seguintes.

4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPCs)

A análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) constitui uma das dimensões centrais desta investigação, na medida em que esses documentos expressam concepções institucionais de formação, organização curricular e práticas pedagógicas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica. No contexto desta pesquisa, os PPCs são compreendidos não apenas como documentos administrativos ou normativos, mas como construções político-pedagógicas que materializam escolhas institucionais, princípios formativos e expectativas em relação aos processos de ensino, aprendizagem e formação profissional.

A leitura desses documentos foi realizada de forma articulada à análise dos dados institucionais de evasão e permanência, buscando compreender de que maneira os princípios formativos previstos institucionalmente dialogam — ou entram em tensão — com as condições concretas de permanência dos estudantes no curso técnico subsequente em Paisagismo. Assim, a análise documental não teve como finalidade avaliar os PPCs a partir de critérios normativos ou classificatórios, mas interpretá-los à luz das discussões teóricas relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica, à formação integral e à permanência estudantil.

Nesta investigação, os documentos foram analisados a partir de abordagem qualitativa e interpretativa, compreendendo que os textos institucionais são produzidos em contextos históricos, sociais e políticos específicos. Conforme destaca

Cellard (2008), a análise documental possibilita compreender não apenas o conteúdo explícito dos documentos, mas também os sentidos, silêncios, disputas e intencionalidades presentes em sua elaboração. Nesse sentido, os PPCs foram considerados fontes relevantes para a compreensão das concepções institucionais que orientam a organização dos cursos e das possíveis relações entre tais concepções e os processos de evasão escolar observados.

Foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso dos três cursos técnicos subsequentes em Paisagismo identificados na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica durante o período investigado: o PPC do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia; o PPC do curso ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Colégio Politécnico); e o PPC do curso do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A inclusão dos três documentos permitiu situar o curso investigado em perspectiva comparativa, respeitando as especificidades institucionais e regionais de cada oferta.

O procedimento analítico adotado fundamentou-se na análise de conteúdo, em sua vertente temática, conforme proposta por Bardin (2011). Essa perspectiva metodológica possibilita identificar núcleos de sentido recorrentes nos documentos, bem como tensões, aproximações e ausências relevantes para a compreensão do objeto investigado. As categorias analíticas mobilizadas nesta pesquisa compreenderam: a concepção de formação e os objetivos dos cursos; o perfil do egresso e as expectativas institucionais relacionadas à formação profissional; a organização curricular e o regime de integralização; o turno de oferta e o perfil do público atendido; os dispositivos institucionais voltados ao acompanhamento discente e à permanência estudantil; e as possíveis relações entre os elementos presentes nos PPCs e os indicadores institucionais de evasão e permanência identificados ao longo da investigação.

A análise documental permitiu observar de que maneira os cursos formalizam determinadas concepções de educação, trabalho, formação técnica e inserção profissional, bem como identificar possíveis descompassos entre as propostas pedagógicas institucionalizadas e as condições concretas vivenciadas pelos estudantes dos cursos subsequentes. Aspectos relacionados à carga horária, à organização curricular, ao perfil do estudante trabalhador e às estratégias institucionais de acompanhamento acadêmico mostraram-se particularmente

relevantes para a compreensão das trajetórias escolares e dos processos de permanência e evasão.

Além disso, a leitura dos PPCs possibilitou problematizar como os cursos se apresentam institucionalmente, quais expectativas de formação são construídas em torno do perfil profissional do egresso e de que maneira os documentos incorporam — ou silenciam — discussões relacionadas às condições de permanência dos estudantes. Tal análise mostrou-se importante especialmente no contexto dos cursos técnicos subsequentes, nos quais o perfil do público atendido envolve, em grande medida, estudantes trabalhadores, sujeitos com trajetórias escolares heterogêneas e estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Dessa forma, a análise documental realizada nesta pesquisa contribuiu para ampliar a compreensão da evasão escolar para além de interpretações centradas exclusivamente no desempenho individual dos estudantes. Ao articular os dados institucionais aos documentos pedagógicos, foi possível compreender a evasão como fenômeno atravessado por escolhas curriculares, condições institucionais, concepções formativas e limites estruturais relacionados à própria organização da oferta educativa na Educação Profissional e Tecnológica.

4.3.1 ANÁLISE DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO DO IFMG- CAMPUS SANTA LUZIA

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia constitui documento central para a compreensão das concepções formativas, das escolhas curriculares e das estratégias institucionais que orientam a oferta do curso. Enquanto instrumento normativo e pedagógico, o PPC materializa diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ao mesmo tempo em que expressa opções institucionais relacionadas ao perfil do egresso, à organização curricular e à relação estabelecida com o mundo do trabalho.

A análise do documento evidencia que o curso se organiza a partir de forte ênfase na formação técnica e na aprendizagem baseada em atividades práticas, buscando aproximar os estudantes das demandas profissionais do campo do paisagismo. Essa orientação dialoga com características historicamente presentes na educação profissional brasileira, especialmente no que se refere à valorização do saber-fazer e à preparação para a inserção no setor produtivo. Entretanto, o próprio

PPC registra que reformulações curriculares recentes priorizaram conteúdos técnicos e práticos em detrimento de componentes de natureza teórica, aspecto que suscita reflexões importantes à luz dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

Quando confrontada com o referencial freireano e com as concepções de formação integral e omnilateral discutidas por autores como Ciavatta, Frigotto e Ramos, essa opção curricular evidencia tensões relevantes. A centralidade atribuída à dimensão instrumental da formação pode limitar o desenvolvimento de abordagens mais críticas e reflexivas acerca do trabalho, do território e das implicações sociais e ambientais do paisagismo. Conforme argumenta Freire (1987), uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos não pode restringir-se à transmissão de técnicas, devendo promover a problematização da realidade e a construção de consciência crítica sobre o mundo vivido.

No que se refere ao perfil do egresso, o PPC enfatiza competências associadas à atuação profissional autônoma e ao empreendedorismo, destacando a capacidade de identificar oportunidades de negócio no setor paisagístico. Embora essa perspectiva dialogue com exigências contemporâneas do mercado de trabalho, ela pode reforçar compreensão mais mercadológica da formação, deslocando o foco da educação como direito social e como processo de formação humana integral. Tal direcionamento pode entrar em tensão com os fundamentos da EPT, que compreende o trabalho não apenas como emprego ou fonte de renda, mas como dimensão constitutiva da vida social e da formação dos sujeitos.

Nesse contexto, a distinção entre mercado de trabalho e mundo do trabalho mostra-se particularmente relevante. Enquanto a lógica do mercado tende a reduzir a formação à empregabilidade imediata, a perspectiva do mundo do trabalho compreende o trabalho como prática social, histórica e potencialmente emancipadora. A análise do PPC indica que essa distinção aparece de forma pouco aprofundada no documento, especialmente no que se refere às discussões sobre precarização do trabalho, desigualdades socioespaciais, acesso a áreas verdes e impactos socioambientais do paisagismo, temas diretamente relacionados à realidade social dos estudantes atendidos pelo curso.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Embora o PPC reconheça a importância da extensão e mencione ações voltadas à comunidade, observa-se que essas iniciativas aparecem de forma pouco estruturada e, em alguns momentos, mais associadas a parcerias com o setor

produtivo do que a propostas de intervenção social crítica. Considerando que a extensão constitui um dos pilares da Educação Profissional e Tecnológica e dos Institutos Federais, sua efetivação como espaço de diálogo com a comunidade e de produção de conhecimento socialmente referenciado mostra-se fundamental para fortalecer o sentido formativo do curso e o vínculo dos estudantes com a instituição.

Essas escolhas pedagógicas e curriculares tornam-se ainda mais relevantes quando analisadas em articulação com os indicadores institucionais apresentados nesta pesquisa. Os dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha evidenciam oscilações significativas nas taxas de evasão ao longo do período de 2017 a 2023, bem como concentração de desligamentos nos momentos iniciais do percurso formativo. Ainda que não se estabeleça relação causal direta entre organização curricular e evasão escolar, a recorrência desses padrões convida à reflexão sobre em que medida a estrutura formativa proposta no PPC dialoga efetivamente com o perfil do estudante atendido pelo curso subsequente noturno.

Observa-se que o curso é ofertado majoritariamente a estudantes trabalhadores, cujas trajetórias acadêmicas são atravessadas por demandas laborais, responsabilidades familiares e condições socioeconômicas que exigem maior flexibilidade institucional. Nesse cenário, uma organização curricular fortemente concentrada na dimensão técnico-operacional da formação, associada à priorização de competências instrumentais e ao discurso do empreendedorismo, pode não contemplar, de maneira suficientemente estruturada, dispositivos de acompanhamento formativo, acolhimento acadêmico e construção de sentido crítico para a permanência no curso.

A análise longitudinal dos indicadores demonstra que a evasão não se distribui de forma homogênea ao longo do tempo, incidindo com maior intensidade nos períodos iniciais da formação, momento em que os estudantes vivenciam o processo de adaptação às exigências do ensino técnico. Esse dado reforça a necessidade de problematizar os mecanismos previstos no PPC para acompanhamento discente e apoio à permanência, especialmente no que se refere à transição entre ingresso e consolidação do vínculo acadêmico.

Além disso, a ênfase na formação voltada ao mercado e à inserção produtiva imediata, embora dialogue com demandas contemporâneas do setor paisagístico, pode reduzir o espaço destinado à problematização crítica das condições de trabalho, das desigualdades socioespaciais e dos impactos socioambientais da atuação

profissional. Quando a formação não se articula de maneira significativa às experiências concretas dos estudantes e às dimensões sociais mais amplas do mundo do trabalho, o risco de esvaziamento do sentido formativo tende a se intensificar, podendo repercutir nos índices de evasão observados.

Dessa forma, a leitura do PPC articulada aos dados institucionais permite compreender que os padrões de evasão identificados nesta pesquisa não se explicam apenas por fatores individuais ou externos à instituição, mas também podem estar relacionados às escolhas pedagógicas, à organização curricular e aos dispositivos institucionais de acompanhamento previstos — ou pouco explicitados — no documento formativo. A permanência estudantil, portanto, deve ser compreendida como resultado de múltiplas determinações que envolvem tanto condições estruturais quanto concepções pedagógicas.

Assim, a análise do PPC do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia evidencia avanços na organização técnica da formação, mas também revela tensões que precisam ser consideradas na interpretação dos padrões de evasão identificados ao longo desta pesquisa. Esses elementos reforçam a necessidade de construção de políticas institucionais de permanência que articulem indicadores institucionais, acompanhamento pedagógico sistemático e reflexão crítica sobre as concepções formativas que orientam o curso.

4.3.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES EM PAISAGISMO DA UFSM E DA UFPB (CAVN)

A análise comparativa dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – Colégio Politécnico) e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), teve como finalidade situar o curso do IFMG – Campus Santa Luzia em um panorama mais amplo da oferta nacional dessa formação no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A comparação não busca estabelecer hierarquias entre os cursos, mas identificar aproximações, especificidades e escolhas pedagógicas distintas que auxiliem na compreensão dos fatores institucionais relacionados à permanência e à evasão estudantil.

De modo geral, os PPCs da UFSM e da UFPB apresentam estrutura curricular fortemente vinculada à tradição da educação agrícola e ambiental, evidenciando articulação mais direta com saberes técnicos historicamente consolidados nesses contextos institucionais. No caso da UFSM, observa-se trajetória de reformulação curricular que culminou na transição do antigo curso Técnico Agrícola com habilitação em Jardinagem para o atual curso Técnico em Paisagismo, revelando processo gradual de redefinição da identidade formativa. Essa herança institucional reflete-se em organização curricular relativamente estável e em oferta concentrada no turno diurno, aspecto que tende a atender perfil discente distinto daquele predominante nos cursos subsequentes noturnos.

O PPC do CAVN/UFPB, por sua vez, apresenta proposta formativa mais recente, implementada a partir de 2020, com duração mais curta e organização curricular mais concentrada. A estrutura do curso demonstra forte orientação para a formação técnica aplicada, com ênfase em conteúdos operacionais e produtivos alinhados às demandas regionais e às características do contexto agrícola local. Embora essa configuração favoreça a objetividade da formação, ela também pode limitar espaços de aprofundamento teórico e de problematização crítica, aspecto relevante quando analisado à luz dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica e da formação integral.

Quando comparados ao PPC do IFMG – Campus Santa Luzia, os documentos da UFSM e da UFPB revelam diferenças importantes quanto ao público-alvo e às condições de oferta. O curso do IFMG, ofertado no turno noturno e com maior flexibilidade no tempo de integralização, atende predominantemente estudantes trabalhadores, cujas trajetórias acadêmicas são atravessadas por demandas laborais, familiares e socioeconômicas mais intensas. Essa especificidade torna mais complexa a relação entre organização curricular, estratégias pedagógicas e permanência estudantil, exigindo dispositivos institucionais mais estruturados de acompanhamento e apoio acadêmico.

Outro aspecto relevante refere-se à forma como os PPCs abordam a relação entre educação, trabalho e formação cidadã. Embora os três documentos mencionem princípios associados à sustentabilidade, à responsabilidade social e à atuação profissional ética, tais dimensões aparecem com diferentes níveis de aprofundamento. Nos PPCs da UFSM e da UFPB, essas discussões tendem a estar mais associadas a conteúdos técnicos e ambientais. Já no PPC do IFMG observa-se tentativa de

articular tais princípios à lógica da formação para o trabalho contemporâneo, ainda que permeada por tensões e limitações discutidas na seção anterior.

A análise comparativa evidencia, portanto, que os cursos técnicos subsequentes em Paisagismo, embora compartilhem diretrizes gerais da Rede Federal, materializam projetos formativos distintos, fortemente condicionados por contextos institucionais, históricos e regionais. Essas diferenças reforçam a necessidade de compreender a evasão escolar não como fenômeno homogêneo, mas como resultado de múltiplos fatores que envolvem organização pedagógica, perfil do estudante atendido e condições concretas de oferta dos cursos.

A comparação também evidencia que, embora os três cursos compartilhem princípios gerais da Educação Profissional e Tecnológica e referências associadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, os mecanismos formais de acompanhamento discente e permanência aparecem de maneira pouco sistematizada nos documentos analisados. Tal constatação sugere que a permanência estudantil tende a ser tratada mais como consequência do processo formativo do que como dimensão planejada e monitorada institucionalmente.

Os elementos identificados a partir da análise documental, articulados aos indicadores educacionais apresentados neste estudo, reforçam a compreensão de que os padrões de permanência e evasão não podem ser analisados de forma isolada ou descontextualizada. As diferenças relativas ao turno de oferta, ao perfil do público atendido, ao tempo de integralização e às concepções formativas materializadas nos PPCs demonstram que a organização pedagógica e as condições institucionais de acompanhamento exercem influência significativa sobre as trajetórias acadêmicas dos estudantes.

Observa-se que cursos ofertados predominantemente no turno diurno, com organização curricular mais concentrada e público menos vinculado ao trabalho formal, apresentam dinâmicas distintas daquelas observadas no curso noturno do IFMG – Campus Santa Luzia, cuja especificidade reside justamente no atendimento a estudantes trabalhadores. Essa diferenciação reforça a necessidade de dispositivos institucionais mais estruturados de monitoramento, acompanhamento e intervenção pedagógica, capazes de responder às demandas específicas desse público.

A leitura dos Projetos Pedagógicos de Curso evidencia ainda que, embora os documentos institucionais apresentem diretrizes formativas alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica, persistem tensões entre as intenções

pedagógicas formalmente expressas e as condições concretas de permanência dos estudantes. Essa discrepância entre o projeto formativo prescrito e a experiência efetivamente vivida no percurso acadêmico tem sido apontada na literatura como um dos elementos que influenciam processos de evasão e fragilização das trajetórias escolares. Conforme argumenta Frigotto (2010), a organização curricular e as condições institucionais de oferta dos cursos técnicos precisam ser analisadas em articulação com as condições sociais e materiais de acesso e permanência dos estudantes.

Nesse sentido, a análise dos PPCs, articulada aos indicadores educacionais apresentados nesta pesquisa, contribui para compreender a evasão não apenas como fenômeno individual, mas como expressão de dinâmicas institucionais e estruturais que atravessam a oferta da Educação Profissional e Tecnológica. Esses achados fundamentam, inclusive, a elaboração do Produto Educacional apresentado no capítulo seguinte, especialmente diante da ausência de sistematização explícita de procedimentos de monitoramento e enfrentamento da evasão nos documentos analisados. Assim, o Produto Educacional proposto emerge como desdobramento analítico das evidências construídas ao longo da pesquisa, buscando transformar a leitura crítica dos dados institucionais e documentais em proposta concreta de acompanhamento e fortalecimento da permanência estudantil.

4.4 ARTICULAÇÃO ENTRE DADOS INSTITUCIONAIS E ANÁLISE DOCUMENTAL

A articulação entre os dados institucionais e a análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) orienta a interpretação dos resultados desta pesquisa. Os indicadores quantitativos extraídos da Plataforma Nilo Peçanha — ingressantes, matrículas, concluintes e taxas derivadas de conclusão e evasão estimada — não são tratados como explicações autossuficientes, mas como evidências empíricas que expressam dinâmicas institucionais relacionadas ao percurso formativo dos estudantes, exigindo leitura contextualizada e interpretativa.

Nesta pesquisa, a evasão estimada corresponde ao percentual aproximado de estudantes que não concluem o curso dentro do fluxo observado, calculado a partir da diferença entre 100% e a taxa de conclusão. Embora esse indicador não permita identificar individualmente os motivos do desligamento discente, sua análise

longitudinal possibilita observar tendências, oscilações e momentos de inflexão relevantes para a compreensão das trajetórias acadêmicas.

A leitura dos dados foi realizada a partir de dois movimentos analíticos complementares. No primeiro, tabelas e gráficos foram analisados de forma longitudinal e comparativa entre as três instituições que ofertam o curso técnico subsequente em Paisagismo na Rede Federal — IFMG – Campus Santa Luzia, UFSM – Colégio Politécnico e UFPB – CAVN — buscando identificar padrões, rupturas e oscilações nos fluxos educacionais ao longo do período de 2017 a 2023. No segundo movimento, esses padrões foram interpretados em diálogo com a análise documental dos PPCs, especialmente no que se refere às concepções de formação, ao perfil do egresso, à organização curricular, ao turno de oferta, ao tempo de integralização e aos dispositivos institucionais previstos — ou pouco explicitados — para acompanhamento discente e permanência estudantil.

A opção por articular dados quantitativos e análise documental justifica-se pela compreensão de que a evasão escolar não pode ser reduzida a decisões individuais ou explicada exclusivamente a partir do desempenho acadêmico dos estudantes. Conforme discutido por Patto (1990), o fracasso escolar constitui produção social e institucional, atravessada por desigualdades historicamente construídas. Charlot (2000), por sua vez, contribui para compreender a permanência estudantil a partir do sentido atribuído ao estudo e da relação estabelecida pelos sujeitos com o saber. Já Bourdieu e Passeron (1975) possibilitam problematizar como desigualdades de capital cultural e econômico interferem nas trajetórias escolares e nas possibilidades de êxito acadêmico.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica, as contribuições de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) permitem compreender as tensões existentes entre formação integral e demandas imediatas do mercado de trabalho, especialmente em cursos subsequentes frequentados predominantemente por estudantes trabalhadores. Essas discussões tornam-se particularmente relevantes no contexto desta pesquisa, uma vez que os dados analisados evidenciam que as condições concretas de permanência dos estudantes não podem ser dissociadas das formas de organização curricular e das condições institucionais de oferta dos cursos.

A pandemia da COVID-19 também é incorporada como dimensão analítica transversal desta investigação, por constituir importante marco de inflexão nos indicadores de permanência, conclusão e evasão observados ao longo da série

histórica analisada. Além de intensificar desigualdades sociais e educacionais já existentes, a pandemia alterou significativamente as condições de estudo, trabalho e acompanhamento acadêmico dos estudantes, especialmente no contexto do ensino remoto emergencial.

Entretanto, esta pesquisa não busca estabelecer relação causal direta entre pandemia e evasão escolar. O objetivo consiste em compreender de que maneira fatores institucionais, pedagógicos, sociais e conjunturais se articulam nas trajetórias acadêmicas dos estudantes, influenciando os processos de permanência e interrupção dos estudos. Tal perspectiva mostra-se coerente com a abordagem qualitativa e interpretativa adotada, bem como com o caráter aplicado do Produto Educacional desenvolvido no âmbito do mestrado profissional.

Os dados institucionais relativos aos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados pela Rede Federal foram organizados de modo a possibilitar leitura longitudinal e comparativa entre as três instituições analisadas. Os indicadores contemplam informações sobre vagas ofertadas, matrículas efetivadas, ingressantes, concluintes e fluxos educacionais ao longo do período investigado. Esses dados foram interpretados não como explicações deterministas da evasão escolar, mas como expressões de dinâmicas institucionais, pedagógicas e socioeconômicas que atravessam os percursos formativos dos estudantes.

Dessa forma, a articulação entre análise documental e indicadores institucionais permitiu compreender a evasão escolar como fenômeno multifatorial e historicamente situado, relacionado não apenas às condições individuais dos estudantes, mas também às formas de organização pedagógica, às concepções formativas e às condições institucionais de permanência presentes na Educação Profissional e Tecnológica.

4.4.1 DISTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL E CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE PAISAGISMO

No período analisado (2017–2023), a Plataforma Nilo Peçanha registra a existência de três cursos técnicos subsequentes em Paisagismo na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, localizados em distintas regiões do país e organizados segundo arranjos institucionais diversos quanto ao turno de oferta, duração e carga horária.

Tabela 1 – Distribuição institucional e caracterização dos cursos de Paisagismo

Instituição	Turno	Duração	Carga horária	Início da oferta
IFMG Santa Luzia	Noturno	3 a 6 semestres	1125h	2014
UFSM Politécnico	Matutino	3 semestres	1050h	2009
UFPB CAVN	Vespertino	2 semestres	945h	2020

Fonte: Elaboração própria, a partir da Plataforma Nilo Peçanha (2017–2023).

A diversidade de turnos constitui variável estrutural relevante para a análise da permanência e da evasão escolar. O curso do IFMG – Campus Santa Luzia é ofertado no turno noturno, característica historicamente associada ao atendimento de estudantes trabalhadores. Já a UFSM oferta o curso predominantemente no turno matutino, enquanto a UFPB o organiza no período vespertino. Essa distinção não possui caráter meramente administrativo, uma vez que interfere diretamente nas condições concretas de estudo, no tempo disponível para dedicação acadêmica e nas possibilidades de integração dos estudantes às atividades institucionais.

Do ponto de vista teórico, essa diferenciação dialoga com a literatura que compreende a permanência estudantil como fenômeno condicionado por fatores estruturais e sociais. Em cursos subsequentes, frequentados majoritariamente por sujeitos já inseridos no mundo do trabalho, a conciliação entre jornada laboral e exigências acadêmicas tende a produzir maior vulnerabilidade à evasão. A tensão entre trabalho e estudo, amplamente discutida no campo da Educação Profissional e Tecnológica, constitui elemento recorrente nas análises sobre permanência em cursos noturnos.

A duração do curso também se apresenta como variável relevante para a interpretação dos fluxos educacionais. Enquanto o IFMG admite integralização entre três e seis semestres, a UFSM organiza o curso em três semestres e a UFPB em dois semestres. Cursos com maior tempo de integralização ampliam a exposição dos estudantes a fatores externos — como instabilidade laboral, deslocamentos urbanos e mudanças nas condições familiares — que podem interferir diretamente na continuidade dos estudos.

Além disso, as diferenças de carga horária entre os cursos — 1125 horas no IFMG, 1050 horas na UFSM e 945 horas na UFPB — podem impactar o ritmo

formativo e a intensidade das atividades acadêmicas. Em cursos frequentados por estudantes trabalhadores, maior carga horária pode representar maior exigência de organização temporal e maior risco de sobrecarga, sobretudo quando não acompanhada de políticas institucionais sistemáticas de monitoramento e apoio à permanência.

Dessa forma, antes mesmo da análise dos fluxos educacionais, a caracterização institucional evidencia que os cursos não operam sob condições homogêneas. As diferenças de turno, duração e carga horária constituem elementos estruturais importantes para a interpretação comparativa dos indicadores apresentados nas seções seguintes, evitando leituras simplificadoras ou descontextualizadas dos padrões de permanência e evasão.

4.4.2 PANORAMA DOS FLUXOS: INGRESSANTES, CONCLUINTES, MATRÍCULAS E TAXAS (2017-2023)

A Tabela 2 sintetiza os principais indicadores anuais dos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo ofertados na Rede Federal entre 2017 e 2023, contemplando número de ingressantes, concluintes, matrículas e taxas derivadas de conclusão e evasão estimada. A organização longitudinal dos dados permite identificar padrões, oscilações e rupturas nos fluxos formativos das três instituições analisadas.

Tabela 2 – Indicadores anuais dos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo

Instituição	Ano	Ingressantes	Concluintes	Matrículas	Conclusão (%)	Evasão est. (%)
IFMG Santa Luzia	2017	39	30	73	76,9	23,1
IFMG Santa Luzia	2018	37	—	76	—	—
IFMG Santa Luzia	2019	36	28	70	77,8	22,2
IFMG Santa Luzia	2020	40	2	64	5,0	95,0
IFMG Santa Luzia	2021	41	12	93	29,3	70,7
IFMG Santa Luzia	2022	23	5	73	21,7	78,3

Instituição	Ano	Ingressantes	Concluintes	Matrículas	Conclusão (%)	Evasão est. (%)
IFMG Santa Luzia	2023	38	12	74	31,6	68,4
UFPB (CAVN)	2020	44	—	44	—	—
UFPB (CAVN)	2021	—	15	44	—	—
UFPB (CAVN)	2022	35	12	64	34,3	65,7
UFPB (CAVN)	2023	35	3	63	8,6	91,4
UFSM (Politécnico)	2017	39	25	121	64,1	35,9
UFSM (Politécnico)	2018	48	29	132	60,4	39,6
UFSM (Politécnico)	2019	45	18	123	40,0	60,0
UFSM (Politécnico)	2020	45	1	112	2,2	97,8
UFSM (Politécnico)	2021	37	7	134	18,9	81,1
UFSM (Politécnico)	2022	47	5	176	10,6	89,4
UFSM (Politécnico)	2023	54	23	165	42,6	57,4

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Plataforma Nilo Peçanha.

A leitura inicial dos indicadores evidencia que o ingresso não se converte automaticamente em conclusão. No caso do IFMG – Campus Santa Luzia, observa-se que, embora o número de ingressantes se mantenha relativamente estável ao longo da série histórica, os concluintes apresentam variações expressivas, especialmente a partir de 2020. Em 2017 e 2019, as taxas de conclusão superam 76%, indicando fluxo formativo relativamente consolidado no período pré-pandêmico. Entretanto, em 2020, a taxa reduz-se drasticamente para 5,0%, configurando ruptura significativa no comportamento do curso.

Essa oscilação não se limita ao IFMG. A UFSM apresenta movimento semelhante, com taxas superiores a 60% em 2017 e 2018, redução em 2019 e forte queda em 2020, quando a taxa de conclusão atinge 2,2%. Esse comportamento comparativamente semelhante sugere que as variações observadas não decorrem

exclusivamente de especificidades institucionais locais, mas também de fatores estruturais e conjunturais mais amplos.

A análise comparativa demonstra ainda que, mesmo antes da pandemia, já existiam diferenças relevantes entre as instituições. Enquanto o IFMG registrava taxas superiores a 77% no período pré-pandêmico, a UFSM apresentava índices mais baixos e maior oscilação ao longo da série histórica. Esses dados indicam que, embora os cursos pertençam à mesma Rede Federal, operam sob condições institucionais distintas, capazes de influenciar os fluxos de permanência e conclusão.

Do ponto de vista teórico, a discrepância recorrente entre ingressantes e concluintes dialoga com a compreensão de Patto (1990), segundo a qual o fracasso escolar não deve ser interpretado como resultado de insuficiência individual, mas como produção social e institucional. A permanência estudantil depende de condições estruturais que extrapolam a dimensão estritamente pedagógica, envolvendo fatores econômicos, organizacionais e sociais.

A taxa de evasão estimada reforça esse cenário. No IFMG – Campus Santa Luzia, a evasão estimada alcança 95,0% em 2020 e permanece elevada nos anos subsequentes, ainda que com sinais de recuperação parcial. A amplitude dessas variações evidencia que o curso não apresenta comportamento linear, mas dinâmica fortemente sensível a fatores externos e reorganizações institucionais.

À luz de Charlot (2000), pode-se interpretar que a relação com o saber e o sentido atribuído ao percurso formativo tornam-se mais vulneráveis quando as condições institucionais são instáveis. Em cursos subsequentes noturnos, frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores, a permanência depende não apenas da proposta curricular, mas também da capacidade institucional de oferecer suporte contínuo diante de situações adversas.

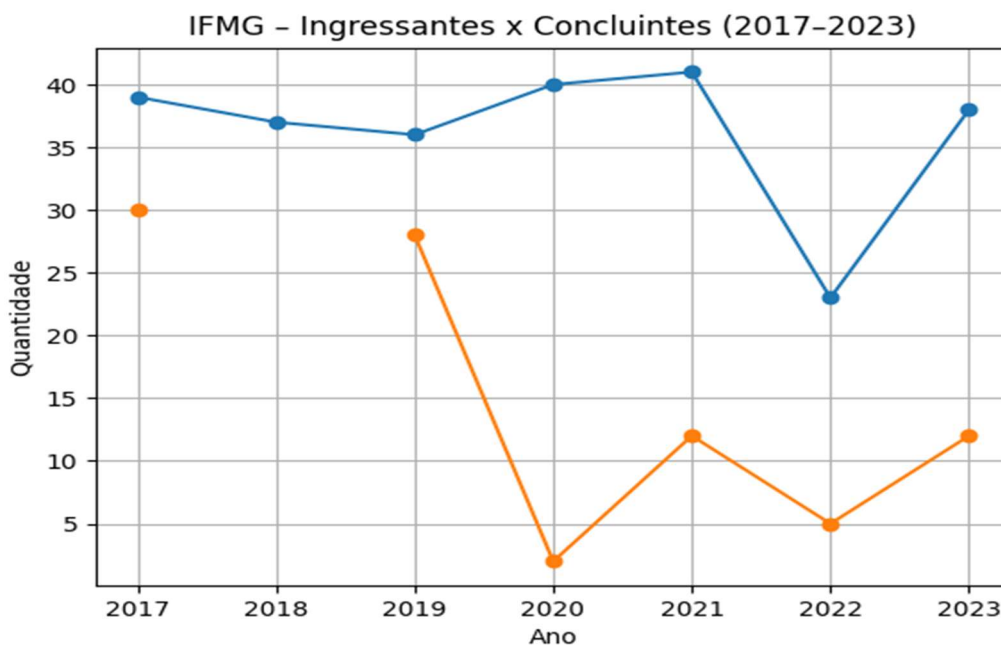
Além disso, a comparação entre número de matrículas e número de concluintes permite perceber que a manutenção do vínculo institucional ao longo do tempo ocorre de maneira desigual. Em determinados anos, as matrículas permanecem relativamente estáveis, enquanto as conclusões sofrem quedas acentuadas, sugerindo retenções prolongadas, interrupções temporárias ou fragilização progressiva do percurso formativo.

Assim, os dados apresentados nesta seção evidenciam três aspectos centrais: a elevada discrepância entre ingresso e conclusão; a forte volatilidade das taxas ao longo do período analisado; e o comportamento comparativamente semelhante entre

as instituições durante o contexto pandêmico. Esses elementos reforçam a necessidade de compreender a evasão escolar como fenômeno institucionalmente condicionado, exigindo leitura articulada entre indicadores quantitativos, organização pedagógica e condições concretas de permanência.

Para fins de padronização da análise, a taxa de conclusão foi calculada pela razão entre o número de concluintes e o número de ingressantes no respectivo ano, multiplicado por 100. A evasão estimada corresponde à diferença entre 100% e a taxa de conclusão, quando os dados disponíveis permitiram tal cálculo. Nos anos em que a base apresentou valores ausentes para ingressantes ou concluintes, optou-se por não estimar as taxas, preservando a integridade do dado secundário. Ressalta-se que os cálculos foram realizados a partir de dados agregados por ano, conforme disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha. Dessa forma, os indicadores analisados não correspondem ao acompanhamento individualizado das trajetórias estudantis, mas à leitura institucional dos fluxos educacionais ao longo do período investigado.

Figura 1 – IFMG (Santa Luzia): ingressantes e concluintes (2017–2023)



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

A análise da relação entre ingressantes e concluintes no IFMG – Campus Santa Luzia evidencia que o acesso ao curso não se converte automaticamente em conclusão. Nos anos de 2017 e 2019, observa-se que o número de concluintes

aproxima-se do número de ingressantes, resultando em taxas superiores a 76%, o que indica fluxo formativo relativamente consolidado no período pré-pandêmico.

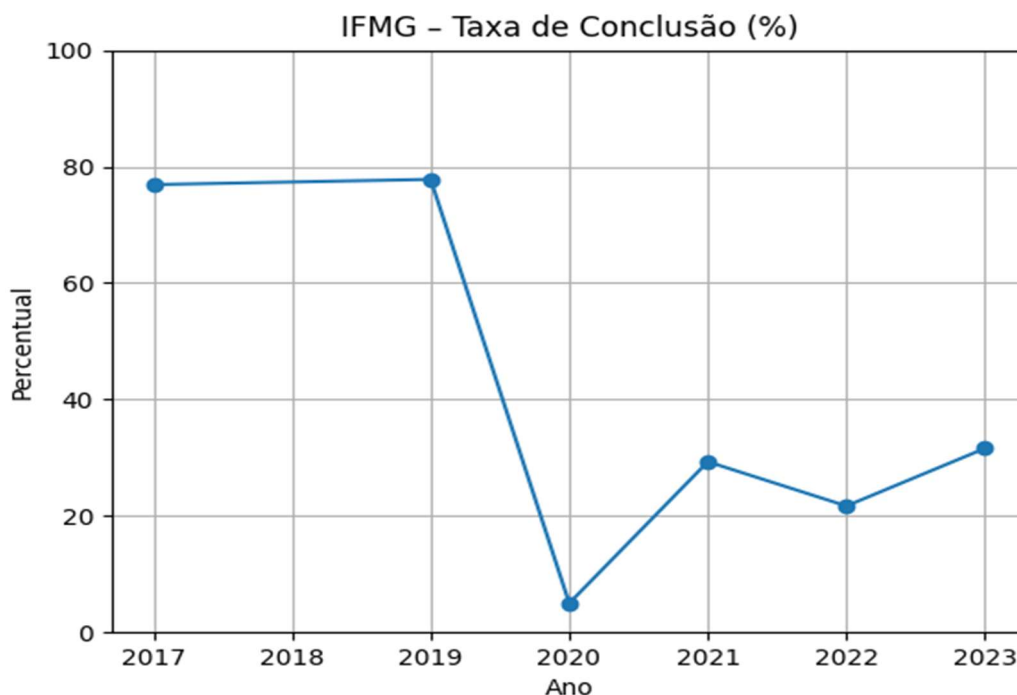
Entretanto, a partir de 2020 ocorre ruptura expressiva. Embora o número de ingressantes permaneça em patamar semelhante ao dos anos anteriores, o quantitativo de concluintes reduz-se drasticamente, alcançando apenas dois estudantes em 2020. Essa discrepância demonstra que a manutenção do ingresso não garante, por si só, a continuidade do percurso formativo até sua conclusão.

A amplitude dessa variação é significativa: a taxa de conclusão oscila de 77,8% em 2019 para 5,0% em 2020, representando diferença de 72,8 pontos percentuais. Tal comportamento indica elevada sensibilidade do fluxo educacional a fatores contextuais e institucionais, sugerindo fragilidade estrutural nos mecanismos de sustentação da permanência estudantil.

Do ponto de vista interpretativo, essa descontinuidade dialoga com Patto (1990), que compreende o fracasso escolar como produção institucional e social, e não como consequência exclusiva de insuficiências individuais. A queda abrupta da conclusão não pode ser atribuída apenas a mudanças no perfil discente, devendo ser analisada à luz das condições institucionais e contextuais que atravessaram o período, especialmente as reorganizações pedagógicas decorrentes da pandemia.

Além disso, conforme Charlot (2000), a relação com o saber e o sentido atribuído ao percurso formativo são profundamente condicionados pelas condições concretas de aprendizagem. Em cursos subsequentes noturnos, frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores, a estabilidade do vínculo acadêmico depende tanto de condições materiais — como renda, tempo disponível e acesso digital — quanto de condições simbólicas relacionadas ao pertencimento e ao reconhecimento institucional.

Figura 2 – IFMG (Santa Luzia): taxa de conclusão



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

A visualização percentual da taxa de conclusão reforça esse padrão. O triênio 2017–2019 apresenta média de 77,35%, enquanto o biênio 2020–2021 registra média de 17,13%, representando redução absoluta de 60,22 pontos percentuais e variação relativa negativa expressiva.

Essa inflexão não corresponde apenas a oscilação conjuntural, mas evidencia mudança estrutural no comportamento do fluxo formativo. Ainda que haja recuperação parcial nos anos de 2022 e 2023, os índices permanecem substancialmente inferiores ao padrão pré-pandêmico, indicando efeitos prolongados da ruptura ocorrida durante o período de ensino remoto emergencial.

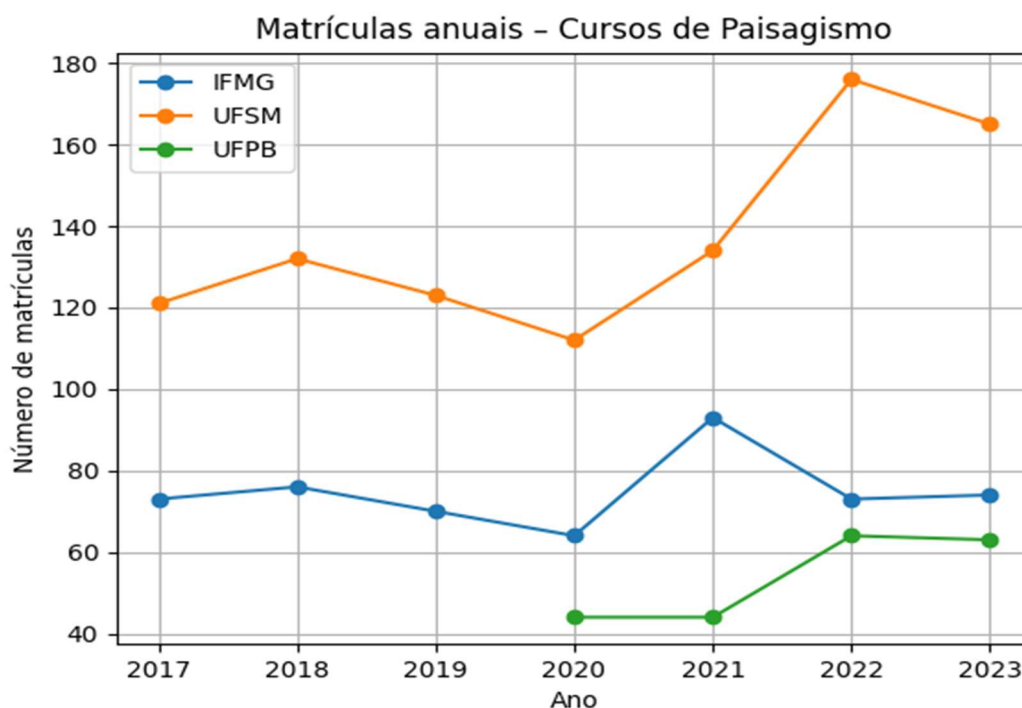
A discrepância persistente entre ingresso e conclusão confirma que o sucesso escolar não pode ser compreendido como resultado automático do acesso à instituição. Bourdieu e Passeron (1975) contribuem para interpretar que instituições inseridas em contextos de desigualdade tendem a reproduzir assimetrias quando não dispõem de mecanismos estruturados de mediação pedagógica e apoio social. No caso do IFMG – Campus Santa Luzia, a oferta noturna voltada predominantemente a estudantes trabalhadores amplia a exposição a fatores externos que tensionam a permanência acadêmica.

Por sua vez, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) permitem compreender que, em cursos técnicos subsequentes, a tensão entre formação integral e demandas imediatas do mercado de trabalho pode intensificar conflitos relacionados ao tempo disponível, às prioridades econômicas e às condições concretas de permanência dos estudantes já inseridos no mundo do trabalho.

Assim, os dados do IFMG – Campus Santa Luzia demonstram que o período analisado apresenta comportamento marcado por dois movimentos distintos: estabilidade com altas taxas de conclusão até 2019 e ruptura significativa a partir de 2020, seguida de recuperação parcial posterior. Esse cenário reforça a necessidade de mecanismos institucionais sistemáticos de monitoramento da permanência estudantil, capazes de identificar precocemente fragilidades no percurso formativo e subsidiar intervenções pedagógicas mais consistentes.

4.4.3 PERMANÊNCIA (MATRÍCULAS ATIVAS) E DIFERENÇAS DE ESCALA INSTITUCIONAL

Figura 3 – Matrículas anuais: Paisagismo (Rede Federal).



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

A evolução das matrículas ao longo do período de 2017 a 2023 evidencia diferenças importantes de escala e estabilidade entre as instituições analisadas. A UFSM apresenta quantitativo absoluto mais elevado de matrículas, alcançando 176

registros em 2022, enquanto o IFMG – Campus Santa Luzia oscila entre 64 e 93 matrículas no mesmo intervalo temporal. A UFPB, em razão da implementação mais recente do curso, apresenta quantitativos mais reduzidos, variando entre 44 e 64 matrículas.

Entretanto, a escala absoluta de matrículas não deve ser confundida com estabilidade do fluxo formativo ou garantia de permanência estudantil. No caso do IFMG – Campus Santa Luzia, observa-se que, mesmo em períodos nos quais o número de matrículas permanece relativamente estável, as taxas de conclusão apresentam oscilações expressivas. Esse comportamento sugere que a manutenção formal do vínculo institucional não se converte automaticamente em conclusão do percurso formativo.

Tal constatação dialoga com a literatura sobre permanência na Educação Profissional e Tecnológica, que compreende a matrícula ativa apenas como uma das dimensões da permanência estudantil. Conforme discutido anteriormente, permanecer na instituição envolve não apenas condições materiais, como acesso à assistência estudantil, mas também processos relacionados à integração acadêmica, ao acompanhamento pedagógico e ao fortalecimento do vínculo institucional.

A análise das matrículas permite perceber ainda que o IFMG opera em escala mais reduzida e demonstra maior sensibilidade a oscilações contextuais ao longo da série histórica. A UFSM, embora apresente quantitativo mais elevado e maior robustez institucional em termos numéricos, também registra instabilidades importantes nas taxas de conclusão, indicando que a ampliação da escala institucional, por si só, não elimina fragilidades relacionadas à permanência e ao êxito acadêmico.

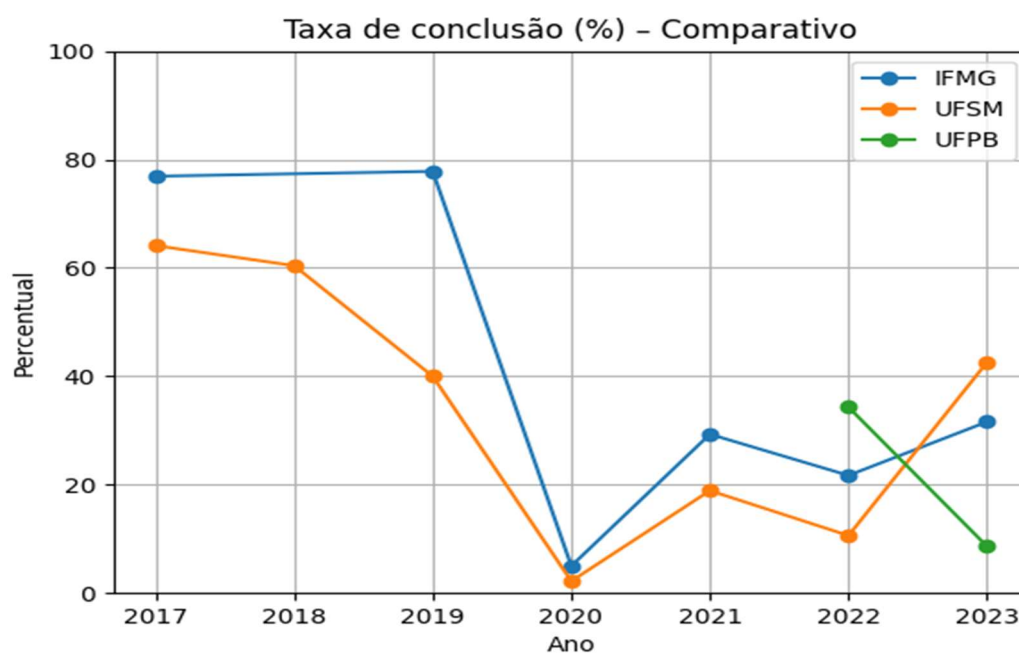
Além disso, a leitura comparativa evidencia que cursos com públicos, turnos e tempos de integralização distintos produzem dinâmicas formativas igualmente distintas. No caso do IFMG – Campus Santa Luzia, a predominância de estudantes trabalhadores matriculados em curso noturno tende a ampliar a vulnerabilidade do fluxo acadêmico diante de fatores externos, como instabilidade laboral, dificuldades de deslocamento urbano e limitações de tempo para dedicação aos estudos.

Nesse sentido, as diferenças de escala identificadas entre as instituições devem ser interpretadas como elementos contextuais relevantes para a compreensão dos indicadores educacionais, e não como evidências automáticas de maior ou menor sucesso institucional. A permanência estudantil, conforme evidenciam os dados analisados, constitui fenômeno mais complexo, relacionado não apenas ao

quantitativo de matrículas, mas às condições efetivas de sustentação do percurso formativo ao longo do tempo.

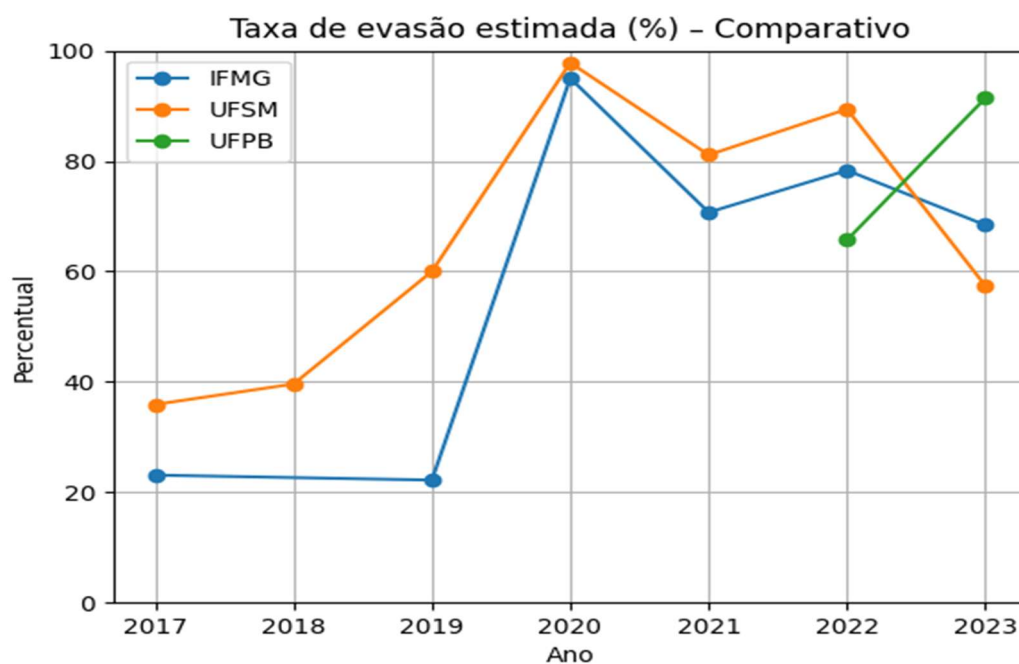
4.4.4 CONCLUSÃO E EVASÃO ESTIMADA: LEITURA COMPARATIVA E LIMITES DO DADO SECUNDÁRIO

Figura 4 – Taxa de conclusão – comparativo



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

Figura 5 – Taxa de evasão estimada – comparativo



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

As taxas comparativas de conclusão e evasão estimada — compreendida, neste estudo, como a diferença percentual entre o número de ingressantes e concluintes em determinado período — evidenciam comportamentos heterogêneos entre as instituições ao longo da série histórica analisada. No IFMG – Campus Santa Luzia, a taxa de conclusão varia entre 77,8% em 2019 e 5,0% em 2020. Na UFSM, a oscilação ocorre entre 64,1% em 2017 e 2,2% em 2020. Essa amplitude demonstra elevada instabilidade no fluxo formativo, especialmente durante o período pandêmico.

A taxa média geral de conclusão do IFMG no período de 2017 a 2023 corresponde a 40,38%, o que implica evasão estimada média de aproximadamente 59,62%. Em termos agregados, isso significa que menos da metade dos estudantes ingressantes conclui o curso dentro do fluxo observado. Na UFSM, a média geral de conclusão é de 34,13%, indicando padrão semelhante de vulnerabilidade em relação à permanência estudantil.

É importante considerar que a Plataforma Nilo Peçanha apresenta lacunas em determinados anos, impossibilitando o cálculo contínuo das taxas para todas as instituições e períodos analisados. A opção metodológica de preservar o dado secundário original, sem realização de imputações ou estimativas adicionais, buscou assegurar maior rigor analítico e evitar inferências não sustentadas empiricamente. Ainda assim, mesmo com essas limitações, o comportamento comparativo dos indicadores permite identificar tendências relevantes relacionadas aos desafios de permanência nos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo.

Os dados sugerem que as dificuldades relacionadas à evasão não constituem fenômeno isolado de uma única instituição, mas expressam condicionantes estruturais que atravessam a oferta dessa formação em diferentes contextos regionais. Embora existam especificidades institucionais importantes — relacionadas ao turno de oferta, à duração dos cursos e ao perfil do público atendido —, observa-se comportamento semelhante no que se refere à fragilidade das taxas de conclusão, especialmente no contexto de crise provocado pela pandemia da COVID-19.

À luz de Bourdieu e Passeron (1975), pode-se interpretar que instituições inseridas em contextos marcados por desigualdade social operam sob tensão constante entre ampliação do acesso e garantia efetiva de êxito escolar. Nesse sentido, o ingresso na instituição não assegura, por si só, a acumulação de capital escolar necessário à conclusão do percurso formativo, especialmente quando os

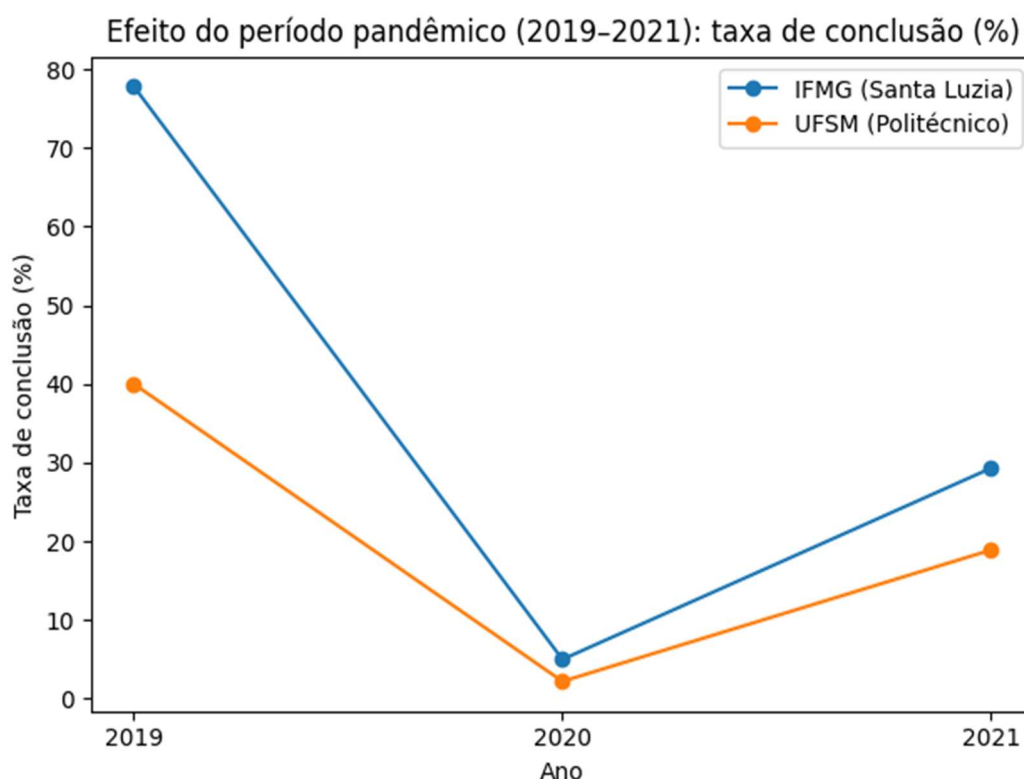
estudantes enfrentam restrições econômicas, laborais e sociais que dificultam a permanência acadêmica.

Além disso, a forte volatilidade observada nas taxas demonstra que os fluxos educacionais não se desenvolvem de maneira linear ou homogênea ao longo do tempo. Oscilações abruptas, como as verificadas a partir de 2020, indicam elevada sensibilidade dos cursos a fatores externos e institucionais, reforçando a necessidade de mecanismos sistemáticos de acompanhamento da permanência estudantil e monitoramento dos fluxos acadêmicos.

Assim, a leitura comparativa das taxas de conclusão e evasão estimada permite compreender que os desafios relacionados à permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica ultrapassam dimensões individuais e exigem análise articulada entre indicadores institucionais, condições concretas de oferta e políticas de acompanhamento acadêmico.

4.4.5 O PERÍODO PANDÊMICO COMO INFLEXÃO: EVIDÊNCIAS 2019-2021

Figura 6 – Efeito do período pandêmico (2019–2021): taxa de conclusão



Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 3 – Indicadores selecionados do período pandêmico (2019–2021)

Instituição	Ano	Ingressantes	Concluintes	Conclusão (%)	Matrículas
IFMG Santa Luzia	2019	36	28	77,8	70
IFMG Santa Luzia	2020	40	2	5,0	64
IFMG Santa Luzia	2021	41	12	29,3	93
UFPB (CAVN)	2020	44	—	—	44
UFPB (CAVN)	2021	—	15	—	44
UFSM (Politécnico)	2019	45	18	40,0	123
UFSM (Politécnico)	2020	45	1	2,2	112
UFSM (Politécnico)	2021	37	7	18,9	134

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Plataforma Nilo Peçanha.

A análise do período compreendido entre 2019 e 2021 evidencia o impacto da pandemia da COVID-19 sobre os fluxos formativos dos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo analisados nesta pesquisa. No IFMG – Campus Santa Luzia, a taxa de conclusão reduz-se de 77,8% em 2019 para 5,0% em 2020, apresentando recuperação parcial em 2021, quando atinge 29,3%. Movimento semelhante é observado na UFSM, cuja taxa de conclusão passa de 40,0% em 2019 para 2,2% em 2020, alcançando 18,9% em 2021.

A semelhança entre os comportamentos observados nas duas instituições sugere que as oscilações registradas não se relacionam apenas a fatores institucionais específicos, mas também às condições impostas pelo contexto pandêmico. A reorganização das atividades acadêmicas durante o ensino remoto emergencial, associada às dificuldades de acesso às tecnologias digitais e às mudanças nas condições de trabalho e renda dos estudantes, impactou diretamente a continuidade dos percursos formativos.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, tais efeitos tornam-se ainda mais relevantes em razão da centralidade das atividades práticas e laboratoriais na formação técnica. A interrupção ou adaptação dessas atividades alterou significativamente as condições de aprendizagem e acompanhamento acadêmico,

especialmente em cursos frequentados predominantemente por estudantes trabalhadores.

Conforme argumenta Charlot (2000), a relação com o saber depende das condições concretas de inserção do estudante no processo educativo. Nesse sentido, a fragilização das condições de estudo durante o período pandêmico comprometeu não apenas o desempenho acadêmico, mas também o vínculo institucional e o sentido atribuído à permanência no curso.

Embora os indicadores demonstrem recuperação parcial após 2020, os níveis de conclusão permanecem inferiores aos observados no período pré-pandêmico. Os dados sugerem, portanto, que a pandemia atuou como elemento intensificador de vulnerabilidades já presentes nos cursos subsequentes, evidenciando fragilidades relacionadas às condições de permanência estudantil e à sustentação dos fluxos formativos em contextos de instabilidade social e econômica.

4.4.6 SÍNTESE INTERPRETATIVA E IMPLICAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Os indicadores analisados permitem identificar quatro padrões principais relacionados aos fluxos formativos dos cursos técnicos subsequentes em Paisagismo: a discrepância persistente entre ingresso e conclusão; a forte oscilação das taxas ao longo da série histórica; a ruptura significativa observada durante o período pandêmico; e as diferenças contextuais entre as instituições, especialmente no que se refere ao turno de oferta, à duração dos cursos e à escala das matrículas.

No caso do IFMG – Campus Santa Luzia, a taxa média geral de conclusão no período analisado (2017–2023) foi de 40,38%, contrastando com a média de 77,35% observada no triênio pré-pandêmico (2017–2019) e com os 17,13% registrados no biênio correspondente ao ensino remoto emergencial (2020–2021). Essa variação representa redução relativa de aproximadamente 77,85%, evidenciando uma inflexão significativa nos fluxos formativos durante o contexto pandêmico.

A diferença persistente entre ingresso e conclusão, associada a uma evasão estimada média próxima de 60%, indica que os desafios relacionados à permanência assumem caráter estrutural, e não apenas circunstancial. O acesso ampliado ao curso, portanto, não garante, por si só, o êxito acadêmico, reforçando a compreensão de Patto (1990) de que o fracasso escolar deve ser interpretado como produção

institucional e social, atravessada por múltiplas determinações e não reduzida a características individuais dos estudantes.

A análise também permite compreender que a permanência estudantil está diretamente relacionada às condições concretas de participação dos estudantes no processo educativo. Charlot (2000) destaca que a relação com o saber depende do sentido atribuído ao estudo e das condições objetivas de aprendizagem, enquanto Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) evidenciam que cursos técnicos subsequentes — especialmente aqueles ofertados no período noturno — frequentemente operam sob tensão entre a perspectiva de formação integral e as demandas imediatas do mercado de trabalho. Essa tensão manifesta-se empiricamente nas dificuldades de consolidação dos fluxos formativos observadas nos dados analisados.

Além disso, a comparação entre as instituições demonstra que os desafios relacionados à permanência não constituem realidade exclusiva do IFMG – Campus Santa Luzia. Embora existam diferenças importantes relacionadas ao turno de oferta, ao tempo de integralização e à organização dos cursos, os indicadores apresentados evidenciam fragilidades semelhantes no que se refere às taxas de conclusão e à estabilidade dos percursos acadêmicos. Tal constatação reforça a necessidade de compreender a evasão escolar como fenômeno estrutural da Educação Profissional e Tecnológica, e não como problema isolado de uma única instituição.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelece entre seus objetivos a redução da evasão e da retenção na educação pública federal, reconhecendo que a permanência depende da existência de políticas institucionais estruturadas de acompanhamento e apoio aos estudantes. Nesse sentido, os padrões identificados nesta análise evidenciam a necessidade de mecanismos sistemáticos de monitoramento dos fluxos acadêmicos e de estratégias institucionais voltadas à promoção do êxito educacional.

Assim, os resultados apresentados fundamentam a elaboração do Produto Educacional desta pesquisa como instrumento de monitoramento institucional da permanência estudantil, em consonância com a perspectiva de que a evasão escolar deve ser enfrentada por meio de estratégias institucionais sistemáticas, baseadas em evidências e articuladas às condições concretas de funcionamento das instituições educacionais, conforme discutem Dore e Lüscher (2011).

4.5 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS A PARTIR DOS INDICADORES

A leitura integrada dos indicadores institucionais permite afirmar que os cursos técnicos subsequentes em Paisagismo analisados nesta pesquisa apresentam fragilidades estruturais relacionadas à permanência e à conclusão dos estudantes. A discrepância recorrente entre o número de ingressantes e concluintes, associada à volatilidade das taxas ao longo da série histórica, evidencia que o acesso ampliado à Educação Profissional e Tecnológica não se converte automaticamente em êxito escolar.

No caso do IFMG – Campus Santa Luzia, foco desta investigação, a taxa média geral de conclusão de 40,38% no período de 2017 a 2023 revela que menos da metade dos estudantes ingressantes conclui o curso dentro do fluxo observado. Esse dado não deve ser interpretado como expressão de insuficiência individual discente, mas como evidência de condicionantes institucionais, pedagógicos e sociais que atravessam a oferta do curso subsequente noturno e interferem diretamente nas possibilidades de permanência acadêmica.

A análise longitudinal evidencia um padrão bifásico nos fluxos formativos do curso: relativa estabilidade no triênio pré-pandêmico, com médias de conclusão superiores a 77%, seguida de inflexão abrupta no biênio 2020–2021 e recuperação parcial nos anos posteriores. Nesse contexto, a pandemia da COVID-19 atuou como catalisador de vulnerabilidades já existentes, especialmente no que se refere à conciliação entre trabalho e estudo, às dificuldades de acesso a recursos digitais e à manutenção do vínculo pedagógico durante o ensino remoto emergencial.

Esse comportamento empírico dialoga com Patto (1990), ao reforçar que o fracasso escolar constitui produção social e institucional, resultante de múltiplas determinações e não apenas de características individuais dos estudantes. Também se articula às contribuições de Charlot (2000), segundo as quais a permanência depende do sentido atribuído ao estudo e das condições concretas de inserção do estudante na instituição. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) permitem compreender que a tensão entre formação integral e demandas imediatas do mercado de trabalho incide de forma mais intensa sobre estudantes trabalhadores, público predominante nos cursos subsequentes noturnos.

Além disso, a comparação com as demais instituições da Rede Federal evidencia que os desafios relacionados à permanência não constituem fenômeno

isolado do IFMG – Campus Santa Luzia, embora assumam contornos específicos em razão do turno noturno, da escala institucional reduzida e do perfil do público atendido. Essa constatação reforça a necessidade de evitar interpretações individualizantes ou moralizantes da evasão escolar, situando-a no campo das políticas educacionais e das condições estruturais da oferta.

Os resultados quantitativos apresentados neste capítulo também evidenciam a importância de mecanismos institucionais sistemáticos de monitoramento da permanência estudantil. A ausência de instrumentos estruturados de acompanhamento contínuo dos fluxos acadêmicos dificulta a identificação precoce de situações de vulnerabilidade e limita as possibilidades de intervenção pedagógica e institucional ao longo do percurso formativo.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelece entre seus objetivos a redução da evasão e da retenção na educação pública federal, reconhecendo que a permanência depende da existência de políticas institucionais estruturadas de acompanhamento e apoio aos estudantes. Nesse sentido, os achados desta pesquisa dialogam com as discussões de Dore e Lüscher (2011), ao indicarem que o enfrentamento da evasão escolar exige ações institucionais articuladas, capazes de considerar tanto os condicionantes sociais quanto as especificidades pedagógicas e organizacionais da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, os resultados apresentados fundamentam a elaboração do Produto Educacional desta pesquisa como proposta voltada ao monitoramento institucional da permanência estudantil e ao fortalecimento das estratégias de acompanhamento acadêmico. A análise dos dados, portanto, não se encerra na constatação de taxas e indicadores, mas aponta para implicações concretas no planejamento institucional, reafirmando a permanência estudantil como dimensão constitutiva do direito à educação no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Cabe registrar que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia foi descontinuado para novas ofertas, mantendo-se apenas as turmas em andamento até sua conclusão. Embora tal decisão institucional não constitua objeto direto desta dissertação, sua ocorrência reforça a relevância do debate desenvolvido ao longo deste estudo. A trajetória recente do curso evidencia que desafios relacionados à atratividade, à permanência e à consolidação do fluxo formativo possuem impactos

concretos na sustentabilidade das ofertas subsequentes. Nesse sentido, os dados analisados e o Produto Educacional proposto ultrapassam uma leitura meramente retrospectiva, dialogando com a necessidade de fortalecimento institucional de cursos técnicos subsequentes voltados, majoritariamente, a estudantes trabalhadores.

4.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como toda investigação baseada em dados secundários e análise documental, esta pesquisa apresenta limites inerentes ao seu desenho metodológico. A utilização de dados agregados da Plataforma Nilo Peçanha impossibilita a reconstrução individualizada das trajetórias estudantis, restringindo a análise à dimensão institucional dos fluxos acadêmicos. Dessa forma, não foi possível identificar percursos específicos de evasão, retenção ou conclusão a partir de variáveis relacionadas ao perfil socioeconômico ou às características individuais dos estudantes.

Além disso, a ausência de alguns registros completos em determinados anos impôs limites ao cálculo contínuo das taxas de conclusão e evasão, exigindo cautela na interpretação longitudinal dos indicadores. A opção metodológica de preservar a integridade do dado secundário, sem a realização de imputações ou estimativas não verificáveis, buscou assegurar maior rigor analítico, ainda que isso implicasse a manutenção de lacunas pontuais na série histórica analisada.

As diferenças regionais, estruturais e institucionais entre os cursos analisados também impõem limites à generalização dos resultados. Embora a comparação entre instituições da Rede Federal tenha contribuído para contextualizar o estudo de caso e ampliar a compreensão do fenômeno investigado, não se pretende estabelecer hierarquizações institucionais ou extrapolações universais sobre os cursos técnicos subsequentes em Paisagismo.

Por tratar-se de um mestrado profissional com Produto Educacional aplicado, a pesquisa concentrou-se prioritariamente na dimensão institucional da evasão escolar, não contemplando investigação qualitativa direta com estudantes evadidos. Tal escolha metodológica mostra-se coerente com os objetivos do estudo, mas indica possibilidades para pesquisas futuras que aprofundem dimensões subjetivas relacionadas à permanência, ao vínculo institucional e às trajetórias acadêmicas dos estudantes.

Ademais, a decisão institucional de descontinuidade da oferta do curso para novas turmas, ocorrida durante o período de conclusão desta pesquisa, impõe um limite adicional à análise longitudinal futura do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia. Embora essa decisão não constitua objeto direto desta investigação, sua ocorrência reforça a necessidade de reflexão contínua sobre mecanismos institucionais de monitoramento e enfrentamento da evasão escolar, especialmente em cursos subsequentes cuja sustentabilidade depende de taxas consistentes de ocupação, permanência e conclusão.

4.7 CONSIDERAÇÃO CONTEXTUAL SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM PAISAGISMO DO IFMG – CAMPUS SANTA LUZIA

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia passou por processo de descontinuidade de oferta para novas turmas. No momento de conclusão desta dissertação, permanecem apenas estudantes vinculados às turmas remanescentes em fase final de integralização, não tendo ocorrido ingresso de novos estudantes no ano de 2026, tampouco previsão de novas ofertas do curso.

Embora essa decisão institucional não constitua objeto direto de análise desta pesquisa, seu contexto dialoga de maneira significativa com as discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo. Os dados analisados evidenciaram desafios persistentes relacionados à atratividade do curso, à permanência estudantil e à consolidação dos fluxos formativos, especialmente no âmbito de cursos subsequentes noturnos frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores.

Nesse sentido, a trajetória recente do curso reforça a relevância das reflexões apresentadas nesta dissertação acerca da necessidade de mecanismos institucionais sistemáticos de acompanhamento da permanência estudantil e monitoramento da evasão escolar. Ainda que não se estabeleça relação causal direta entre os indicadores analisados e a decisão institucional de descontinuidade da oferta, o cenário observado evidencia como dificuldades relacionadas à ocupação de vagas, à permanência e à conclusão podem impactar concretamente a sustentabilidade acadêmica de cursos subsequentes na Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, os achados desta pesquisa ultrapassam uma leitura retrospectiva do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia e

contribuem para reflexões mais amplas sobre permanência estudantil, monitoramento institucional e sustentabilidade das ofertas subsequentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica pressupõe a elaboração de um Produto Educacional voltado à intervenção qualificada na prática institucional, articulando produção de conhecimento, reflexão crítica e proposição aplicada. Nesse sentido, o presente Produto Educacional constitui desdobramento direto da pesquisa desenvolvida sobre evasão escolar no Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, tomando essa experiência como referência empírica para a construção de um instrumento institucional de alcance ampliado.

Os dados analisados ao longo desta dissertação evidenciaram que a evasão escolar, especialmente em cursos técnicos subsequentes noturnos, configura fenômeno estrutural e multifatorial, atravessado por condicionantes socioeconômicos, organizacionais e pedagógicos. Conforme discutido à luz de Patto (1990), o fracasso escolar não pode ser reduzido à responsabilização individual do estudante, devendo ser compreendido como produção social e institucional. Do mesmo modo, Charlot (2000) permite compreender que a permanência depende do sentido atribuído ao estudo e das condições concretas de inserção do estudante na instituição. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) evidenciam as tensões existentes entre formação integral e demandas imediatas do mercado de trabalho, especialmente em cursos subsequentes frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores.

À luz desse referencial, mostra-se insuficiente enfrentar a evasão escolar por meio de ações pontuais ou exclusivamente reativas. A análise dos indicadores institucionais realizada nesta pesquisa evidenciou a necessidade de mecanismos contínuos de acompanhamento dos fluxos acadêmicos, capazes de subsidiar decisões pedagógicas e administrativas fundamentadas em evidências institucionais. É nesse contexto que se insere o Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes.

Embora empiricamente ancorado na experiência do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia — cuja oferta foi posteriormente descontinuada para novas turmas — o Produto Educacional foi concebido com caráter ampliado e adaptável a outros cursos técnicos subsequentes do campus e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Sua finalidade consiste em contribuir para a consolidação de práticas institucionais permanentes de acompanhamento da permanência estudantil, deslocando a análise da evasão do plano estritamente individual para a dimensão organizacional e institucional dos processos educativos.

5.1 PÚBLICO ALVO E CONTEXTO DE APLICAÇÃO

O Produto Educacional destina-se prioritariamente a gestores acadêmicos, coordenações de cursos técnicos subsequentes, equipes pedagógicas e setores de assistência estudantil. A definição desse público-alvo fundamenta-se na compreensão de que a evasão escolar, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, não pode ser enfrentada de maneira individualizada ou restrita à dimensão pedagógica, exigindo articulação institucional entre diferentes setores responsáveis pelo acompanhamento da trajetória discente.

Conforme discutido ao longo desta dissertação, a permanência estudantil depende de múltiplos fatores — pedagógicos, organizacionais e socioeconômicos — que ultrapassam os limites da sala de aula. Nesse contexto, a atuação integrada entre gestão, coordenação de curso, equipe pedagógica e assistência estudantil constitui elemento central para o acompanhamento sistemático dos fluxos acadêmicos e para a construção de estratégias institucionais voltadas à prevenção da evasão escolar.

Embora tenha como referência empírica o Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, cuja oferta foi posteriormente descontinuada para novas turmas, o produto foi concebido com caráter institucional ampliado. Sua estrutura modular permite adaptação a outros cursos técnicos subsequentes do campus e a diferentes unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, respeitando especificidades relacionadas ao perfil discente, ao turno de oferta e à organização curricular de cada contexto institucional.

O contexto de aplicação do guia não se restringe a situações de crise institucional ou de descontinuidade de cursos. Ao contrário, sua proposta consiste em subsidiar práticas permanentes de monitoramento da permanência estudantil, podendo ser utilizado tanto em cenários marcados por índices elevados de evasão quanto em contextos institucionais que busquem consolidar políticas preventivas de acompanhamento acadêmico e promoção do êxito estudantil.

Assim, o Produto Educacional não se limita a responder a uma experiência específica investigada nesta pesquisa, mas busca contribuir para o fortalecimento de práticas institucionais sustentáveis no âmbito dos cursos técnicos subsequentes, especialmente daqueles frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores e adultos.

5.2 DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional consiste em um Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes, concebido como instrumento de apoio à gestão acadêmica fundamentado em evidências institucionais. Sua elaboração decorre diretamente dos achados empíricos apresentados no Capítulo 4, que evidenciaram discrepâncias persistentes entre ingresso e conclusão, oscilações significativas nas taxas e fragilidades relacionadas ao acompanhamento sistemático da permanência estudantil.

A concepção do guia fundamenta-se na compreensão da evasão escolar como fenômeno estrutural e institucionalmente condicionado, conforme discutido à luz de Patto (1990), Charlot (2000) e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). Nessa perspectiva, o produto desloca o foco da responsabilização individual do estudante para a análise das condições organizacionais, pedagógicas e institucionais que atravessam os percursos formativos na Educação Profissional e Tecnológica.

O guia foi estruturado em cinco módulos complementares, organizados de forma flexível e adaptável às diferentes realidades institucionais dos cursos técnicos subsequentes:

1. **Análise dos indicadores institucionais de permanência e evasão** – orienta a leitura longitudinal e contextualizada dos dados acadêmicos, evitando interpretações isoladas ou exclusivamente quantitativas dos indicadores educacionais.
2. **Identificação de fatores institucionais relacionados à evasão escolar** – propõe instrumento diagnóstico voltado à análise de aspectos relacionados à organização curricular, ao turno de oferta, ao regime de integralização e às políticas institucionais de permanência estudantil.

3. **Fluxo institucional de acompanhamento da permanência estudantil** – sistematiza procedimentos institucionais de monitoramento, acompanhamento e encaminhamento de situações de vulnerabilidade acadêmica.
4. **Organização das reuniões de monitoramento acadêmico** – estrutura momentos coletivos de análise dos indicadores institucionais, favorecendo articulação entre gestão, coordenação de curso, equipe pedagógica e assistência estudantil.
5. **Plano institucional de ação para enfrentamento da evasão** – operacionaliza estratégias de intervenção por meio da metodologia 5W2H, estabelecendo definição de responsabilidades, prazos e formas de acompanhamento das ações propostas.

O plano institucional de ação fundamenta-se na metodologia 5W2H, ferramenta de planejamento amplamente utilizada na gestão organizacional para sistematização de ações e definição de responsabilidades. A metodologia organiza o planejamento a partir de sete questões orientadoras: What (o que será feito), Why (por que será feito), Where (onde será realizado), When (quando ocorrerá), Who (quem será responsável), How (como será executado) e How much (quanto custará). Sua utilização no Produto Educacional busca favorecer maior clareza operacional e acompanhamento sistemático das ações institucionais propostas.

A organização modular do guia responde diretamente às fragilidades identificadas na análise empírica desenvolvida nesta pesquisa, especialmente no que se refere à ausência de procedimentos sistematizados de monitoramento da permanência estudantil e à predominância de respostas institucionais fragmentadas ou reativas diante da evasão escolar.

5.3 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento do Produto Educacional adotou abordagem aplicada e interventiva, característica do mestrado profissional, articulando diagnóstico institucional, fundamentação teórica e proposição prática. Sua construção ocorreu de forma integrada aos resultados produzidos ao longo desta pesquisa, especialmente à análise dos indicadores institucionais de evasão e permanência e à leitura documental dos Projetos Pedagógicos de Curso.

A elaboração do guia partiu da compreensão de que a evasão escolar em cursos técnicos subsequentes não pode ser interpretada apenas como resultado de fatores individuais ou circunstanciais. Os dados analisados evidenciaram padrões persistentes de fragilidade nos fluxos formativos, indicando a necessidade de mecanismos institucionais mais sistemáticos de acompanhamento da permanência estudantil e monitoramento dos percursos acadêmicos.

O desenvolvimento do Produto Educacional ocorreu em três etapas articuladas. A primeira consistiu no diagnóstico empírico, realizado a partir da análise longitudinal dos dados da Plataforma Nilo Peçanha referentes ao período de 2017 a 2023, complementada pela análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso. Essa etapa permitiu identificar padrões recorrentes relacionados à evasão, à conclusão e às fragilidades institucionais no acompanhamento dos estudantes.

A segunda etapa correspondeu à fundamentação teórica do produto, articulando os achados empíricos às discussões sobre evasão escolar, permanência estudantil e Educação Profissional e Tecnológica. As contribuições de Patto (1990), Charlot (2000) e Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) foram centrais para consolidar a compreensão da evasão como fenômeno institucionalmente condicionado e relacionado às condições concretas de permanência dos estudantes trabalhadores nos cursos subsequentes.

A terceira etapa envolveu a sistematização operacional do guia, com organização dos módulos, definição dos fluxos institucionais de acompanhamento e elaboração dos instrumentos práticos de monitoramento e intervenção. Nessa fase, buscou-se priorizar a exequibilidade institucional do produto, evitando propostas excessivamente complexas ou distantes da realidade administrativa e pedagógica dos cursos técnicos subsequentes.

Embora tenha sido desenvolvido a partir da experiência do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, o produto foi concebido com caráter flexível e adaptável, permitindo sua utilização em outros cursos técnicos subsequentes do campus e em diferentes contextos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Tal característica busca ampliar o potencial de aplicação institucional do guia e favorecer sua utilização como instrumento permanente de acompanhamento da permanência estudantil.

5.4 APLICAÇÃO, AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A etapa de validação do Produto Educacional constitui momento importante no âmbito do mestrado profissional, uma vez que possibilita avaliar a pertinência, a clareza e a aplicabilidade da proposta no contexto institucional. No campo dos produtos educacionais aplicados, a validação junto a profissionais diretamente envolvidos na gestão acadêmica e pedagógica permite verificar a aderência do material às demandas concretas da prática institucional e às especificidades dos cursos técnicos subsequentes.

Nesse sentido, a validação do Produto Educacional foi realizada por meio da apreciação de profissionais vinculados à gestão acadêmica do IFMG – Campus Santa Luzia. Foram convidados sete profissionais ocupantes de funções estratégicas na instituição: Direção Geral, Diretoria de Ensino, Registro Acadêmico, Assistência Estudantil, Área Pedagógica e coordenações dos dois cursos técnicos subsequentes ofertados no campus.

Desses participantes, cinco profissionais enviaram respostas no período estabelecido, correspondendo a uma taxa de retorno aproximada de 71%. Os respondentes ocupam funções diretamente relacionadas à gestão acadêmica, pedagógica e administrativa da instituição, aspecto que confere relevância institucional à avaliação realizada, considerando a atuação desses setores no acompanhamento da permanência estudantil e na implementação de ações voltadas ao enfrentamento da evasão escolar.

O instrumento de validação foi composto por questões fechadas organizadas em escala Likert de cinco pontos, amplamente utilizada em pesquisas educacionais para mensurar níveis de concordância em relação a afirmações previamente estabelecidas (LIKERT, 1932). Na escala adotada, o valor 1 corresponde a “discordo totalmente”; 2, a “discordo parcialmente”; 3, a “nem concordo nem discordo”; 4, a “concordo parcialmente”; e 5, a “concordo totalmente”.

As afirmações avaliativas foram organizadas em três dimensões analíticas: clareza e organização do material; pertinência e aplicabilidade institucional; e contribuição para o monitoramento e gestão da evasão escolar. O questionário incluiu ainda espaço destinado a comentários qualitativos, permitindo aos avaliadores registrar sugestões, observações e percepções acerca do Produto Educacional,

complementando a análise quantitativa com elementos interpretativos relacionados à experiência institucional dos participantes.

A análise das respostas foi realizada por meio de estatística descritiva simples, utilizando cálculo de médias por item e média geral do instrumento, complementada pela leitura interpretativa das contribuições qualitativas apresentadas pelos avaliadores. A média geral obtida foi de 4,87 em uma escala de 1 a 5, indicando elevado grau de concordância quanto à clareza, pertinência e aplicabilidade institucional do Produto Educacional. Não houve avaliações inferiores a 4 (“concordo parcialmente”), evidenciando recepção positiva da proposta entre os participantes da validação.

As maiores médias (5,0) concentraram-se nos itens relacionados à clareza da linguagem do produto, à pertinência do material para os cursos técnicos subsequentes da Rede Federal, à viabilidade dos instrumentos e fluxos propostos e ao potencial do guia para subsidiar processos de tomada de decisão por gestores e coordenações de curso. Os itens relacionados à organização dos módulos, à compreensibilidade das orientações, à aplicabilidade na rotina institucional e à articulação entre gestão, equipe pedagógica e assistência estudantil apresentaram médias entre 4,60 e 4,80, mantendo padrão elevado de concordância.

A síntese dos resultados quantitativos encontra-se apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Itens do instrumento e médias obtidas

Item do instrumento	Média
1 – O produto apresenta linguagem clara e objetiva	5,00
2 – A estrutura e a organização dos módulos facilitam a compreensão do conteúdo	4,80
3 – As orientações apresentadas são compreensíveis para o público-alvo	4,60
4 – O produto é pertinente ao contexto dos cursos técnicos subsequentes da Rede Federal	5,00
5 – O produto pode ser aplicado na rotina institucional de acompanhamento da permanência estudantil	4,60
6 – Os instrumentos e fluxos propostos são viáveis no contexto institucional	5,00
7 – O produto contribui para o monitoramento sistemático da evasão escolar	4,80
8 – O produto pode subsidiar a tomada de decisão por gestores e coordenações de curso	5,00

Item do instrumento	Média
9 – O produto favorece a articulação entre gestão, equipe pedagógica e assistência estudantil	4,60

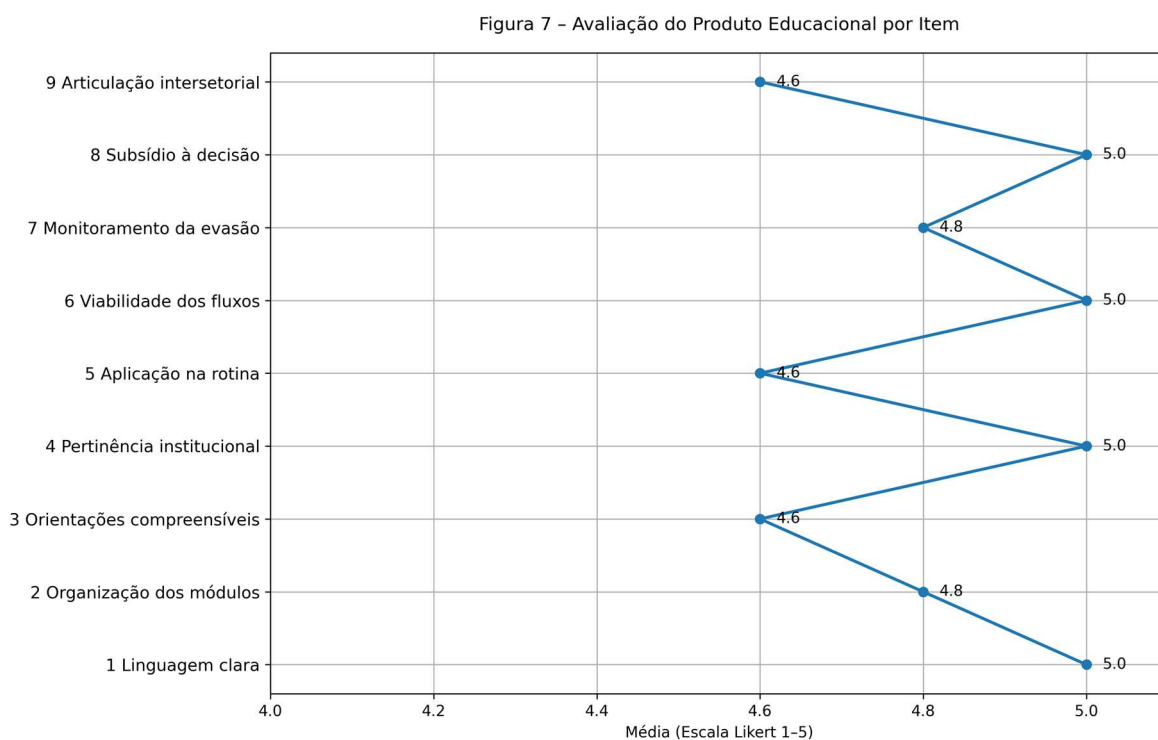
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da validação do Produto Educacional (2026).

Os comentários qualitativos reforçaram a percepção de relevância institucional do guia. Entre os aspectos destacados pelos avaliadores, foram mencionados a organização do material, a pertinência do tema no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e o potencial do produto para subsidiar processos institucionais de planejamento e acompanhamento da permanência estudantil. Um dos participantes sugeriu, ainda, a ampliação futura do instrumento com mecanismos adicionais de escuta discente, aspecto que poderá contribuir para o fortalecimento dos processos institucionais de diagnóstico e acompanhamento das trajetórias acadêmicas.

Do ponto de vista teórico, a validação institucional dialoga com a concepção de Produto Educacional no âmbito do mestrado profissional, ao evidenciar aderência ao contexto real de aplicação e potencial de intervenção concreta na prática institucional. Em consonância com Patto (1990), o produto busca deslocar o foco da responsabilização individual para a análise das condições institucionais de permanência. De forma semelhante, aproxima-se das discussões de Charlot (2000), ao propor mecanismos de acompanhamento sistemático das trajetórias acadêmicas e de tomada de decisão pedagógica fundamentada em evidências institucionais.

Os resultados quantitativos da validação encontram-se sintetizados nas Figuras 7 e 8, que apresentam, respectivamente, a avaliação dos itens individuais do instrumento e a distribuição das médias por dimensão analítica.

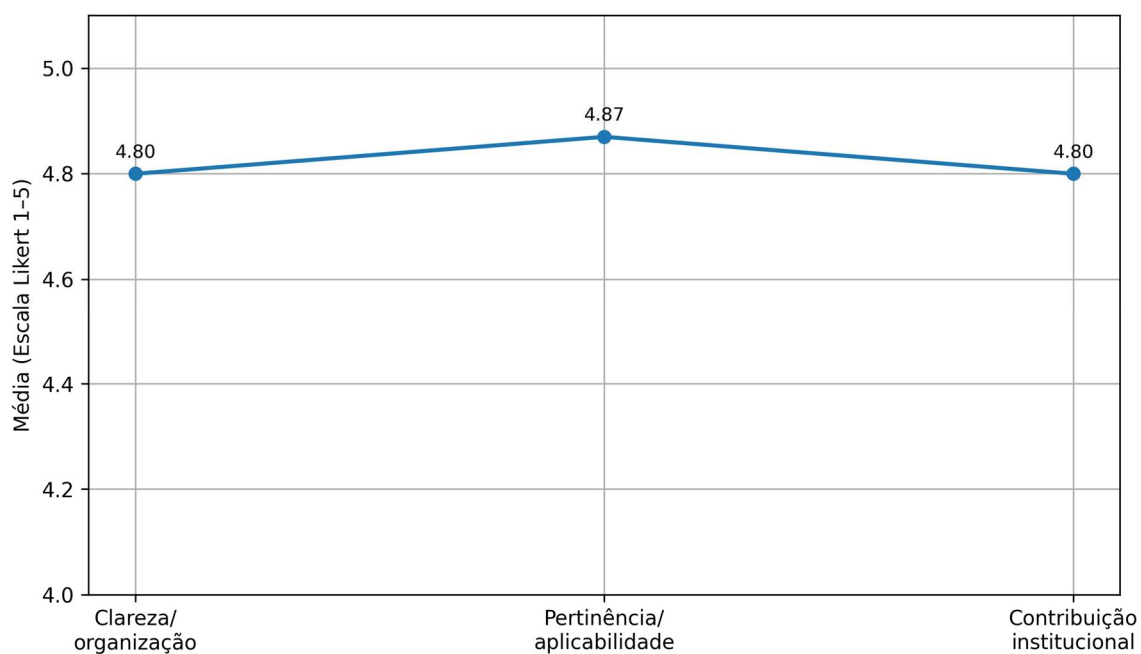
Figura 7 – Avaliação do Produto Educacional por Item



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da validação do Produto Educacional (2026)

Figura 8 – Avaliação por Dimensão Analítica

Figura 8 – Avaliação por Dimensão Analítica



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da validação do Produto Educacional (2026)

A leitura conjunta dos resultados evidencia elevado grau de concordância entre os avaliadores em todas as dimensões analisadas. As médias obtidas permaneceram acima de 4,5 em uma escala de 1 a 5, indicando percepção positiva quanto à clareza, pertinência e viabilidade institucional do Produto Educacional. Os dados sugerem que o guia apresenta aderência ao contexto da gestão acadêmica dos cursos técnicos subsequentes, sendo reconhecido pelos participantes como instrumento potencialmente relevante para o acompanhamento sistemático da permanência estudantil e para a tomada de decisões institucionais fundamentadas em evidências.

De modo geral, a validação realizada indica que o Produto Educacional apresenta possibilidades concretas de utilização no contexto dos cursos técnicos subsequentes, sobretudo em instituições que enfrentam dificuldades relacionadas à permanência estudantil e ao acompanhamento sistemático das trajetórias acadêmicas.

5.5 PRODUTO EDUCACIONAL RESULTANTE

O Produto Educacional resultante desta pesquisa materializa-se no Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes, elaborado a partir dos achados empíricos e das discussões desenvolvidas ao longo desta investigação. Sua construção partiu da compreensão de que a evasão escolar, especialmente nos cursos subsequentes noturnos, não pode ser analisada exclusivamente sob perspectiva individual, mas deve ser compreendida em articulação com fatores institucionais, pedagógicos e sociais que atravessam a permanência estudantil.

O guia organiza procedimentos de acompanhamento institucional da permanência a partir de cinco eixos principais: análise dos indicadores acadêmicos; identificação de fatores relacionados à evasão; definição de fluxos institucionais de acompanhamento; organização de reuniões de monitoramento; e elaboração de planos de ação voltados ao enfrentamento das dificuldades identificadas. A proposta busca favorecer maior articulação entre gestão, coordenação de curso, equipe pedagógica e assistência estudantil, contribuindo para a construção de práticas institucionais mais sistemáticas de acompanhamento dos fluxos acadêmicos.

Sua elaboração dialoga diretamente com as discussões de Patto (1990) acerca do fracasso escolar como produção social e institucional, com as contribuições de

Charlot (2000) sobre a relação com o saber e com as reflexões de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) acerca das especificidades da Educação Profissional e Tecnológica. Também se aproxima das diretrizes previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), especialmente no que se refere à promoção da permanência e à redução da evasão na educação pública federal.

A validação realizada junto a gestores e profissionais do IFMG – Campus Santa Luzia indicou avaliação positiva quanto à clareza, pertinência e aplicabilidade do produto. As contribuições apresentadas pelos participantes reforçaram a percepção de que o guia pode auxiliar processos institucionais de acompanhamento acadêmico, especialmente em cursos subsequentes frequentados majoritariamente por estudantes trabalhadores.

Embora o Produto Educacional tenha sido desenvolvido a partir da experiência do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia — posteriormente descontinuado para novas ofertas — sua proposta não se restringe ao contexto específico investigado nesta pesquisa. O guia foi concebido de forma adaptável, possibilitando utilização em outros cursos técnicos subsequentes e em diferentes realidades institucionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A versão completa do Guia/Protocolo encontra-se disponibilizada no Apêndice desta dissertação, preservando o formato utilizado no processo de validação institucional e sua configuração como produto aplicado vinculado ao mestrado profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo investigar os padrões institucionais de evasão escolar no Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, articulando análise de dados institucionais, leitura documental e discussões do campo da Educação Profissional e Tecnológica, com vistas à elaboração de um Produto Educacional voltado ao acompanhamento da permanência estudantil.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciaram que a evasão escolar não pode ser compreendida como fenômeno isolado ou decorrente exclusivamente de decisões individuais dos estudantes. Ao contrário, trata-se de processo complexo, multifatorial e institucionalmente situado, atravessado por condições socioeconômicas, pedagógicas, organizacionais e históricas que interferem diretamente na permanência e na conclusão dos percursos formativos.

Nesse sentido, os dados analisados reforçam as contribuições de Patto (1990), ao evidenciarem que o fracasso escolar não deve ser reduzido à responsabilização individual discente, mas compreendido como produção social e institucional. No contexto investigado, a modalidade subsequente, o perfil predominante de estudantes trabalhadores, a oferta noturna e as dificuldades relacionadas à conciliação entre estudo, trabalho e condições materiais de permanência mostraram-se elementos centrais para a compreensão do fenômeno analisado.

A análise qualitativa e interpretativa dos indicadores institucionais permitiu identificar padrões recorrentes de evasão ao longo da série histórica, além de oscilações significativas no período pandêmico da COVID-19. A pandemia não criou isoladamente os problemas observados, mas intensificou vulnerabilidades já existentes, especialmente aquelas relacionadas ao acesso a recursos digitais, à manutenção do vínculo pedagógico e às condições concretas de permanência dos estudantes trabalhadores. Tal cenário evidenciou limites estruturais da Educação Profissional e Tecnológica no que se refere à garantia do direito à permanência e à conclusão dos estudos.

Em diálogo com Charlot (2000), a pesquisa reafirma que a permanência estudantil está diretamente relacionada à forma como o estudante constrói sua relação com o saber e com a instituição, relação profundamente condicionada pelas condições objetivas de estudo e trabalho. No âmbito da Educação Profissional e

Tecnológica, as discussões de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) também se mostraram fundamentais para compreender as tensões presentes nos cursos técnicos subsequentes, especialmente aquelas relacionadas à articulação entre formação integral, trabalho e desigualdades sociais.

A articulação entre os dados empíricos e a análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso revelou que, embora a evasão seja reconhecida institucionalmente como desafio relevante, ainda existem fragilidades relacionadas ao acompanhamento sistemático da permanência estudantil e à consolidação de estratégias permanentes de enfrentamento da evasão escolar. Em muitos casos, predominam respostas fragmentadas, pontuais ou reativas, dificultando a construção de políticas institucionais contínuas de monitoramento dos fluxos acadêmicos.

Foi nesse contexto que se estruturou o Produto Educacional desenvolvido nesta pesquisa: o Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes. Mais do que um conjunto de orientações técnicas, o produto busca contribuir para a organização institucional de procedimentos de acompanhamento da permanência estudantil, oferecendo subsídios para leitura de indicadores acadêmicos, identificação de situações de vulnerabilidade e planejamento de ações institucionais voltadas à permanência e ao êxito estudantil.

A validação realizada junto a gestores e profissionais do IFMG – Campus Santa Luzia indicou avaliação positiva quanto à clareza, pertinência e aplicabilidade do produto, reforçando sua adequação ao contexto dos cursos técnicos subsequentes. Embora desenvolvido a partir da experiência do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo, o guia foi concebido de forma adaptável, possibilitando utilização em outros cursos e diferentes realidades institucionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A escolha do Curso Técnico Subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia como estudo de caso confere relevância adicional à pesquisa, sobretudo diante da descontinuidade da oferta do curso para novas turmas durante o desenvolvimento desta dissertação. No momento de conclusão deste estudo, permanecem apenas estudantes vinculados às turmas remanescentes em fase final de integralização. Tal contexto não invalida os resultados apresentados; ao contrário, evidencia como desafios relacionados à atratividade, à permanência e à consolidação dos fluxos formativos podem produzir impactos concretos na sustentabilidade institucional de cursos subsequentes.

Do ponto de vista das políticas públicas, a pesquisa reafirma a centralidade do direito à permanência estudantil, conforme previsto no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), reconhecendo que o acesso à educação profissional não se esgota na matrícula, mas exige condições concretas de permanência e conclusão dos estudos. Enfrentar a evasão escolar significa, portanto, fortalecer a função social dos Institutos Federais enquanto espaços de formação técnica, científica, humana e socialmente referenciada.

No plano metodológico, a pesquisa também evidencia a contribuição das abordagens qualitativas interpretativas no campo da Educação Profissional e Tecnológica. A utilização de dados quantitativos secundários articulados à análise documental e à leitura teórica permitiu compreender os indicadores institucionais para além de sua dimensão numérica, inserindo-os nas condições concretas de funcionamento institucional e nas experiências sociais que atravessam os percursos formativos dos estudantes.

Por fim, reconhece-se que os resultados apresentados não esgotam a temática da evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica. Permanecem abertas possibilidades para investigações futuras que aprofundem a análise das trajetórias estudantis, das políticas de assistência estudantil, das experiências de estudantes evadidos e dos mecanismos institucionais de permanência no âmbito da Rede Federal. Ainda assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir tanto para o debate acadêmico quanto para o fortalecimento de práticas institucionais de acompanhamento da permanência estudantil, reafirmando a necessidade de compreender a evasão escolar não como problema individual, mas como questão institucional, social e educacional que exige respostas permanentes e coletivamente construídas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Karine Rodrigues; MATOS, Roberta Pereira. Fatores de evasão e permanência: um estudo de caso no ensino médio integrado da EPT. In: IFINTEGRA, 2023, Montes Claros. Anais [...]. Montes Claros: IFNMG, 2024. Disponível em: https://eventos.ifnmg.edu.br/if_integra_2023/65032d4756445.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

ALVES, Edson Ferreira. Diálogos com Pierre Bourdieu e Passeron sobre o sistema de ensino e suas (im)possibilidades. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v. 21/22, n. 42/44, p. 121-137, 2015/2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/3375>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011. São Paulo: Edições 70.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 81-126.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras – ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas*. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plataforma Nilo Peçanha: ano base 2022*. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário*, de 13 de março de 2013. Relator: José Jorge. Brasília, DF: TCU, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/%2A/NUMACORDAO%253A506%2520ANOACORDAO%253A2013%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos*. São Paulo: Atlas, 2016.

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ABREU, Lúcia Helena. O coordenador pedagógico e a questão do fracasso escolar. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org.). *O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade*. São Paulo: Loyola, 2006.

BRYMAN, Alan. *Social research methods*. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERBINO, Vânia Dutra Amorim; PESSOA, Gustavo Pereira. Um estudo sobre a retenção escolar de alunos na educação profissional e tecnológica. In: OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de et al. (org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis*. Curitiba: CRV, 2020. p. 153-174.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2016.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. *Educação profissional e tecnológica no Brasil: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

DAROS, Claudia da Mota Parente. *Formação de professores e seus desafios frente à educação contemporânea*. Belo Horizonte: Grupo A, 2015.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo Ednilson de. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, 2016.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DINIZ, Elza Magela; NOGUEIRA, Vera Lúcia; COSTA, Maria Adélia da. Cursos técnicos subsequentes: uma análise sobre o fracasso escolar nesta modalidade de ensino no IFMG Campus Congonhas. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 30975-30988, 2019. DOI: 10.34117/bjdv5n12-203.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DORE, Rosemary. Apresentação. In: HEIJMANS, Rosemary Dore; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (org.). *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/RIMEPES, 2014.

DORSA, Arlinda Cantero; GARCIA, Adilso de Campos; OLIVEIRA, Edilene Maria de. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. *Revista Vozes dos Vales*, UFVJM, n. 13, 2018.

DUARTE, Alexandre William Barbosa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Direito à educação e desigualdades: efeitos estruturais e escolares durante a pandemia da covid-19 no Brasil. *Debates em Educação*, Maceió, v. 16, n. 38, e17886, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17886>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FEY, Ademar Felipe. A linguagem na interação professor-aluno na era digital: considerações teóricas. *Revista Tecnologias na Educação*, ano 3, n. 4, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação educação e trabalho no Brasil: avanços, limites e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 142, p. 15-37, 2018.

FRITSCH, Rosangela. Evasão escolar, mundo da escola e do mercado de trabalho: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas. In: DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carla Elisa Garcia (org.). *Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017. p. 83-112.

FRITSCH, Rosangela et al. Percursos escolares de estudantes do ensino médio de escolas públicas do município de São Leopoldo, RS: desempenho escolar, perfil e características. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 543-567, 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HATTIE, John. *Visible learning: a synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement*. New York: Routledge, 2009.

IFMG. A evasão escolar no IFMG: diagnóstico e diretrizes da política institucional para a permanência e o êxito dos estudantes. Belo Horizonte: IFMG, 2017.

IFMG. *Relatório integral de autoavaliação institucional: triênio 2021-2023*. Belo Horizonte: IFMG, 2024. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-publica-relatorio-final-de-autoavaliacao-institucional/relatorio-integral-cpa_2021_23.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). Instrução Normativa nº 6, de 24 de julho de 2023. Regulamenta as diretrizes para a construção do Plano Institucional de Permanência do IFMG. Belo Horizonte, MG: IFMG, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). Campus Santa Luzia. Curso técnico subsequente em paisagismo. Santa Luzia, MG: IFMG, 2023. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/santaluzia/ensino/cursos-1/tecnico-subsequente-em-paisagismo>. Acesso em: 17 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). Resolução nº 19, de 03 de maio de 2019. Dispõe sobre a aprovação da regulamentação da Política de Acompanhamento de Egressos do IFMG. Belo Horizonte, MG: IFMG, 2019.

JOHANN, Cristiane Cavalheiro. *Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

KLITZKE MARTINS, Melina. *Fatores associados à evasão e conclusão de curso na educação superior brasileira: uma análise longitudinal*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARINHO, Lucas Alves. A evasão escolar no Instituto Federal de Minas Gerais: indicadores e perfil geral dos alunos evadidos, por renda familiar e forma de ingresso. In: CONEDU, 2019. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRA, C. A. *A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer; KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração*. São Paulo: Cortez, 2018.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 50, e268037, 2024. DOI: 10.1590/S1678-4634202450268037.

ROSANELI, Alessandro Filla. Apontamentos sobre o ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo da região sul do Brasil. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, n. 35, p. 199-219, 2015.

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 99-128, 2019.

SCHWAB, Natalia Teixeira; LAZAROTTO, Marília. Percepções e expectativas dos alunos do curso técnico em paisagismo. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, RS, v. 2, n. 4, p. 23-32, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Paula Francisca da. Permanência e evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um debate necessário. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e48056, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469848056>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SILVA, Patrícia Borges Coutinho da; REZENDE, Nayane Caldeira; QUARESMA, Teresa Cristina Correia. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 445-476, 2016.

SOARES, Tufi Machado et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Campinas: Autores Associados, 2007.

TINTO, Vincent. *Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

UNESCO. *Education in a post-COVID world: nine ideas for public action*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373717>. Acesso em: 12 fev. 2025.

UNESCO. *Estratégia para a Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP) 2016-2021*. Paris: UNESCO, 2016.

VENTURA, Magda. Pesquisa documental: uma abordagem metodológica qualitativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 64, n. 5, p. 1-9, 2011.

APÊNDICE**PRODUTO EDUCACIONAL (GUIA/PROTOCOLO INSTITUCIONAL) E
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO/VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

GUIA / PROTOCOLO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E ENFRENTAMENTO DA EVASÃO EM CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES



Este Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes foi elaborado a partir da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), cujo estudo de caso centrou-se no curso técnico subsequente em Paisagismo do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Santa Luzia.

A pesquisa evidenciou que a evasão escolar, especialmente em cursos técnicos subsequentes, constitui um fenômeno **estrutural, multifatorial e historicamente condicionado**, fortemente atravessado por fatores institucionais, socioeconômicos, pedagógicos e contextuais — com destaque para os impactos prolongados da pandemia da COVID-19.

Embora inspirado na realidade do curso de Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia, este produto educacional foi concebido com **caráter ampliado**, visando subsidiar **gestores, coordenações de curso, equipes pedagógicas e setores de assistência estudantil** da Rede Federal na construção de estratégias sistemáticas, realistas e institucionalmente viáveis de monitoramento e enfrentamento da evasão.

O guia não se propõe a oferecer soluções únicas ou prescritivas, mas a **organizar procedimentos, instrumentos e fluxos institucionais** que favoreçam a leitura qualificada dos dados, a tomada de decisão coletiva e o fortalecimento das políticas de permanência e êxito estudantil.

Santa Luzia, 2026

MÓDULO 1

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE INDICADORES INSTITUCIONAIS

Objetivo do módulo

Subsidiar gestores e equipes pedagógicas na leitura crítica e contextualizada dos indicadores institucionais de evasão, permanência e conclusão, evitando interpretações isoladas, punitivas ou individualizantes.

Indicadores recomendados

Os seguintes indicadores podem ser extraídos da Plataforma Nilo Peçanha ou de sistemas internos da instituição:

- Número de vagas ofertadas
- Número de ingressantes
- Número de matrículas efetivadas
- Número de concluintes
- Número de evadidos
- Taxa de evasão
- Turno de oferta
- Tempo médio de integralização



ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE

- Priorizar **análises longitudinais** (mínimo de 3 a 5 anos);
- Identificar **pontos de inflexão**, quedas abruptas ou oscilações atípicas;
- Relacionar os dados a **eventos institucionais e contextuais**, como:
 - o pandemia da COVID-19;
 - o mudanças no processo seletivo;
 - o alterações curriculares;
 - o mudanças de turno ou de oferta.

PERGUNTAS NORTEADORAS

- A evasão é concentrada em períodos específicos do curso?
- Há diferença significativa entre ingressantes e concluintes?
- O turno de oferta favorece ou dificulta a permanência?
- Os efeitos da pandemia ainda aparecem nos dados mais recentes?

MÓDULO 2

IDENTIFICAÇÃO DE FATORES INSTITUCIONAIS ASSOCIADOS À EVASÃO

Objetivo do módulo

Identificar fatores institucionais observáveis que podem incidir sobre a evasão, deslocando o foco explicativo da responsabilidade individual do estudante para as condições de oferta do curso.

CHECKLIST DE FATORES INSTITUCIONAIS

Utilize o checklist abaixo como instrumento de diagnóstico institucional:

A. Organização do curso

- ☐ Turno de oferta compatível com o perfil do estudante trabalhador
- ☐ Duração do curso adequada às condições reais de permanência
- ☐ Regime de integralização flexível (mínimo/máximo)
- ☐ Existência de componentes concentrados em horários críticos

B. Organização curricular e pedagógica

- ☐ Clareza dos objetivos do curso no PPC
- ☐ Articulação entre teoria e prática
- ☐ Exigências acadêmicas compatíveis com o público atendido
- ☐ Estratégias de acolhimento no início do curso

C. Perfil do público atendido

- ☐ Predominância de estudantes trabalhadores
- ☐ Estudantes com trajetórias escolares interrompidas
- ☐ Estudantes oriundos da EJA ou da rede pública
- ☐ Estudantes com deslocamento longo até o campus

D. Políticas e dispositivos de permanência

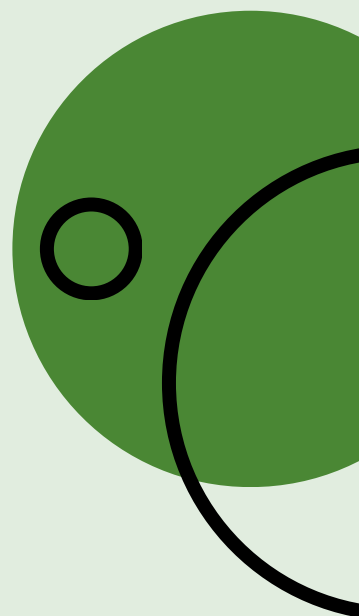
- ☐ Existência de política de assistência estudantil ativa
- ☐ Divulgação clara dos auxílios disponíveis
- ☐ Apoio pedagógico institucionalizado
- ☐ Mecanismos formais de acompanhamento acadêmico

E. Gestão e acompanhamento

- ☐ Monitoramento periódico dos indicadores de evasão
- ☐ Reuniões regulares entre coordenação, pedagógico e assistência
- ☐ Registro institucional das ações realizadas

Observação:

Este checklist não deve ser utilizado para ranqueamento de cursos ou setores, mas como instrumento reflexivo para planejamento institucional.



MÓDULO 3

FLUXO INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DA PERMANÊNCIA

Objetivo do módulo

Organizar um fluxo institucional simples, contínuo e exequível para o acompanhamento da permanência estudantil.

FLUXO PROPOSTO

Etapas 1 – Monitoramento dos indicadores

→ Análise periódica dos dados de ingresso, evasão e conclusão (semestral ou anual).

Etapas 2 – Identificação de situações de risco

→ Turmas com evasão elevada
→ Estudantes com faltas recorrentes
→ Redução abrupta de matrículas ou concluintes

Etapas 3 – Encaminhamento institucional

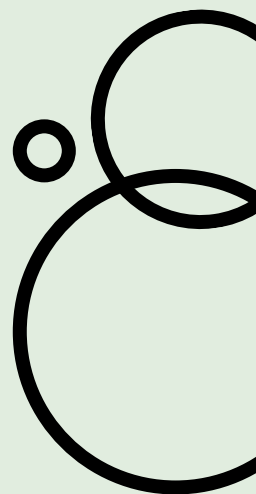
→ Comunicação à coordenação de curso
→ Encaminhamento à equipe pedagógica
→ Articulação com a assistência estudantil

Etapas 4 – Definição de ações

→ Ações pedagógicas (acolhimento, orientação acadêmica)
→ Ações de assistência (auxílios, encaminhamentos)
→ Ajustes organizacionais (horários, calendário, práticas avaliativas)

Etapas 5 – Registro e acompanhamento

→ Registro das ações adotadas
→ Avaliação periódica dos resultados
→ Ajustes no plano de ação, se necessário



MÓDULO 4

ROTEIRO DE REUNIÃO DE MONITORAMENTO DA PERMANÊNCIA

Objetivo do módulo

Padronizar reuniões institucionais de acompanhamento da evasão e permanência.

Roteiro sugerido

1. Apresentação sintética dos indicadores do período
2. Identificação de turmas ou períodos críticos
3. Análise contextual (turno, perfil discente, eventos recentes)
4. Discussão dos fatores institucionais envolvidos
5. Definição de ações prioritárias
6. Indicação de responsáveis
7. Definição de prazos
8. Registro em ata ou relatório institucional



MÓDULO 5

PLANO DE AÇÃO INSTITUCIONAL

O módulo final apresenta um modelo de plano de ação institucional, baseado na metodologia 5W2H, visando apoiar o planejamento e a execução de ações voltadas à prevenção da evasão e à promoção da permanência e do êxito dos estudantes.

Modelo de plano de ação

Oquê (What)?	Por que (Why)?	Onde (Where)?
Ex: Acolhimento institucional	Alta evasão no 1º semestre	Curso X

Quanto (How Much)? Sem custo

Quando (When)?	Quem (Who)?	Como (How)?
Início do semestre	Coordenação/Pedagógico	Reunião com estudantes

Este plano deve ser revisto periodicamente, com base nos indicadores e nos resultados observados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PRODUTO EDUCACIONAL

A evasão escolar em cursos técnicos subsequentes não pode ser enfrentada por ações isoladas ou soluções simplistas. Trata-se de um fenômeno estrutural, intensificado por desigualdades sociais, condições de trabalho dos estudantes e, recentemente, pelos efeitos prolongados da pandemia da COVID-19.

Este guia busca contribuir para a institucionalização do monitoramento da evasão, fortalecendo a articulação entre gestão, coordenação de curso, equipe pedagógica e assistência estudantil, e promovendo uma leitura mais justa, contextualizada e coletiva das trajetórias acadêmicas dos estudantes.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto avaliado: Guia/Protocolo Institucional de Monitoramento e Enfrentamento da Evasão em Cursos Técnicos Subsequentes

Este questionário tem por objetivo avaliar o Produto Educacional desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), intitulada “Evasão escolar no curso técnico subsequente em Paisagismo do IFMG – Campus Santa Luzia”. As respostas são anônimas e serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Solicita-se que o(a) respondente avalie o produto considerando sua clareza, pertinência, aplicabilidade e potencial de contribuição para a gestão institucional da evasão em cursos técnicos subsequentes.

Escala de avaliação: (1) Discordo totalmente (2) Discordo parcialmente (3) Nem concordo nem discordo (4) Concordo parcialmente (5) Concordo totalmente

BLOCO 1 – CLAREZA E ORGANIZAÇÃO

1. O produto
2. A estrutura e a organização dos módulos facilitam a compreensão do conteúdo. (1–5)
3. As orientações apresentadas são compreensíveis para o público-alvo. (1–5)

BLOCO 2 – PERTINÊNCIA E APLICABILIDADE

4. O produto é pertinente ao contexto dos cursos técnicos subsequentes da Rede Federal. (1–5)
5. O produto pode ser aplicado na rotina institucional de acompanhamento da permanência estudantil. (1–5)
6. Os instrumentos e fluxos propostos são viáveis no contexto institucional. (1–5)

BLOCO 3 – CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL

7. O produto contribui para o monitoramento sistemático da evasão escolar. (1–5)
8. O produto pode subsidiar a tomada de decisão por gestores e coordenações de curso. (1–5)
9. O produto favorece a articulação entre gestão, equipe pedagógica e assistência estudantil. (1–5)
10. Comentários adicionais (se houver):